

BRASIL
GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS



INES – Relatório de Gestão do Exercício de 2022



RIO DE JANEIRO, 2023

BRASIL
GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

INES – Relatório de Gestão do Exercício de 2022

Documento apresentado à sociedade brasileira e ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas a que este Instituto está submetido à luz das disposições do artigo 70 da Constituição Federal e elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 198/2022.

RIO DE JANEIRO, 2023

Lista de siglas e abreviações

CAP – Colégio de Aplicação

CAS – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento Às Pessoas com Surdez

CGU – Controladoria Geral da União

DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico

DEBASI – Departamento de Educação Básica

DEPA – Departamento de Planejamento e Administração

DESU – Departamento de Ensino Superior

DIAU – Divisão de Audiologia

DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional

DINFO – Divisão de Informática

DN – Decisão Normativa

D.O.U. – Diário Oficial da União

GDI – Gestão do Desenvolvimento Institucional

GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União

IN – Instrução Normativa

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

ME – Ministério da Economia

MEC – Ministério da Educação

Port. Portaria

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPP – Projeto Político Pedagógico

RG – Relatório de Gestão

SEF – Serviço de Ensino Fundamental

SEME – Serviço de Ensino Médio

SEPAT – Serviço de Patrimônio

TCU – Tribunal de Contas da União

UPC – Unidade Prestadora de Contas

Sumário

<i>Mensagem do Diretor Geral</i>	5
1 <i>Visão geral organizacional e ambiente externo</i>	10
Quem somos: identificação da unidade prestadora de contas	11
Estrutura organizacional	12
Estrutura de governança	13
Alta administração INES	14
Cadeia de valor	15
Modelo de negócios	16
Políticas e programas de governo	21
Ambiente externo	30
• Relacionamento e comunicação com a sociedade e partes interessadas	33
2 <i>Governança, estratégia e alocação de recursos</i>	39
Estratégia e alocação de recursos	40
• Mapa integrado da visão, estratégia e ações	41
Apoio da estrutura de governança à capacidade da UPC de gerar valor	42
3 <i>Riscos, oportunidades e perspectivas</i>	47
Gestão de riscos e controles internos	48
• Riscos	48
• Oportunidades e perspectivas	70
4 <i>Resultados e desempenho da gestão</i>	71
5 <i>Informações orçamentárias, financeiras e contábeis</i>	128

Mensagem da Diretora-Geral

Seja bem-vinda(o) ao Relatório de Gestão do Exercício de 2022 do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Apresento as ações da Instituição dentro da abordagem do relato integrado, que visa impulsionar a integração entre a estratégia, a governança, a comunicação e a prestação de contas na perspectiva de favorecer a efetiva criação de valor público.

Isso quer dizer que as responsabilidades do INES com as políticas públicas destinadas a atender demandas e promover transformações relacionadas aos direitos humanos e à cidadania das pessoas surdas no Brasil (o valor público que buscamos criar) vêm sendo debatidas com participação e transparência (comunicação), definidas e planejadas (estratégia), acompanhadas e avaliadas de maneira colaborativa (governança), possibilitando um texto mais conciso – o relatório integrado. Este Relatório, que subscrevo como responsável por sua integridade, reconhecendo ter sido pensado e elaborado coletivamente – pelo qual trazemos à apreciação da sociedade e dos órgãos de controle os caminhos pelos quais buscamos alcançar os objetivos propostos (prestação de contas).

O INES surgiu nos tempos da Monarquia, no século 19. Foi criado como primeira escola para surdos do país pelo Imperador Pedro II, no ano de 1857, acompanhando as tendências internacionais de então, notadamente da Europa. Seu primeiro Diretor Geral, inclusive, foi um Professor Surdo vindo da França, Eduard Huet (1822-1882).

Em pleno século 21, passados mais de 160 anos de sua criação, o INES é o centro de referência nacional na área da surdez, balizado no objetivo da República de promover o bem de todos sem discriminação. Por isso, é com orgulho que me dirijo a você(s) para afirmar nossos compromissos com as diretrizes internacionais de promoção dos direitos humanos e linguísticos das pessoas surdas, definidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e com a adoção das medidas de promoção da boa governança pública (Decreto 9.203/2017), que se encontra em fase inicial, como trataremos a seguir.



**Solange Maria da Rocha,
Diretora-Geral do INES**

Nossas ações estão delineadas em nosso Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022.

Ao lado, trazemos uma representação de nossa Missão e de nossa Visão de Futuro, ali definidas.

Na base de tudo, na raiz de nossa árvore, está o nosso compromisso com uma **Gestão Pública** democrática, transparente, por competências, orientada para resultados relevantes para a sociedade e, em especial, para as pessoas surdas e sua identidade linguística e cultural, valores que devem perpassar todas as ações finalísticas que são os frutos maiores do nosso trabalho, aqueles pelos quais o INES é capaz de transformar vidas e relações sociais: o **Ensino**, a **Pesquisa** e a **Extensão**. Como centro de referência nacional na área da surdez, tudo que fazemos deve servir ao Brasil: subsidiando o desenho de leis e de políticas públicas.

A seguir, apresentamos o **INES em Números**. Números que representam alunas e alunos surdos estudando; profissionais surdos e ouvintes ensinando, sendo formados ou qualificados, fazendo pesquisa e extensão; bebês, crianças, jovens, adultos e idosos sendo atendidos e passando a ter acesso aos direitos de cidadania; a língua de sinais e a identidade cultural de pessoas e comunidades surdas se afirmando como parte da rica diversidade do povo brasileiro!





Educação Básica / Trabalho

- 380 alunos surdos atendidos, da Educação Infantil ao Ensino Médio, sendo 40 alunos com surdocegueira;
- 98% dos docentes em regime de dedicação exclusiva;
- 30 empresas disponibilizaram 199 vagas de emprego, houve 594 candidatos surdos inscritos, 446 encaminhados, 361 atendidos e 147 pessoas surdas contratadas;
- 2 alunas do terceiro ano do Ensino Médio.



Ensino Superior

- 250 alunos ativos na Graduação em Pedagogia presencial;
- 611 alunos do INES e de todas as regiões do Brasil, ativos na Graduação em Pedagogia a distância;
- 130 alunos ativos em 3 cursos de Especialização;
- 64 alunos ativos no Mestrado Profissional Interdisciplinar em Educação Bilíngue;
- 31 concluintes de graduação e pós.



Pesquisa

- 9 novos protocolos de investigação cadastrados e 50 pesquisas em andamento;
- 14 projetos do Brasil e do exterior avaliados por nosso Comitê de Ética em Pesquisa, que, além disso, ofertou cursos para alunos e docentes;
- 25 grupos de pesquisa em atividade, com cadastro no CNPq;
- 23 alunos bolsistas de Iniciação Científica e 10 de Extensão.



Extensão

- Foram encaminhados 5.840 itens de publicações do INES – publicações impressas, CDs, DVDs – distribuídos pelo Brasil, atendendo: Escolas Municipais, Estaduais e Secretarias Estaduais e Municipais; universidades, bibliotecas, CAS (Centros de Atendimento a Pessoa com Surdez), etc.;
- Tivemos 1.033 profissionais capacitados no Congresso Internacional do INES. Encontro de Gestores dos Centros de Apoio ao Surdo (14 certificados);
- O Fórum Bilíngue foi disponibilizado na plataforma *YouTube*, com 11.046 visualizações. Destaca-se a realização de um Fórum Bilíngue Especial em 26 de maio, em celebração dos 20 anos da Lei de Libras;
- Foi ofertado curso de formação profissional em tradução de textos em Português para textos em Libras;
- Houve 504 matrículas ativas no Curso de Libras, sendo 20 turmas na modalidade presencial e 12 turmas na modalidade a distância;
- 233 profissionais de todo o Brasil capacitados em eventos formativos do Programa Nacional de Capacitação em Educação Bilíngue de Surdos (PRONAEBS) – assessorias técnicas nas áreas de Saúde e EJA; curso de aperfeiçoamento em educação bilíngue; encontro de gestores de Centros de Apoio aos Surdos (CAS), etc.
- Foram realizados 1.600 atendimentos gratuitos em Saúde Auditiva, para a comunidade externa e interna, abrangendo: teste da orelhinha em bebês e avaliação de crianças, jovens e adultos para acesso a direitos de cidadania: escola; gratuidade no transporte; trabalho; benefícios sociais; aposentadoria;
- A Biblioteca recebeu 208 usuários, emprestou 211 itens do acervo e fez 5 buscas nacionais e internacionais de documentos;
- O Acervo Histórico do INES recebeu 220 visitantes externos, em especial pesquisadores e estudantes. 52 pessoas surdas de 10 países diferentes o visitaram;
- O INES teve 47 estagiários, 40 do DESU/INES e 7 de instituições conveniadas.

Em um contexto de rápidas mudanças e intensos debates sobre a condução dos destinos da Humanidade, vemos que diferentes sociedades ao redor do mundo convergem ao abraçar valores e causas que nós também partilhamos:

- *a defesa da democracia e da boa gestão pública, com participação e controle social;*
- *o respeito às diferenças e a luta contra a discriminação, incluindo o combate ao racismo e à violência;*
- *o reconhecimento e a valorização da ciência e das instituições públicas de ensino e de pesquisa;*
- *a luta contra a pobreza e a defesa do meio ambiente.*

A história do INES e o PDI vigente demonstram compromisso com esses valores: a gestão democrática; a valorização da diversidade; a oferta de educação básica e ensino superior e de atendimentos básicos em saúde auditiva à comunidade; o apoio à pesquisa e à extensão; a busca da sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, caminha de mãos dadas com as comunidades surdas brasileiras e suas mobilizações, pois a história das pessoas surdas foi marcada por séculos de exclusão da política; preconceitos; falta de acesso à informação, à saúde, à educação e ao trabalho; pobreza e exposição a fatores ambientais causadores da própria surdez e de outras condições.

Por isso, concluímos estas palavras com um painel elaborado a muitas mãos por nossos alunos em celebração ao Setembro Azul, marco da celebração da identidade surda e da luta do movimento surdo pela cidadania plena. No mês em que tem início a estação das flores, os surdos recordam as muitas flores que ficaram e ainda ficam pelo caminho, pela força da discriminação e da exclusão.

Na certeza de que – parodiando um antigo poeta –, com o nosso compromisso e empenho, “não poderão deter a primavera” da Cidadania Surda!



*1 Visão geral
organizacional e
ambiente externo*

Quem somos

O INES é um órgão público singular da estrutura do Ministério da Educação do Brasil. Como centro de referência nacional na área da surdez e com o empenho de fazer uma gestão participativa, transparente e voltada para resultados socialmente relevantes, com participação de servidoras e servidores surdos e ouvintes e valorização da diversidade, o INES atua em todos os aspectos relacionados à surdez e às pessoas surdas, na perspectiva da construção de sua plena Cidadania. Suas competências abrangem:

- Subsidiar a Política Nacional de Educação;
- Fazer diagnóstico e encaminhamento em saúde auditiva, desde bebês até pessoas idosas;
- Orientar e apoiar famílias no acesso a direitos sociais;
- Ofertar escolarização bilíngue (Libras e Português), da educação infantil ao ensino médio;
- Qualificar e preparar para o trabalho;
- Ofertar ensino superior bilíngue (Libras e Português), presencial e a distância, em nível de graduação e de pós-graduação;
- Produzir e distribuir material didático e pedagógico;
- Apoiar e divulgar estudos e pesquisas;
- Promover ações de extensão, abrangendo:
 - Ofertar cursos livres, articulados à pesquisa e ao ensino, e cursos de língua de sinais;
 - Ofertar estágio supervisionado para profissionais de diferentes áreas;
 - Realizar cooperação técnica com estados e municípios de todo o Brasil;
 - Editar publicações técnicas e científicas;
 - Realizar eventos nacionais e internacionais;
 - Utilizar meios de comunicação em prol da imagem e da cidadania das pessoas surdas.

MISSÃO:
Construir a
Cidadania Surda
no Brasil.

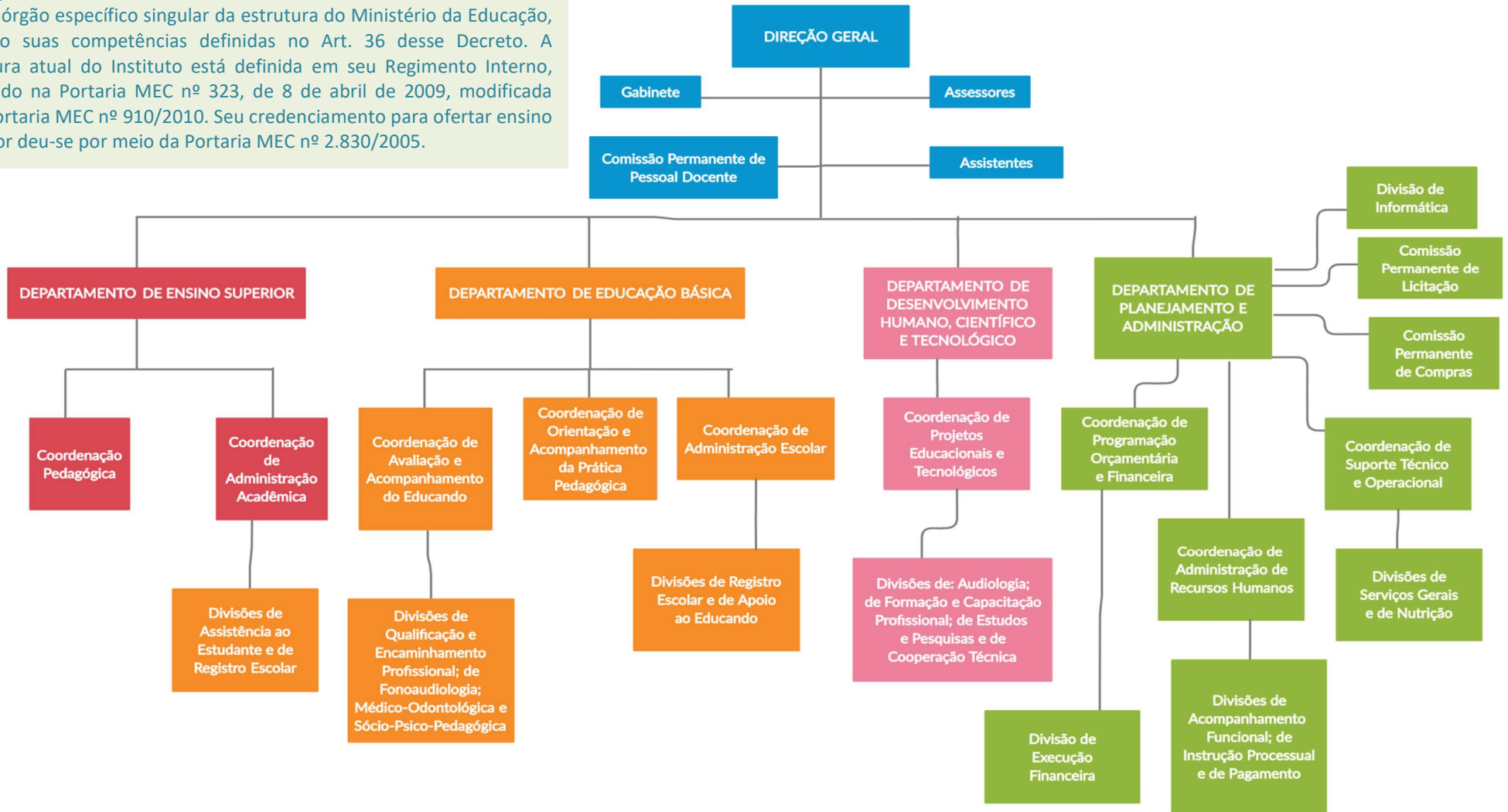
VISÃO DE FUTURO:
ensino, pesquisa,
extensão e gestão
transformando vidas
de pessoas e
comunidades surdas.

VALORES: dignidade,
interculturalidade,
cidadania.



O Instituto foi criado pela Lei nº 939/1857 e tem sua denominação atual fixada pela Lei nº 3.198/1957. Nos termos do Decreto nº 10.195/2019, o INES é órgão específico singular da estrutura do Ministério da Educação, estando suas competências definidas no Art. 36 desse Decreto. A estrutura atual do Instituto está definida em seu Regimento Interno, aprovado na Portaria MEC nº 323, de 8 de abril de 2009, modificada pela Portaria MEC nº 910/2010. Seu credenciamento para ofertar ensino superior deu-se por meio da Portaria MEC nº 2.830/2005.

Estrutura organizacional



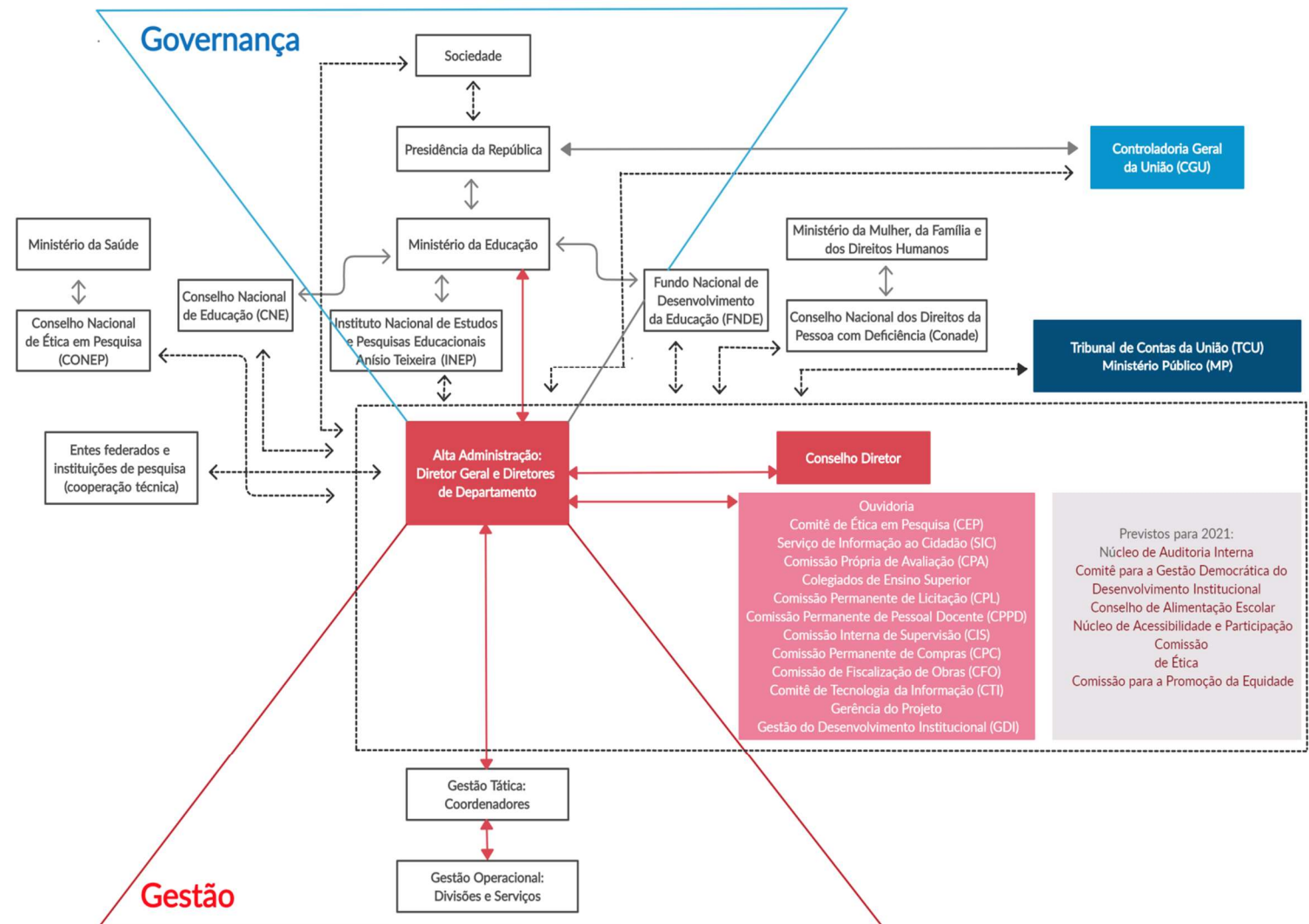
Estrutura de governança

No INES, encontra-se em andamento o processo de implementação das diretrizes preconizadas no Decreto nº 9.203/2017 quanto à governança pública.

Na figura ao lado, apresentamos as estruturas existentes e em funcionamento regular no exercício de 2019, que incluem a Ouvidoria e o Comitê de Ética em Pesquisa, entre outras instâncias. À direita, na caixa de texto cinza, indicamos as providências cuja previsão se deslocou para 2021-2022, devido à pandemia em 2020.

Nosso PDI 2018-2022, elaborado em regime participativo (comissão multissetorial, consultas públicas, reuniões abertas), define caminhos de implementação de mecanismos, instâncias e práticas de governança, nos termos do referido Decreto, incluindo:

- Criação da Comissão de Ética;
- Integração ao Processo Eletrônico Nacional (PEN), abrangendo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Protocolo Integrado e Assentamento Funcional Digital (AFD), etc.;
- Monitoramento da implementação do PDI e dos resultados das ações;
- Criação de instâncias de participação e controle social;
- Criação de instância de auditoria interna;
- Revisão de atos normativos, incluindo o regimento interno do Instituto e o regulamento de seu Conselho Diretor.



Alta Administração INES



Assessoria

- Professora EBTT, Doutora Giselly dos Santos Peregrino;
- Contador, Mestre Mario Cesar dos Santos;
- Professora do Magistério Superior, Doutora Luciane Cruz Silveira.

Chefia de Gabinete

- Professora do Magistério Superior, Doutora Patrícia Luíza Ferreira Rezende-Curione;

Diretora-Geral

- Professora EBTT Titular, Doutora Solange Maria da Rocha;

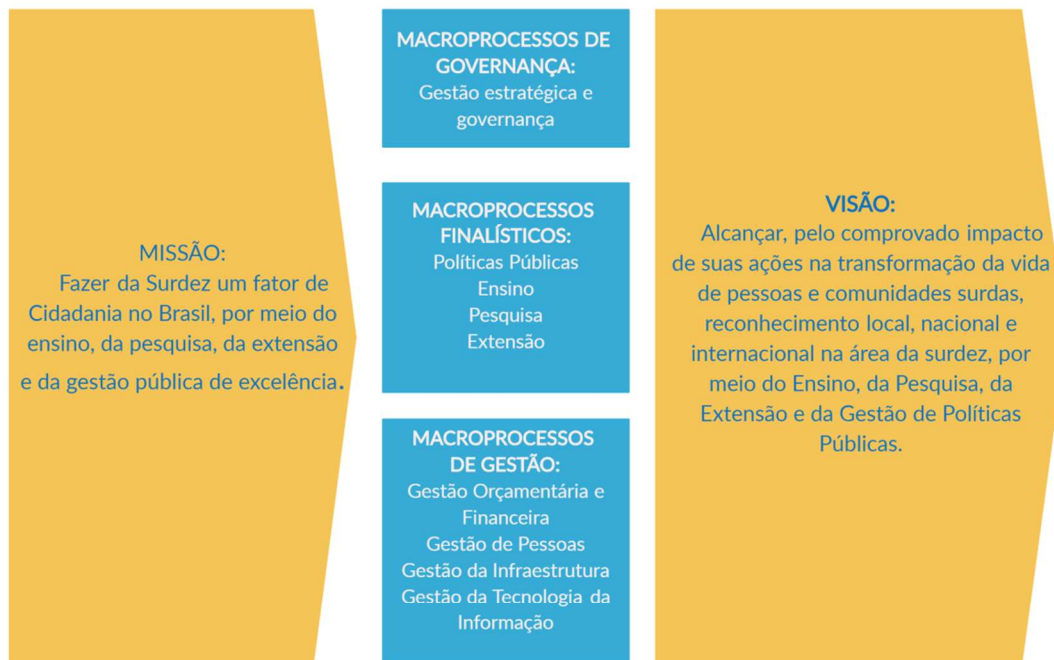
Diretor de Departamento

- Administrador, Mestre Alvanei dos Santos Viana.

Diretores de Departamento

- Professora EBTT, Doutora Alessandra Gomes da Silva;
- Professora do Magistério Superior, Doutora Elizabeth Serra Oliveira;
- Professor EBTT, Doutor André Lima Cordeiro.

Cadeia de valor



PARTE INTERESSADA	PRODUTO	VALOR
Sociedade	Referencialidade: pesquisas, cursos, cooperação técnica, eventos, estágios, publicações, TV INES	Informações, conhecimentos e metodologias na área da surdez, visando superar a discriminação e promover os Direitos Humanos das pessoas surdas no Brasil.
Alunas e alunos surdos	Escolarização bilíngue da Educação Infantil ao Ensino Médio	Formação para a cidadania, preparação para o trabalho e possibilidade de acesso aos níveis mais elevados de ensino.
Alunas e alunos surdos e ouvintes	Cursos de: Graduação bilíngue em Pedagogia; Especialização; Mestrado Profissional	Formação e qualificação para o trabalho no campo da educação bilíngue de pessoas surdas, de alcance nacional.
Poderes Legislativo e Executivo	Subsídios à elaboração de leis e ao desenho de políticas públicas	Aperfeiçoamento dos marcos legais e políticos relacionados às pessoas surdas, pautados nos compromissos do Brasil em matéria de Direitos Humanos.
Servidores: docentes e técnicos	Gestão participativa e por competências do desenvolvimento institucional	Alavancagem na formação e desenvolvimento profissional, em processos abertos e colaborativos de deliberação e ação.

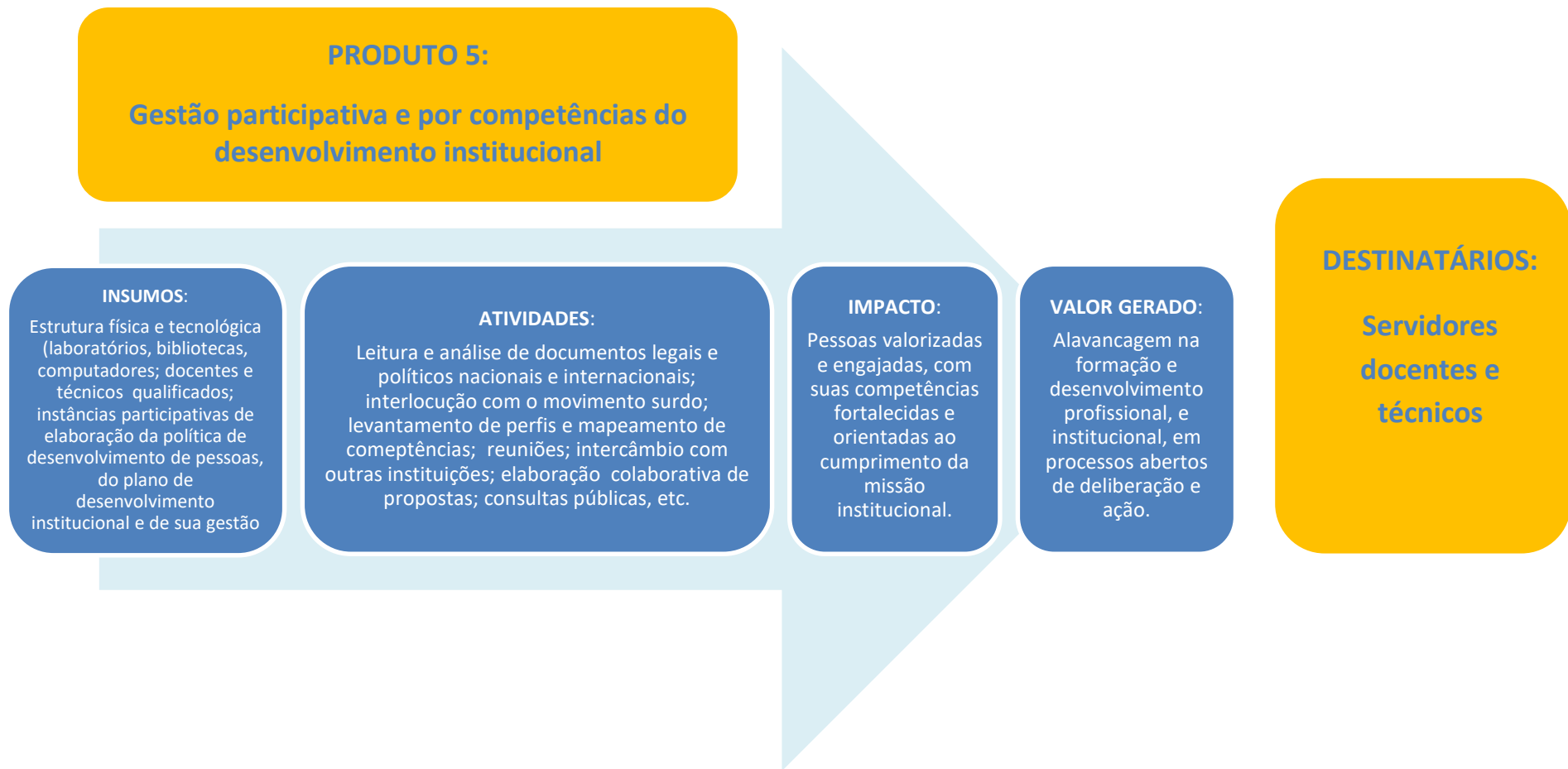
Modelo de negócios











Políticas e programas de governo

As ações do INES no exercício de 2019, contempladas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, contemplam o horizonte estratégico do Ministério da Educação, segundo três dispositivos: a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação com vigência de dez anos (período de 2014 a 2024); o Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – que, nos termos do § 3º do Artigo 5º da Constituição Federal, equivale a Emenda Constitucional – e o Plano Plurianual 2016-2019, instituído pela Lei nº 13.249/2016.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/ META/PRAZO			DIRETRIZES
1. EDUCAÇÃO INFANTIL	Até 3	Atender 50%	2024	1.11 priorizar acesso e fomentar oferta de atendimento a crianças com deficiência e assegurar educação bilíngue para crianças surdas
	4-5	Universalizar	2016	
4. EDUCAÇÃO BÁSICA	4-17	Universalizar atendimento especializado	2024	4.3 Implantar salas multifuncionais e fomentar formação continuada de docentes; 4.7 Garantir educação bilíngue (Libras e Português escrito) para alunos surdos e com deficiência auditiva em classes e escolas bilíngues e em escolas inclusivas; 4.8 Garantir oferta de educação inclusiva articulado ao atendimento especializado; 4.10 Fomentar pesquisas para desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia com foco na aprendizagem e na acessibilidade; 4.12 Promover pesquisas interdisciplinares que subsidiem políticas intersetoriais de atendimento; 4.13 Ampliar equipes de profissionais habilitados, incluindo professores de Libras, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos e professores bilíngues; 4.14 Definir indicadores de qualidade do atendimento a esse alunado; 4.16 Incentivar a inclusão de conteúdos sobre atendimento a alunos com deficiência nos cursos de formação e qualificação de profissionais da educação (graduação e pós-graduação).

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/META/PRAZO			DIRETRIZES
5. ALFABETIZAÇÃO	Crianças até 3º ano	Todas alfabetizadas	2024	5.7 Apoiar a alfabetização de pessoas com deficiência, incluindo a alfabetização bilíngue de pessoas surdas.
7. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	-	Melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem	2024	7.8 Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos; 7.30 Universalizar atendimento a alunos da rede pública com ações articuladas de atenção à saúde.
9. ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15 anos ou mais	93,5% alfabetizados	2015	9.1 Assegurar oferta de E.J.A. para quem não teve acesso à educação básica na idade própria; 9.11 Implementar ações articuladas de capacitação tecnológica para jovens e adultos, visando sua inclusão social e produtiva;
		0% de analfabetismo absoluto	2024	
		Redução de 50% na taxa de analfabetismo funcional	2024	
10. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15 anos ou mais	25% de matrículas EJA integradas à educação profissional	2024	10.4 Ampliar oportunidades profissionais para jovens e adultos com deficiência e baixa escolaridade; 10.9 Criar programa nacional de assistência ao estudante, para favorecer seu acesso, permanência, aprendizagem e conclusão com êxito.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/META/ANO			DIRETRIZES
12. TAXA DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	18-24	Alcançar taxa bruta de 50%	2024	12.1 Otimizar a infraestrutura física e de recursos humanos das instituições de ensino superior;
		Alcançar taxa líquida de 33%	2024	12.3 Elevar a taxa de conclusão média nas universidades públicas para 90%; destinar 1/3 das vagas para cursos noturnos e buscar a meta de 18 alunos por professor;
		40% das novas matrículas no setor público	2024	<p>12.4 Fomentar educação superior pública e gratuita prioritariamente para formar docentes;</p> <p>12.5 Ampliar as políticas de inclusão e assistência estudantil no ensino superior, inclusive ampliando as taxas de acesso e permanência de pessoas com deficiência;</p> <p>12.8 Ampliar a oferta de estágio;</p> <p>12.9 Ampliar a participação de grupos historicamente desfavorecidos, inclusive por meio de ações afirmativas;</p> <p>12.10 Assegurar condições de acessibilidade nas instituições;</p> <p>12.15 Institucionalizar acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para cursos de graduação, assegurando acessibilidade.</p>

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI Nº 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/META/PRAZO			DIRETRIZES
13. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	-	75% de mestres e doutores em efetivo exercício	2024	13.3 Induzir autoavaliação das instituições, por meio de comissões próprias de avaliação, com foco na qualificação e dedicação do corpo docente;
	-	Mínimo de 35% de doutores em efetivo exercício	2024	13.4 Melhorar a qualidade dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, com foco nas demandas e necessidades das redes de educação básica e atenção a relações étnico-raciais, diversidade e pessoas com deficiência; 13.7 Fomentar consórcios entre instituições públicas de ensino superior, para potencializar a atuação regional; 13.8 Elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, visando alcançar 90% nas universidades públicas e 75% nas instituições privadas; fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 anos (2019), pelos menos 60% dos estudantes alcancem desempenho igual ou superior a 60% no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, no último ano de vigência (2020), 75% dos estudantes alcancem desempenho igual ou superior a 75% no ENADE.
15. FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	-	Política nacional de formação de profissionais da educação para que todos alcancem formação de nível superior, em curso de licenciatura.	2015	15.5 Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;
16. QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	-	50% dos professores da educação básica com pós-graduação e formação continuada para todos.	2024	16.3 Expandir programa de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e dicionários, incluindo materiais em Libras e em Braille, disponibilizados para docentes da educação básica; 16.4 Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação de docentes da educação básica com materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive em formato acessível.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INES	TEMA	DIRETRIZES
<p>EDUCAÇÃO BÁSICA</p> <p>PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL</p> <p>ENSINO SUPERIOR</p>	<p>Educação (Art. 24)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; • Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças (...) surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social. • Os Estados-Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência. • (...) assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência. • Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INES	TEMA	DIRETRIZES
<p>DIAGNÓSTICO EM SAÚDE AUDITIVA</p> <p>ORIENTAÇÕES EM SAÚDE</p>	<p>Saúde (Art. 25)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os Estados-Partes oferecerão às pessoas com deficiência programas de atenção à saúde, gratuitos ou a custos acessíveis, da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral; • Os Estados-Partes propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;
<p>DIFUSÃO DA LÍNGUA DE SINAIS E DA CULTURA SURDA POR MEIO DE CURSOS, EVENTOS, ATIVIDADES CULTURAIS, PUBLICAÇÕES E DA TV INES</p>	<p>Cultura (Art. 30)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda; • [Tomar] medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade; • Os Estados-Partes deverão lançar e dar continuidade a efetivas campanhas de conscientização públicas, destinadas a: <ul style="list-style-type: none"> • Favorecer atitude receptiva em relação aos direitos das pessoas com deficiência; • Promover percepção positiva e maior consciência social em relação às pessoas com deficiência; • Promover o reconhecimento das habilidades, dos méritos e das capacidades das pessoas com deficiência e de sua contribuição ao local de trabalho e ao mercado laboral; • Incentivar todos os órgãos da mídia a retratar as pessoas com deficiência de maneira compatível com o propósito da presente Convenção.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INES	TEMA	DIRETRIZES
<p>REFERENCIALIDADE NA ÁREA DA SURDEZ:</p> <p>Pesquisa e desenvolvimento</p> <p>Extensão (capacitação sobre direitos e acessibilidade; cooperação técnica; informações acessíveis; promoção do uso da língua de sinais; desenvolvimento científico e tecnológico)</p>	<p>Obrigações gerais (Art. 4)</p> <p>Acessibilidade (Art. 9)</p> <p>Liberdade de opinião e de expressão e acesso à informação (Art. 21)</p> <p>Cooperação internacional (Art. 32)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes; • Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível; • Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações; • Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos; • Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam; • Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência; • Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. • Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos.

PLANO PLURIANUAL 2020-2023 (LEI Nº 13.971/2019 E DECRETO Nº 10.321/2020)

PROGRAMA	RESPONSÁVEL	DIRETRIZ	OBJETIVO	META	PÚBLICO ALVO / BENEFICIÁRIOS
6015 - Educação Infantil	Ministério da Educação	X - a dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho;	1244 - Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE	052V - Taxa de acesso à educação infantil em creches (%)	Crianças de 0 a 5 anos de idade, devendo-se “priorizar acesso e fomentar oferta de atendimento a crianças com deficiência e assegurar educação bilíngue para crianças surdas” (Lei nº 13.005/2014 - PNE)
5011 – Educação Básica de Qualidade	Ministério da Educação	X - a dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho;	OBJETIVO 1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.	050E - Atingir a meta de 6,0 no Ideb Sintético, perenizando o Fundeb com a ampliação da complementação da União.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudantes; profissionais da educação básica (gestores, conselheiros, professores, técnicos); comunidade escolar e local (inclusive as famílias); 2. Populações do campo, povos indígenas, comunidades quilombolas, populações em situação de itinerância e povos e comunidades tradicionais; 3. Estudantes e profissionais da Educação Especial e da Educação Bilíngue de Surdos.

PLANO PLURIANUAL 2020-2023 (LEI Nº 13.971/2019 E DECRETO Nº 10.321/2020)

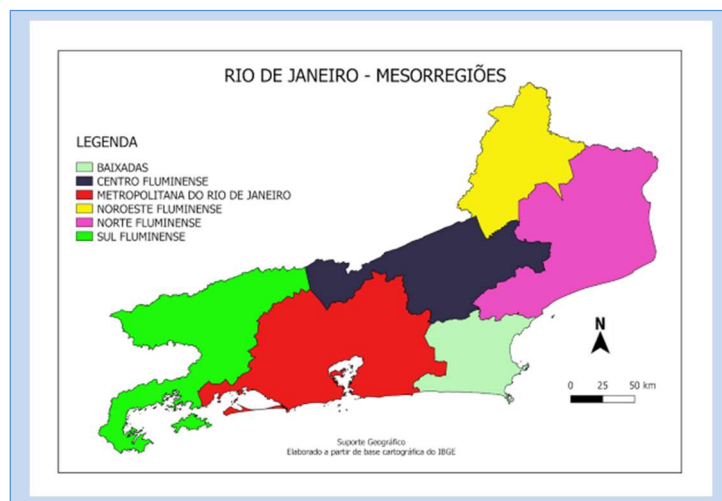
PROGRAMA	RESPONSÁVEL	DIRETRIZ	OBJETIVO	META	PÚBLICO ALVO / BENEFICIÁRIOS
6016 - Educação Especial	Ministério da Educação	X - a dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho;	1245 - Elevar a qualidade de Educação Especial, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.	052W - Universalizar a taxa de atendimento, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, na educação especial, em conformidade com a meta 4 do Plano Nacional de Educação.	Modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Decreto nº 10.502/2020 – Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida).
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Ministério da Educação	X - a dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho;	OBJETIVO 1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.	052E - Elevar a taxa bruta de matrícula na graduação em 10 pontos percentuais, em consonância com o disposto na Meta 12 do PNE.	<ol style="list-style-type: none"> 1. População apta a ingressar na educação superior, especialmente a da faixa etária de 18 a 24 anos; 2. Discentes, docentes e pesquisadores da educação superior; 3. Rede pública e privada de Instituições de Educação Superior.

Ambiente externo

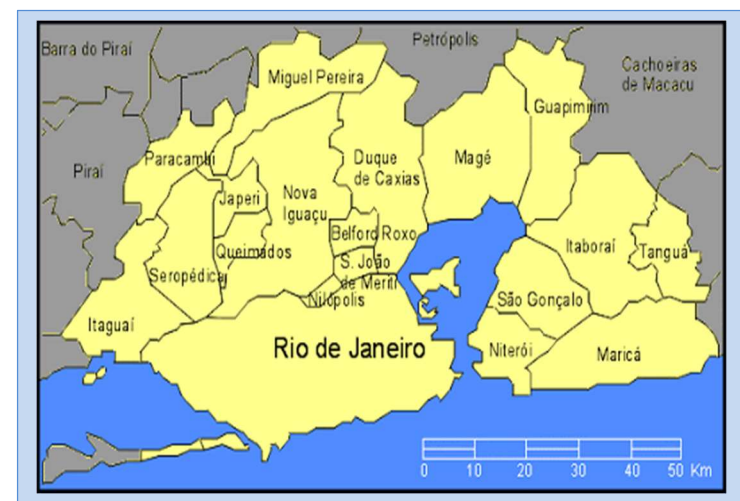
O ambiente externo do INES tem, por um lado, as *dimensões* do Município e do Estado do Rio de Janeiro – onde se situa e atua, em parte – e do Brasil, que suas ações devem alcançar, por ser um centro de referência nacional. Por outro, a *complexidade* da surdez, ao mesmo tempo uma condição de indivíduos e um fenômeno social e cultural. Assim, o ambiente externo do INES, que orienta seus objetivos estratégicos e suas ações, é regido pela interseção dessas *dimensões* com essa *complexidade*. Apresentamos, a seguir, a localização do INES no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



O Estado do Rio de Janeiro, destacado em vermelho, no mapa do Brasil. Nesse Estado, está localizado o INES, centro de referência nacional na área da surdez.



A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, onde se situa o INES, destacada em vermelho no conjunto das mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro.



Os Municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O INES fica na Zona Sul do Município do Rio de Janeiro, em Laranjeiras, mas atende muitos alunos da Baixada Fluminense (Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Nova Iguaçu) e de São Gonçalo, por exemplo.



Sede do INES, no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ.

No **Rio de Janeiro**, falamos principalmente do aspecto individual da surdez quando nos referimos ao diagnóstico gratuito e aberto à comunidade que o INES realiza em saúde auditiva, atendendo desde recém-nascidos até idosos, em sua sede. Mas, mesmo aí, surgem duas interseções:

- a) A primeira diz respeito a qual abordagem as famílias de bebês e crianças terão acerca da surdez. Ou seja, os indivíduos são diagnosticados para importantes definições de identidade, educação linguística e modelo de escolarização em suas vidas: a afirmação da identidade linguística e cultural de “pessoa Surda”, de um lado, por meio do aprendizado e uso da língua de sinais, ou a abordagem voltada para a “deficiência auditiva”, de outro - por meio do uso de aparelhos, implantes cocleares e terapias – que em geral leva a uma ênfase ao uso da língua portuguesa oral;
- b) A segunda diz respeito ao fato de que os indivíduos de diferentes idades são diagnosticados para ter acesso a direitos sociais, como: escola; gratuidade no transporte público; trabalho; benefícios de assistência social; reabilitação; aposentadoria.

Em sua sede, em Laranjeiras, um bairro de classe média alta, na Zona Sul do Rio de Janeiro, o INES oferta escolarização bilíngue para crianças, jovens e adultos surdos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, em seu Colégio de Aplicação. E também oferta, para surdos e ouvintes, curso de Licenciatura em Pedagogia, além de cursos de Especialização e Mestrado na área da educação de surdos, em seu Departamento de Ensino Superior. Mas, diferentemente de outras instituições de ensino, a maior parte de suas alunas e alunos não mora no entorno ou em bairros próximos, mas em áreas distantes e carentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Zonas Norte e Oeste da própria capital; municípios da Baixada Fluminense; São Gonçalo, etc. Isso traz o desafio da vulnerabilidade socioeconômica, um importante fator de evasão escolar e acadêmica: famílias muitas vezes monoparentais, lideradas pela mãe e dependentes de benefícios assistenciais.

Nas ações educativas realizadas em sua sede, existe em comum um relevante aspecto sociocultural: o Instituto é um importante espaço de cultura e socialização das comunidades surdas e do uso da Libras, embora, como veremos no Capítulo sobre Riscos, ainda haja barreiras linguísticas a superar. Também em sua sede, destacamos ser ela a base de pesquisas – de profissionais da casa e externos – e de ações de extensão, como os cursos presenciais de Libras - que alcançam familiares de pessoas surdas, profissionais da educação, profissionais de recursos humanos, entre outros – e cursos de extensão.



Na figura ao lado, temos uma interseção simbólica: a representação do frontispício do prédio principal do INES e as cores nacionais. Trouxemos essa imagem para dizer que, quando falamos do **Brasil**, estamos nos referindo principalmente à referencialidade nacional, ou seja, ao fato de que parte da missão do INES é sair de sua sede e alcançar todo o País.

O INES gera informações; produz conhecimentos; desenvolve metodologias e tecnologias; apoia produções culturais, e também subsidia entes federados, Poder Legislativo e Poder Executivo Federal na elaboração de leis e no desenho de políticas públicas, na área da educação e em outras. Todas essas atribuições demandam estudos, pesquisas, debates, planejamento, e muitas delas vêm da própria experiência do trabalho com surdos:

- a) Cooperação técnica – com outras instituições, com entes federados – na forma de seminários, assessorias técnicas e capacitações, realizados nas diferentes regiões do país;
- b) Participação em instâncias e processos de elaboração de leis e políticas, como a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência, além das interlocuções e colaborações com a Diretoria de Políticas para a Educação Bilíngue, do Ministério da Educação, também comandada por uma profissional surda ;
- c) Parcerias com outras instituições de ensino de todas as regiões do país – universidades e institutos federais – na oferta de vagas em curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue na modalidade a distância;
- d) Disponibilização de conteúdos em seu portal na internet;
- e) Apoio aos avanços da ciência, por meio do acolhimento de pesquisadores de todo o país e da atuação de seu Comitê de Ética em Pesquisa, que avalia protocolos de pesquisa também de todo o Brasil;
- f) Difusão dos avanços da ciência, por meio de publicações técnicas e científicas e da realização de eventos;
- g) Coloca-se o desafio de ampliar esse alcance, por exemplo, meio da oferta de uma modalidade online do Curso de Libras.

Relacionamento e comunicação com a sociedade e partes interessadas



No momento, além da listagem telefônica e dos serviços de Ouvidoria e SIC, o INES conta com outros canais de comunicação com o cidadão, tais como: site institucional, dentro da plataforma gov.br, para concentrar informações sobre estrutura organizacional, ações, eventos e serviços prestados pelo instituto; e uma página oficial no Facebook, para divulgação deste conteúdo institucional e de programas culturais e eventos com acessibilidade para pessoas surdas.

Também existem canais no YouTube, administrados pelos departamentos da instituição, que além de reunir vídeos em Libras para a comunidade, servem de repositório para traduções de textos publicados no portal institucional.

No endereço eletrônico gov.br/ines, o conteúdo institucional e informativo sobre tudo o que o INES tem a oferecer ao público é dividido por áreas e/ou departamentos, assunto e tipo de conteúdo.

Tanto o site quanto a página oficial do instituto no Facebook, que pode ser acessada pelo endereço www.facebook.com/INES.oficial, são administrados por um analista de tecnologia da informação e uma jornalista, que contam com a cooperação de outros servidores selecionados como perfis colaboradores para a inserção, edição e publicação de conteúdo.

Assim como toda a administração pública, um órgão governamental conversa com uma infinidade de públicos, o que exige uma comunicação fluida e que tenha a capacidade de dialogar com todo tipo de pessoa.

Desta forma, se desenvolve e aplica uma linguagem que possa criar mais proximidade com o público. Embora a postura seja diferente em cada canal (sites exigem presença mais institucional e redes sociais postura mais informal, por exemplo), o tom de voz e linguagem têm os mesmos traços, e contêm, preferencialmente: títulos explicativos, diretos e concisos, texto objetivo e fluido, além de palavras de fácil compreensão, contendo explicações para termos complexos.

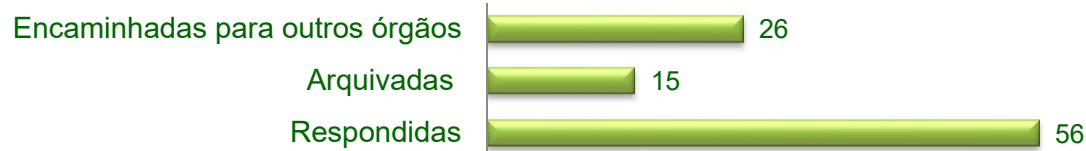


A Ouvidoria do INES tem como principal competência atuar como interlocutora e mediadora entre o usuário dos serviços e a Administração Pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania proporcionem contínua melhoria dos serviços públicos prestados pelo INES.

Recebemos, examinamos e encaminhamos denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações de providências e pedidos de simplificação referentes a procedimentos e ações de agentes públicos, órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

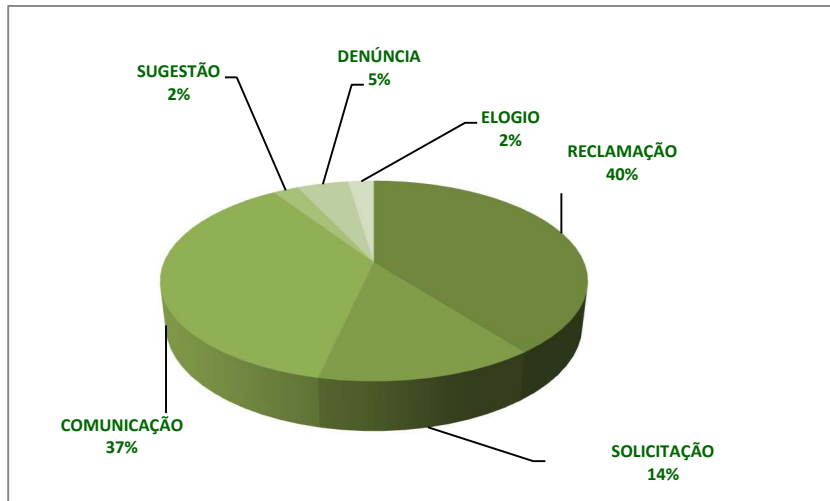
O contato entre os usuários de serviços públicos e a Ouvidoria ocorre de diferentes formas, sendo a principal delas a Plataforma Fala.BR (<https://falabr.cgu.gov.br/>). Esta ferramenta permite ao usuário dos serviços a escolher para qual órgão direcionar uma manifestação e acompanhar a tramitação da sua demanda, que recebe um código (NUP).

Além do recebimento de manifestações por meio da Plataforma Fala.BR, a ouvidoria recebe ainda cartas, e-mail e formulário próprio (nos atendimentos presenciais - suspenso devido à pandemia de Covid-19), com registros inseridos imediatamente na plataforma (conforme determinação contida no art. 16, §2º, Decreto nº 9.492/2018), a fim de manter um repositório único de manifestações. Ao longo de 2022, a Ouvidoria do INES recebeu via plataforma Fala.BR, **97¹** (noventa e sete) **manifestações**, sendo que 26 foram encaminhadas para outros órgãos e apenas 71 manifestações foram tratadas no âmbito do INES: 56 respondidas e 15 arquivadas.



O gráfico abaixo apresenta o número de manifestações agrupadas de acordo com o tipo.

¹ Fonte: Painel Resolveu (<http://painéis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm> e sistema Fala.BR <https://falabr.cgu.gov.br/>).



TIPO DE MANIFESTAÇÃO	2022
Denúncia	3
Elogio	1
Reclamação	26
Sugestão	1
Solicitação de providências	8
Comunicação de irregularidade (anônima)	17



O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do INES possibilita o acesso a informações públicas a qualquer pessoa, física (da comunidade interna ou externa) ou jurídica, sem burocracia. O atendimento é realizado de maneira presencial, por telefone e por meio do portal Fala BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Presencialmente, asseguramos acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras). Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes e os servidores realizam capacitações periódicas. Em 2022, houve 26 (quarenta e quatro) manifestações de acesso à informação. Temas recorrentes: Recursos Humanos; Programação Financeira; Licitações/Compras; Curso de Libras; Ensino Superior.

CARACTERÍSTICAS DAS MANIFESTAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Manifestações com identificação	22
Manifestações em regime de anonimato	04
Total de manifestações	26

EFEITOS DO TRATAMENTO DE MANIFESTAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Sem recurso / sem reclamação	25
Com recurso / reclamação (respondidos)	1
Total de manifestações	26

CARACTERÍSTICAS DO TRATAMENTO DE MANIFESTAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Casos de acesso concedido	23
Casos de acesso parcialmente concedido	1
Casos de pergunta repetida ou duplicada	0
Casos em que não se tratava de pedido de informação	0
Casos de informação inexistente	0
Casos em que o Órgão não tinha competência para responder sobre o assunto	1
Casos de acesso negado	1
Total de manifestações recebidas e tratadas	26

Fontes: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/dadosabertos> ; https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis/arquivos/sobre_pda.pdf;
<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>



PORTAL INES

Em novembro de 2021, iniciamos o processo de migração do conteúdo do portal institucional do INES para a plataforma gov.br, atendendo a uma solicitação da Secretaria Especial de Comunicação Social e da Secretaria Especial de Modernização do Estado do Governo Federal a todos os órgãos da Administração Direta. Para atender aos critérios do projeto de padronização digital do Governo Federal, foi necessária a migração de dados e conteúdos dos antigos portais para o novo Portal Institucional Padrão, revisando e adequando a arquitetura da informação do mapa de cada portal.

O gov.br é um projeto de unificação de portais na internet, sistemas e aplicativos móveis que contenham informações institucionais, notícias ou prestação de serviços do Governo Federal. Criado com o objetivo de sanar a dispersão dos mais de 1.600 sites e aplicativos da administração pública, o projeto se propõe a atender à população como uma central, reunindo em um só lugar todos os serviços e informações oferecidas digitalmente ao cidadão brasileiro. Desta forma, também os órgãos e entidades federais podem concentrar as ofertas dos serviços, resguardando a autonomia funcional de cada um.

Com a sigla em inglês CMS (Content Management System), o sistema de gestão de conteúdo permite o gerenciamento de um site por uma pessoa leiga ou sem conhecimento específico em desenvolvimento ou programação. O sistema escolhido para manutenção de conteúdo no gov.br foi o Plone, projetado seguindo práticas mundialmente disseminadas de usabilidade e segurança, além de todas as recomendações de acessibilidade do W3C (organização mundial que tem como objetivo definir padrões para os sites). A atualização do site é feita por meio do painel de ferramentas do gov.br, a partir de login, com usuário e senha cadastrados. Por isso, é importante que o gestor de conteúdo da página tenha domínio de como adicionar e gerenciar usuários. Para criar ou alterar permissões, é preciso possuir o perfil de Administrador do Site. Cada usuário, quando cadastrado, tem permissões atribuídas a ele.

No portal ou site institucional, atualmente, há tanto páginas estáticas de conteúdo explicativo quanto notícias e informes, em Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais, sobre ações, programas, serviços, cursos, eventos, lançamentos e setores do INES, bem como arquivos e documentos como editais, portarias, relatórios, certificados, ofícios, manuais, periódicos e revistas acadêmicas, além de sistemas de acesso ao público interno e canais de comunicação e contatos disponíveis para o público externo.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), os órgãos/entidades possuem obrigatoriedade legal de disponibilizar espontaneamente e proativamente um conteúdo mínimo obrigatório de transparência ativa, sem que o cidadão precise solicitar formalmente. Por isso, todos os conteúdos abrangidos pela LAI de transparência ativa foram migrados, inseridos, e são constantemente atualizados.

2. Governança, estratégia e alocação de recursos

Estratégia e alocação de recursos

Conforme dissemos ao longo deste Relatório, e definido em seu PDI 2018-2022, o INES abraça a Missão de “Fazer da Surdez um fator de Cidadania no Brasil”. Isso tem três significados fundamentais, que são os Valores da Instituição, calcados na percepção de que, historicamente, no mundo e no Brasil, as pessoas surdas não tiveram ou não têm sua dignidade respeitada nem a sua singularidade cultural reconhecida, e essa condição precisa ser superada:

O primeiro é a **Dignidade** da pessoa humana. Nos termos de Sarlet² (2007, p. 62), ela é compreendida como:

a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2007, p. 62)

O segundo é a **Interculturalidade**, compreendida por Catherine Walsh³ (citada em Candau, 2008) como:

um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. (CANDAU, 2008, p. 52)

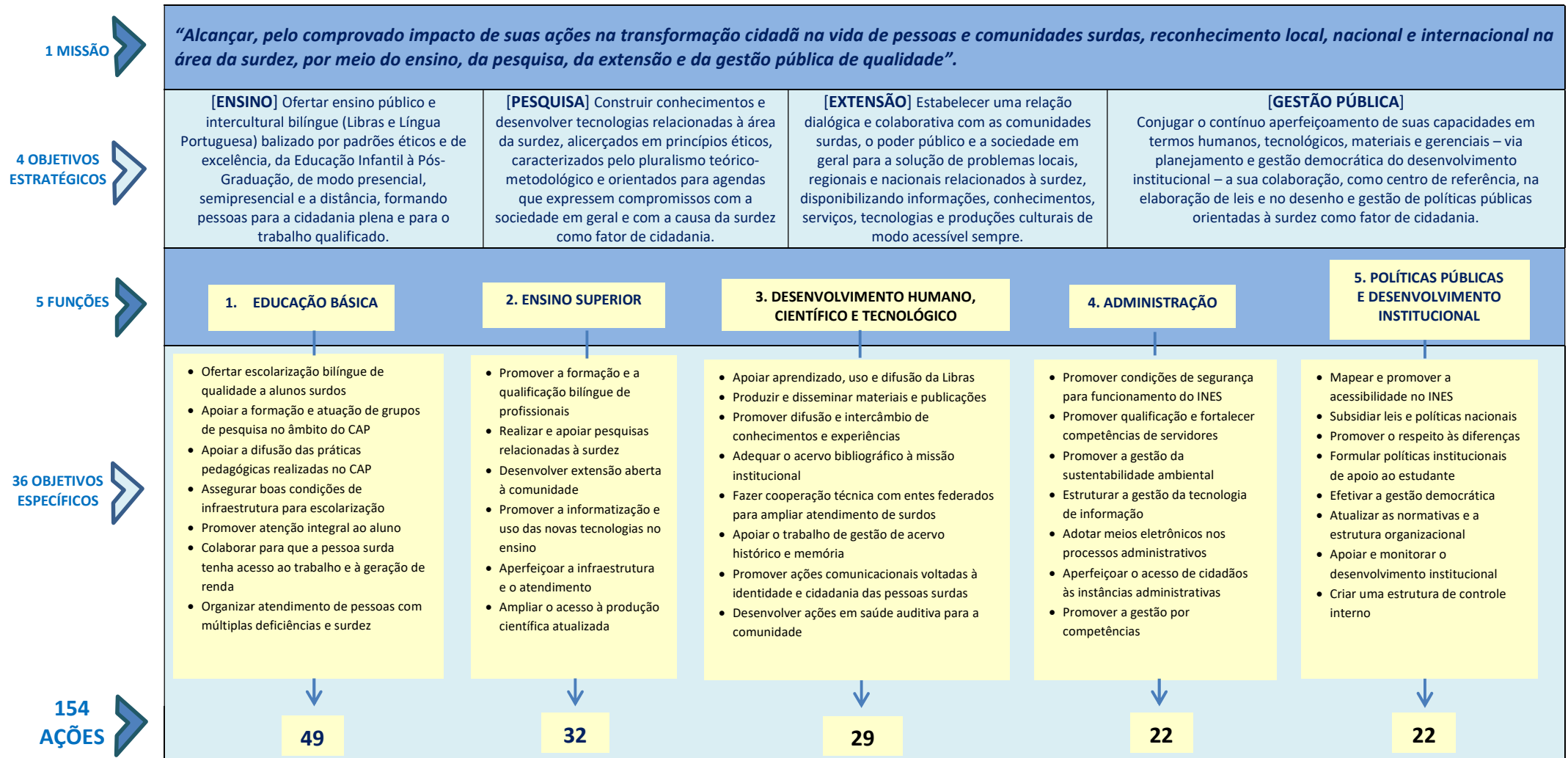
O terceiro é o nosso horizonte maior, a **Cidadania** das Pessoas Surdas no Brasil, compreendendo Cidadania com Carvalho⁴ (2002) como o usufruto de todos os *Direitos Cívicos* – vida, liberdade, propriedade, igualdade perante a lei, ir e vir, acesso à informação, etc. – *Direitos Políticos* – participar do governo e de quaisquer debates e deliberações de interesse público – e *Direitos Sociais* – saúde, educação, trabalho, assistência e previdência social, cultura, etc. Aos quais acrescentamos os *Direitos Linguísticos*, de aprender, usar, ver valorizada, disseminada e poder transmitir às futuras gerações a língua de sinais e a cultura surda. Assim, o que o INES almeja está representado a seguir, em nosso *Mapa integrado da visão, estratégia e ações*:

² SARLET, I. W. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p.62.

³ WALSH, C. apud CANDAU. V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: tensões entre igualdade e diferença. In: Revista Brasileira de Educação. Vol.13 no. 37. Rio de Janeiro Jan./Abr. 2008, p. 52.

⁴ CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Mapa integrado da visão, estratégia e ações



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR
<p>Conselho Diretor</p> <p>Sua composição inclui: Direção Geral do INES, que o presidirá, ou substituta(o) legal; Direção dos Departamentos do Instituto ou substitutas(os) legais; um(a) representante do corpo docente ou seu suplente, eleito(a) por seus pares; um(a) representante do corpo técnico-administrativo ou suplente, eleito(a) por seus pares; um(a) representante do corpo discente ou suplente, eleito(a) por pares; um(a) representante de Mães/Pais/Responsáveis de Alunos do Colégio de Aplicação do INES ou suplente, eleito(a) por pares.</p>	<p>O Conselho Diretor reúne-se periodicamente, no mínimo a cada dois meses. Entre as matérias relevantes para a geração de valor, que tem conduzido e apreciado, estão:</p> <ul style="list-style-type: none">• O processo de elaboração do PDI, que se desenvolve a partir de uma comissão multissetorial constituída pelo Conselho Diretor e homologada em Portaria. Todo o processo é feito por meio de reuniões de trabalho, consultas públicas e reuniões abertas;• As decisões relativas à estrutura e funcionamento do Instituto passam pela avaliação do Conselho, inclusive o texto do Regimento Interno, que também deve ser elaborado por comissão multissetorial e em regime participativo. Depois de aprovado no Conselho, a Direção Geral encaminha o texto para homologação por parte do Ministro da Educação;• Mudanças no regime de trabalho, distribuição de carga horária e progressão funcional de docentes e técnicos passam por sua avaliação;• Mudanças nas normativas das atividades de ensino: projeto pedagógico da Educação Básica e do Ensino Superior; regimes disciplinares;• Políticas institucionais, como a de Assistência ao Estudante, sempre conduzidas por comissões multissetoriais e em regime democrático.
<p>Colegiado do Ensino Superior</p> <p>O Colegiado é a instância de deliberação de diferentes agentes da Educação Superior, docentes, discentes e técnico-administrativos, desenvolvido no âmbito do DESU. Sua composição abrange: Um membro indicado pela Direção Geral; cinco docentes do Curso, eleitos por pares (três titulares e dois suplentes); dois servidores técnico-administrativos, eleitos por pares (um titular e um suplente); dois alunos com matrícula regular e ativa no Curso, eleitos por pares (um titular e um suplente).</p>	<p>Os Colegiados do Ensino Superior discutem todas as medidas políticas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Exemplos das matérias debatidas nessa instância, que concorrem para a geração de valor, são:</p> <ul style="list-style-type: none">• Programa de Apoio à Iniciação Científica – PIC/INES;• Programa de Apoio à Extensão – PROEXT/INES;• Harmonização dos projetos pedagógicos dos Cursos de Pedagogia presencial e a distância;• Criação de novos cursos (por exemplo, o Mestrado Profissional, a se iniciar em 2020);• Emitir parecer sobre recursos interpostos por alunos;• Formas de seleção, avaliação, estágio para os cursos;• Número de vagas de docentes e suas necessidades de qualificação;• Colaboração nos trabalhos da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR

Núcleo Docente Estruturante (NDE): foi constituído pelos professores efetivos do DESU em 2011, com a finalidade de contribuir com a reestruturação do Departamento no sentido de atender às necessidades pertinentes à Educação Superior (ensino/pesquisa/extensão). É o órgão consultivo responsável pela concepção e atualização periódica do Projeto Político Pedagógico do Curso Bilíngue de Pedagogia.

Entre as ações do NDE que concorrem para a geração de valor, encontram-se:

- Elaborar e atualizar periodicamente o projeto pedagógico dos cursos;
- Estabelecer o perfil profissional do egresso dos cursos;
- Conduzir trabalhos de reestruturação curricular, submetendo-a ao Colegiado, sempre que necessário;
- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pelo Colegiado;
- Analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares, quando solicitado;
- Promover a integração vertical e horizontal do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

Comissão Própria de Avaliação (CPA): tem por finalidades propor e conduzir os processos de avaliação interna da instituição, sugerir medidas que contemplem as necessidades apreendidas do processo de avaliação e sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP, no âmbito do SINAES, observada a legislação pertinente. É constituída por: 3 representantes do corpo docente; 3 representantes do corpo discente; 1 representante do corpo técnico-administrativo; 1 representante da sociedade civil (comunidade externa).

Entre as principais atividades da CPA relacionadas à geração de valor pelo INES está a avaliação:

- do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- da política de ensino, pesquisa e extensão;
- da responsabilidade social da Instituição;
- da infraestrutura física para oferta de ensino superior, incluindo a biblioteca;
- da comunicação com a sociedade;
- das políticas de atendimento ao estudante;
- da organização e gestão do ensino superior;
- das políticas de gestão de pessoas.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR

Órgãos de representação de alunos ou familiares de alunos:

a) Centro Acadêmico Bilíngue de Pedagogia (CABIP): órgão de representação estudantil do Curso Bilíngue de Pedagogia do INES/DESU. São considerados associados do CABIP todos os alunos regularmente matriculados no referido Curso. Seus objetivos são: reconhecer, estimular e levar adiante a defesa dos interesses dos estudantes representados, incluindo a ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados e a democracia.

b) Grêmio Estudantil do INES (GINES): tem por finalidades unir todos os alunos do INES; defender cada aluno em problemas particulares; defender todos os alunos em problemas gerais; aumentar a cooperação entre diretores, funcionários e professores;

c) Associação de Pais do INES (APINES): atua na para defesa dos interesses da pessoa surda, e tem como objetivo participar do processo de gestão democrática do INES. É composta de pais e responsáveis por alunos até 18 anos incompletos, e sua sede é o próprio endereço do Instituto. Considerando-se que uma de suas finalidades é a proteção dos interesses coletivos da pessoa surda, poderá acionar o Ministério Público para garantia desses direitos.

Os órgãos de representação discente do Colégio de Aplicação (GINES) e do Departamento de Ensino Superior (CABIP) colaboram no controle social das ações educativas do Instituto, atentos a eventuais ocorrências de preconceito ou discriminação; bullying ou assédio; demandas de atendimentos de necessidades especiais de alunos; discussões sobre políticas linguísticas institucionais; situações de risco de evasão escolar ou acadêmica e demandas de assistência estudantil, etc.

A APINES, assim como o GINES e o CABIP, instância de controle social das ações do INES por seus usuários. Todas as ações educativas no âmbito do Colégio de Aplicação estão sujeitas ao seu escrutínio, uma vez que, nos termos da Constituição Federal, Art. 5º, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Outras formas de colaboração envolvem a identificação de situações de conflito ou vulnerabilidade socioeconômica que podem suscitar a necessidade de apoio e orientação aos pais e/ou aos alunos por parte de profissionais do INES – Assistentes Sociais, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR
<p>Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): tem por finalidade prestar assessoramento à Direção Geral, na formulação e acompanhamento da execução da política do pessoal docente. É composta de 3 (três) a 5 (cinco) membros eleitos pelos pares, com pelo menos um candidato de cada Departamento do INES, sendo considerado <i>impedimento</i> para candidatar-se e/ou para o exercício do cargo: docente respondendo a Processo Administrativo; docente ocupante de cargo de Chefia e/ou Confiança; docente membro nato ou eleito do Conselho Diretor.</p>	<p>Entre suas atribuições relacionadas à geração de valor pelo INES estão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apreciar e dar parecer em assuntos concernentes: <ol style="list-style-type: none"> a) Aos processos de avaliação para progressão funcional; b) Aos processos de dispensa, aos afastamentos para cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado; e à licença-capacitação. c) Aos critérios relativos a avaliações ou concursos públicos, relacionados com o pessoal docente. 2. Desenvolver estudos e análises, visando subsidiar a política de recursos humanos do pessoal docente. 3. Colaborar no planejamento e acompanhamento de programas de treinamento e capacitação do pessoal docente, junto com a área de Recursos Humanos.
<p>Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (CIS): vincula-se ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação. É composta por servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação – PCCTAE: três membros eleitos a cada 3 (três) anos, que representam o corpo técnico-administrativo da Instituição.</p>	<p>A CIS colabora na geração de valor do INES da seguinte forma:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) acompanhando e fiscalizando a implantação do plano de carreira dos Técnicos Administrativos em Educação; b) apresentando propostas e fiscalizando a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do INES e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas; c) avaliando, anualmente, as propostas de lotação do INES; d) acompanhando o processo de identificação dos ambientes organizacionais do INES proposto pela área de recursos humanos e dos cargos que os integram; e) Analisando e emitindo parecer sobre: progressões por mérito ou capacitação; afastamentos para pós-graduação; incentivos à qualificação.
<p>Comissão Permanente de Licitação (CPL) e Comissão Permanente de Compras (CPC): vinculadas ao Departamento de Planejamento e Administração (DEPA).</p>	<p>Essas comissões atuam à luz da legislação brasileira para assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, economicidade, legitimidade e eficiência, à luz do interesse público. Exemplos de economicidade: em 2020, a cotação eletrônica e o pregão eletrônico geraram economia de 10,94% do valor estimado no referido exercício para aquisição de suprimentos e contratação de serviços.</p>

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR
<p>Ouvidoria: tem seu foco na interlocução entre o cidadão e a Instituição. As manifestações apresentadas por alunos, responsáveis, servidores e cidadãos em geral podem ser: sugestões; elogios; solicitações; reclamações ou denúncias. O atendimento pode ser feito presencialmente, por telefone, por e-mail ou pelo sistema de ouvidorias do Governo Federal (e-Ouv).</p>	<p>A Ouvidoria tem colaborado com a geração de valor no sentido de contribuir para o controle social da qualidade e da eticidade dos serviços prestados, assim como o aperfeiçoamento da gestão e das relações internas e externas. Ela encaminha e acompanha as demandas, além de mediar conflitos, contribuindo para o aperfeiçoamento dos procedimentos e dos processos de trabalho na Instituição.</p>
<p>Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): existe para assegurar o direito de toda cidadã ou cidadão brasileiro, na qualidade de pessoa física ou jurídica, às informações públicas geradas pela Instituição ou nela existentes de maneira objetiva, sem a necessidade de apresentar motivo e sem burocracia. O acesso é a regra, o sigilo é exceção e limitada a situação legalmente previstas. O atendimento pode ser feito presencialmente, por telefone ou pelo sistema e-SIC.</p>	<p>O SIC colabora para a geração de valor no sentido de assegurar a transparência das ações do Instituto (transparência ativa, com divulgação proativa de informações, e transparência passiva, com a criação de procedimentos e prazos que facilitam o acesso à informação). Muitos pedidos de informação abordam impulsionam ações do Instituto em apoio a situações relacionadas a pessoas surdas em lugares distantes dos grandes centros, somando com o trabalho de referencialidade exercido.</p>
<p>Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-INES): atua junto com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Suas principais missões são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a preservação dos direitos das pessoas que tomam parte em pesquisas científicas no âmbito do instrumental instaurado pelo Sistema CEP/CONEP; • Realizar ações educativas e de divulgação, que auxiliem os pesquisadores na submissão e acompanhamento de projetos de pesquisa no Sistema CEP/CONEP, assim como informar aqueles que tomam parte em pesquisas científicas de seus direitos. <p>Seus integrantes tem formação em diferentes áreas: Ciência Política, Antropologia, Linguística, Medicina, Fonoaudiologia, Pedagogia. Atende presencialmente, por telefone e por e-mail e realiza reuniões mensais.</p>	<p>O CEP-INES colabora para a geração de valor no sentido de qualificar o processo de formulação de projetos de pesquisa dentro do Instituto, tanto por meio da análise e avaliação dos protocolos submetidos à Plataforma Brasil quanto por meio de atendimentos, capacitações e eventos de divulgação. Externamente, o CEP-INES vem se tornando uma referência nacional obrigatória para pesquisas relacionadas às pessoas surdas. O principal impacto dessas ações é assegurar os direitos de integridade e esclarecimento pleno principalmente de pessoas surdas que sejam definidas como sujeitos de pesquisa.</p>

3. Riscos, oportunidades e perspectivas



Gestão de riscos e controles internos

Segundo a publicação *Dez Passos para a Boa Governança*, do Tribunal de Contas da União (TCU, 2014), riscos “surgem da incerteza natural dos atuais cenários econômico, político e social e podem se apresentar como desafios ou oportunidades, na medida em que dificultem ou facilitem o alcance dos objetivos organizacionais” e o “ instrumento de governança para lidar com a incerteza é a gestão de riscos, que engloba, entre outras coisas, os controles internos”, permitindo que a instituição trate “com eficiência as incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades, seja pela redução da probabilidade e/ou impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor” e cumpra seus objetivos. No caso de uma instituição de referência nacional, são muitos os riscos e as oportunidades, que, se bem manejados, podem mudar as perspectivas e o alcance de nossa geração de valor.

1. Riscos

O INES ainda não conta com uma política específica de gestão de riscos, mas as instâncias e práticas existentes vêm atuando para mitigação dos riscos detectados como capazes de comprometer o atingimento de nossos objetivos estratégicos.



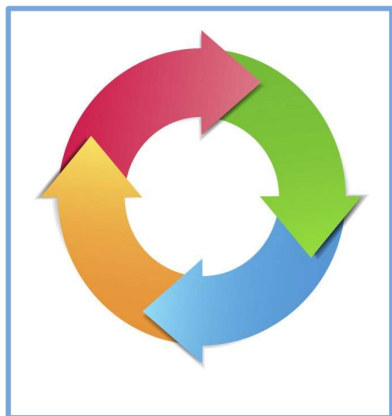
1.1 Segurança do patrimônio humano e material e da Tecnologia da Informação

Uma das questões prementes que se apresentou como risco foi suscitada pelo triste incêndio que atingiu o Museu Nacional, vinculado à UFRJ, em setembro de 2018. O INES possui edifícios que datam do início do século XX, e, portanto, têm mais de 100 anos de existência. As estruturas são imensas e muito antigas e, apesar de o conjunto arquitetônico ser considerado patrimônio cultural do Rio de Janeiro, não existia um plano específico para lidar com os riscos efetivos, humanos e materiais, da ocorrência de um incêndio ou dos efeitos de problemas estruturais causados por infiltrações em situações de chuva forte, por exemplo. As fontes desse risco são combinadas: externas (ambientais, como chuvas, raios, etc.) e internas (falta de equipamentos; sinalização; treinamento, etc.).

No PDI 2028-2022, na Função *Administração*, o tema *Obras em caráter de urgência* corresponde ao objetivo de “adotar todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários”. A ele, correspondem as metas de:

- Constituir uma força-tarefa para organizar o processo de avaliação completa das condições de segurança e risco de incêndios, infiltrações, desabamentos, etc., incluindo instalações elétricas, hidráulicas, paredes e telhados, dispositivos de alarme sonoro e visual e combate a fogo (sprinklers, extintores), brigada de incêndio, etc. de todas as edificações que compõem este Instituto; e
- Adotar como prioridade todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários.

O Departamento de Planejamento e Administração informa já ter encaminhado esse mapeamento, com os desdobramentos aplicáveis. Em 2019, foi contratada a empresa para elaboração do Projeto de combate ao Incêndio, através do contrato de prestação de serviços nº 36/2019, Instaservices Com. e Serviços Técnicos em Instalações e Obras Ltda., com início em 07/10/2019 e encerramento em 04/04/2020. Porém, por problemas operacionais e técnicos, o contrato foi cancelado. Com a pandemia, foi intensificada a importância de uma equipe de Engenharia, sendo assim foram feitos pregões para contratação, mas não houve êxito na finalização. Em 2021, foi contratado a equipe de engenharia pela empresa PGE Projetos, Gerenciamento e Empreendimentos Ltda., conforme contrato 001/2021, após a análise da equipe está sendo elaborado o termo de referência para contratação da empresa para elaboração do projeto de combate a incêndio, com as informações solicitadas pelo INEPAC conforme as normas do patrimônio tombado. Foi elaborado o projeto do campo de futebol, e está na fase da contratação da empresa para execução da obra.



1.2 Gestão do conhecimento

Os principais Riscos, Medidas Adotadas e Desafios registrados pelo Departamento de Desenvolvimento Humanos, Científico e Tecnológico foram os seguintes:

RISCO	MEDIDA ADOTADA	DESAFIO
<p>Eventos: A pandemia trouxe o desafio de prosseguir com as atividades de difusão de conhecimentos e de intercâmbio culturais, que são realizadas, habitualmente, por meio de eventos presenciais de alcance local, regional, nacional e internacional.</p>	<p>O caminho foi realizar eventos online, na plataforma <i>YouTube</i>. Isso se revelou uma oportunidade para ampliar o número de inscritos e de participantes e ampliar também o alcance da difusão de conhecimentos, uma vez que a permanência das palestras na Plataforma possibilitou um grande número de visualizações, muito acima do número de participantes inscritos. A avaliação do público tem sido positiva.</p>	<p>Para assegurar esse caminho como uma oportunidade que se abre e evitar maiores riscos, sugere-se a aquisição de uma plataforma de <i>streaming</i> ao vivo que permita o acesso a mais recursos, a fim de melhorar a acessibilidade e a dinâmica das palestras <i>online</i>. Também é necessário capacitar profissionais para operar a plataforma e as transmissões. Assim, será possível realizar todos os eventos com mais qualidade no formato <i>online</i>. Foi criado, em 2021, um canal YouTube.</p>
<p>Materiais de apoio: A grande demanda por materiais do INES, aliada à diminuição do quadro de servidores, configurou um risco para a continuidade do importante trabalho de gerenciar a produção e difusão de materiais de apoio ao ensino de surdos nos sistema de ensino brasileiros.</p>	<p>Foi demandada a criação de um sistema eletrônico de controle, o que foi atendido pela Divisão de Informática do Instituto, a DINFO.</p>	<p>Para 2022, recomenda-se que os materiais sejam guardados e contabilizados no estoque a partir desse sistema criado pela DINFO para a DIESP. Também se faz necessário prosseguir com a distribuição dos materiais recebidos em 2019 e 2020 prioritariamente para cursos de Licenciatura em Letras-Libras de todo o Brasil, assim que forem retomadas as atividades presenciais. Igualmente, demanda-se, para continuidade dessas atividades, a ampliação do quadro de servidores na DIESP, bastante reduzido devido a aposentadorias.</p>

RISCO	MEDIDA ADOTADA	DESAFIO
<p>Pesquisa: Parte importante da missão do INES é apoiar o desenvolvimento e difusão da ciência e da tecnologia relacionada à surdez e à cidadania das pessoas surdas, mas muitos profissionais ou estudantes do Instituto demandam apoio mais direto.</p>	<p>Há parcerias com o Comitê de Ética em Pesquisa e o DESU na forma de cursos, e devemos registrar que a democratização do conhecimento avançou muito nos últimos anos, com a implantação de página com os periódicos online do INES. Mas permanecem as demandas de apoio – elaboração de projetos, instrumentos de coleta de dados, preparação de artigos para periódicos científicos, etc. – bem como de maior acompanhamento do alcance das publicações institucionais. Para estimular a produção acadêmica e ampliar o controle das pesquisas cadastradas na Divisão, foi criado, em 2021, um Seminário de Pesquisas em Andamento, a exemplo de outras instituições brasileiras.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Formar uma Consultoria de Pesquisa, nos termos da Política de Pesquisa do Instituto. Sugere-se divulgação na intranet do INES, para atrair profissionais com titulação de Doutorado que tenham interesse, eventualmente com realização de entrevistas e análise de currículo; 2) Implantar, no site da DIESP, um sistema online de recebimento de propostas de pesquisa (preenchimento dos formulários e inserção dos documentos), visando automatizar, democratizar e uniformizar o processo de recebimento das solicitações de pesquisa; 3) Faz-se necessária a criação de uma ferramenta de contagem de acessos, que permitirá dimensionar o alcance de nossas publicações.
<p>Curso de Libras: A pandemia causou o adiamento do início das aulas do Curso de Libras, que sempre existiu somente na modalidade presencial. O setor já havia alertado para a necessidade de adotarmos a modalidade online, em razão da grande demanda.</p>	<p>Ao longo do primeiro semestre de 2020, foram feitos trabalhos de planejamento e capacitação. Por fim, no segundo semestre de 2020, foi possível dar início às aulas do Curso de Libras na modalidade online, dentro da plataforma <i>Google Classroom</i>. No entanto, não foi possível lançar editais para novas turmas. Tem sido bem sucedida a prática de priorizar instituições e profissionais que atuam em relação à pessoa surda. No entanto, uma questão ficou evidente: a saída, nos últimos anos, de profissionais qualificados em EaD, comprometeu a qualidade da gestão e da própria utilização da plataforma na qual as aulas foram realizadas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Maior transparência na comunicação, de modo que tanto agentes do setor público quanto do terceiro setor assimilem e cumpram condições, trâmites e prazos; 2) A gestão mais profissional do Curso na modalidade <i>online</i> melhorou os resultados: o quantitativo de matrículas diminuiu um pouco (de 759 em 2020 para 746 em 2021), mas houve melhora na taxa de conclusão (de 180 concluintes com aprovação em 2020 para 334 em 2021).

RISCO	MEDIDA ADOTADA	DESAFIO
<p>Estágios: Devido à pandemia e à suspensão de atividades presenciais, o INES poderia deixar de ser um polo de atração de instituições de ensino para estágio de seus profissionais em formação. O Instituto tem diversos parceiros, internos e externos, e é grande a procura por estágios.</p>	<p>Nos termos da Portaria MEC nº 544/2020, o INES passou a trabalhar com a possibilidade de ofertar estágio remoto enquanto durar a pandemia. Todo esse processo ocorreu digitalmente (formulários de inscrição, modelos de documentos, registro de frequência, declarações e assinaturas), devendo ser lembrado que o Departamento de Educação Básico (DEBASI) é aquele que recebe maior volume de estagiários.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Destacamos a necessidade de um sistema informatizado que torne esse trabalho mais eficaz e eficiente. Para isso é necessário da colaboração da Divisão de Informática do INES – DINFO, responsável por desenvolvimento; 2) Na colaboração com o DEBASI, deve-se estabelecer uma dinâmica da participação do estagiário remotamente, assim como o acompanhamento por parte do supervisor e seu respectivo registro para fins de comprovação de carga horária.
<p>Audiologia: Os trabalhos da Divisão de Audiologia (DIAU) sofreram descontinuidade devido à pandemia, pois abrangem exames de detecção e identificação de perda auditiva, realizados presencialmente com bebês, crianças, jovens, adultos e idosos. Além disso, foi necessário desocupar o espaço utilizado, que demandava obras de infraestrutura. Outro problema diz respeito aos canais de comunicação para agendamento por parte do público.</p>	<p>Em julho de 2021, foi possível a retomada dos trabalhos presenciais, sempre com os cuidados de evitar aglomeração e assegurar a higienização do ambiente entre uma e outra consulta. Houve 539 atendimentos até o final do ano. Apesar da paralisação, foram efetivados os processos licitatórios para a realização de consertos necessários em diversos aparelhos utilizados pela DIAU, bem como das obras necessárias. As fonoaudiólogas têm realizados pesquisas e produzidos materiais conforme definido nas normas institucionais.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Concluir todos os reparos necessários nos equipamentos; 2) Concluir reformas em instalações físicas originais, que asseguram melhores condições de acessibilidade para o público atendido; 3) Definir outro espaço para instalação provisória da DIAU até que sejam concluídas reformas e reparos; 4) Criar uma conta institucional de WhatsApp para agilizar os agendamentos de consultas e exames, uma vez que o procedimento atual limita-se ao uso de e-mail e telefone fixo.
<p>Biblioteca: A pandemia trouxe risco de descontinuidade nos atendimentos, com prejuízo para estudantes e para pesquisadores externos.</p>	<p>A equipe da Biblioteca concluiu dois grandes trabalhos de catalogação das matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia do INES (presencial e a distância), bem como de todas as respectivas bibliografias, a básica e a complementar. E instituiu um catálogo virtual de e-books na plataforma <i>Library Thing</i>. Todos os serviços de referência estão sendo feitos online.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Publicar o novo Regulamento e a nova Política de Seleção de Acervo, que estão em fase de elaboração, já considerando as novas práticas surgidas com o contexto da pandemia.



1.3 Política linguística institucional

Outra questão que se apresenta como risco para o INES é o fato de que não existe uma definição de Política Linguística para a própria instituição. Ou seja, nele não há diretrizes compartilhadas quanto ao aprendizado, ao uso e ao papel da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa. Em muitas esferas de trabalho, prevalecem práticas monolíngues (língua oral, apenas com interpretação em Libras) que não correspondem à nossa vocação e compromisso com a Cidadania Surda, pois geram barreiras de comunicação que se tornam discriminações ou mesmo exclusões.

Além disso, falta clareza quanto ao que se entende por “educação bilíngue”. Há diferentes visões acerca da definição de “educação bilíngue” em documentos do próprio Instituto: alguns enfatizam o lugar da Libras como primeira língua e do Português escrito como segunda; outros sustentam que “educação bilíngue” são “duas línguas em circulação”.

Podemos dizer que o que é mencionado no item 1.6 deste Capítulo, com respeito à Educação Superior, existe de maneira geral no INES:

- Resistência de alguns docentes à aprendizagem, ao uso e à produção de materiais em Libras;
- Resistência de alguns servidores administrativos à aprendizagem e ao uso da Libras;
- Entendimento de que a Instituição – um instituto de surdos – promove “acessibilidade aos surdos” por meio das medidas que adota, quando, por definição, a língua dos surdos, a língua de sinais, deveria ser de uso corrente, ficando a promoção da acessibilidade circunscrita aos ouvintes não fluentes na língua de sinais;
- Alguns dos atendimentos em saúde de alunos surdos são realizados em Português, com atuação de Tradutor Intérprete de Libras.

Tudo isso cria grande fragilidade para uma instituição definida como centro de referência nacional. A ponto de outras instituições, com maior clareza quanto a sua política linguística institucional, poderem reivindicar esse papel. O debate foi suscitado em reunião de Departamentos e entrou para a agenda de prioridades em nosso Plano de Desenvolvimento de Pessoas e de complementação de nosso PDI. Com a retomada das atividades presenciais, após a superação da pandemia, haverá ciclos de debate acerca do tema, liderados pelo Conselho Diretor.



1.4 Estrutura organizacional e Conselho Diretor em questão

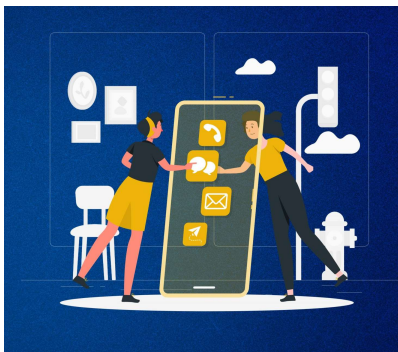
O Conselho Diretor, instância máxima do INES, reúne-se no mínimo a cada dois meses, com as atribuições de: propor diretrizes de funcionamento do Instituto, opinar sobre proposta orçamentária; participar do planejamento e acompanhamento da gestão; expedir normas para comissões; definir critérios para regime de trabalho, avaliação de desempenho e progressão de servidores, bem como critérios gerais para concursos públicos, etc.

Em 2021, os principais riscos enfrentados pelo Conselho Diretor no âmbito de suas atribuições foram:

- O fato de o Regimento Interno do INES e sua estrutura de cargos não corresponder mais às necessidades da Instituição e às diretrizes mais recentes de boa governança pública, e precisar ser reformado com ampla participação;
- O fato de a sua própria legitimidade enquanto instância máxima vir sendo questionada ao longo da última década por haver, segundo diferentes atores institucionais, excessivo espaço ocupado por integrantes do grupo gestor;
- A dificuldade de definir e contar com a participação efetiva de representante de alunos do Colégio de Aplicação;
- O término do mandato dos membros em meio à pandemia teve um grande impacto na organização do ensino, em especial no Colégio de Aplicação (CAP). O fato de o CAP não ter um Conselho Escolar faz com que o Conselho Diretor exerça esse papel. Sendo assim a votação da reorganização do calendário escolar de 2020, é uma das pendências a ser resolvida e depende do posicionamento do MEC quanto ao mandato dos membros;
- As dificuldades de realização de reuniões *online* com a participação de todas as categorias, e acessibilidade tecnológica que permitisse a participação do maior número de servidores do INES. Isso causou a diminuição das reuniões durante a pandemia, pois a plataforma *Zoom* utilizada só permite a participação de 100 pessoas. Com isso, a participação das pessoas ficou condicionada à pontualidade. Os servidores que resolvessem participar com atraso não teriam condições de acesso a plataforma.

Em 2021, foram elaboradas de modo participativo propostas de novo Regimento Interno do INES e de criação do Conselho Escolar do Colégio de Aplicação do Instituto. Para solucionar a terceira questão, têm sido feitas reuniões de esclarecimento, com o empenho de engajar estudantes nessa Instância. Com respeito ao quarto item, foi formulado pedido de orientação à Consultoria Jurídica do Ministério da Educação. Sobre o último item, de fato tivemos que realizar um número menor de reuniões e com participação mais restrita.

Devemos registrar que, no ano de 2020, o Conselho Diretor aprovou a criação do DIDAPS, um núcleo constituído no âmbito do DEBASI que tem por objetivo a produção e materiais bilíngues. Esse Núcleo teve grande importância na concepção, produção e difusão de vídeos de orientação a alunos e familiares no contexto da pandemia.



1.5 Comunicação pública

RISCO	MEDIDA ADOTADA	DESAFIO
<p>Não há uma assessoria de comunicação ou mesmo um setor específico que atenda às demandas de comunicação institucional. Desde novembro de 2014, apenas uma servidora, com o cargo de jornalista, é encarregada de funções pertinentes à área.</p>	<p>Após o primeiro concurso para a vaga de jornalista da instituição, em 2014, a referida servidora vem centralizando e acumulando atribuições diversas da área de comunicação social e tarefas tangentes, incluindo competências que não estão previstas em edital e/ou decreto de regulamento da profissão.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar um setor, divisão ou comissão para concentrar e organizar as demandas de comunicação institucional do órgão; 2. Abrir vagas para novos servidores e estagiários, e/ou contratar empresa especializada, mediante termo de referência/licitação, a fim de distribuir as tarefas relacionadas à comunicação para profissionais da área, como jornalistas, relações públicas/assessores de imprensa, analistas de mídias sociais, analistas de comunicação, designers etc.
<p>O INES não tem equipe especializada e dedicada à gestão e manutenção de mídias sociais, e não dispõe de aparelhos móveis próprios da instituição para este fim, de forma a assegurar a frequência e qualidade das postagens e a segurança da informação.</p>	<p>Optou-se por não criar contas institucionais em outras redes como Instagram e Twitter, por exemplo.</p>	<p>Deve ser avaliada a possibilidade de contratação de empresa especializada em gestão de redes sociais, que já contariam com o equipamento próprio. O INES passaria as informações e a empresa produziria o conteúdo adequado à mídia – com aprovação do Instituto, quando necessário – incluindo a parte gráfica, e o monitoramento diário, com relatórios gerenciais.</p>



1.5 Educação Básica

O Colégio de Aplicação possui instância de Gestão Democrática, com participação de docentes, alunos, técnicos e gestores. Os principais riscos identificados e medidas adotadas ou sugeridas foram:

RISCO	MEDIDA ADOTADA
<ul style="list-style-type: none"> • EDUCAÇÃO INFANTIL - O relativo esvaziamento da Educação Infantil, nos últimos anos, em termos de procura, transferência, matrículas, bem como incremento na evasão; 	<p>Os dois primeiros riscos tanto vêm acontecendo em função da diretriz de inclusão escolar - nas redes públicas da região Metropolitana do Rio de Janeiro – que tem possibilitado às famílias matricular seus filhos em escolas no próprio bairro ou mais próximo das suas residências, quanto em relação às dificuldades das famílias de se dirigirem diariamente ao INES, necessitando utilizar mais de uma condução, tendo que sair de casa muito cedo e só retornar após os filhos serem liberados, às 12h quando não participam das atividades de reforço escolar ou oficinas. O relato das mães que mais acompanham os filhos à escola é de que todo esse tempo dedicado a esse acompanhamento impede sua inserção no mercado de trabalho. Quando a renda da família é afetada, elas necessitam trabalhar, porque os benefícios sociais não suprem todas as despesas da família, gerando assim o terceiro risco que é a evasão escolar, ou o pedido de transferência para outra escola.</p> <p>Os professores do Serviço de Educação Infantil que conhecem de perto essa realidade também percebem o quanto a rotina de acordar muito cedo e de passar horas no transporte público nos trajetos casa-escola-casa gera cansaço físico e mental ao longo do tempo para as crianças menores e seus familiares, que faz com que algumas mães iniciem muito bem o ano letivo, mas depois resolvam pedir a transferência para outra escola. Embora haja preocupação da equipe de oferecer apoio às famílias, motivando-as a participar de atividades lúdicas e pedagógicas com os filhos e oferecendo oficinas de Libras, para que o tempo de espera na escola seja ressignificado e produtivo, a oferta de transporte escolar para os alunos poderia ser uma alternativa favorável às famílias e ao aumento da matrícula no Ensino Infantil, tendo em vista as dificuldades relatadas. Após dois anos de pandemia houve um maior esvaziamento das turmas, com a diminuição da procura por matrícula, porque as famílias começaram a buscar creches para deixar seus filhos depois de dois anos em casa sem trabalhar, sentiram maior necessidade de retornar as suas atividades e as mulheres contribuírem com a renda da família. Neste ano de 2022 os professores retornaram ao ensino presencial, realizando atividades lúdicas diversas com as crianças, pois muitos tiveram dificuldades com a nova rotina escolar. Foi necessário um trabalho de incentivo as famílias e o oferecimento de todo suporte necessário da Disop- Divisão Sócio-Psico-Pedagógica que continuou realizando o acompanhamento verificando as demandas de assistência social e emocional. Para aumentar o quantitativo de alunos matriculados no Colégio de Aplicação, recebemos alunos durante todo ano letivo de 2022 e ampliamos o período de cadastro e matrícula para o ano letivo de 2023.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • EVASÃO ESCOLAR – Saída de alunos devido à situação de vulnerabilidade 	<p>Embora o índice de evasão do Colégio de Aplicação não seja tão alto, a maior ocorrência acontece no Serviço de Ensino Fundamental e Médio noturno: são alunos adultos que trabalham durante o dia, muitas vezes em locais distantes do INES. Mesmo</p>

<p>socioeconômica (famílias monoparentais, lideradas pela mãe e afetadas por desemprego; subemprego; desestruturação familiar; dependência de benefícios assistenciais, etc.)</p>	<p>encerrando suas atividades laborais com antecedência em relação às aulas, têm dificuldades no traslado: chegam sempre atrasados, perdem muitas aulas, o que compromete seu desenvolvimento escolar e causa abandono. A direção do DEBASI e a Coordenação de Assistência ao Educando sempre realizaram: contato direto com as empresas que o alunos trabalham para explicar a necessidade de alteração do horário de entrada e saída se possível, para possibilitar que o aluno permaneça estudando; acompanhamento do Técnico em Assuntos Educacionais em relação ao número de faltas do aluno; encaminhamento, quando necessário, à Divisão Sócio-Psico-Pedagógica para análise dos fatores socioemocionais que estejam influenciando suas constantes ausências para, assim, evitar a evasão. Este último procedimento aqui relatado é realizado também com mães, pais e responsáveis pelas crianças, adolescentes e jovens de menor idade, neste período de retorno as aulas pós-pandemia este contato foi muito constante, ao ser identificado pelo TAE Técnico em Assuntos Educacionais as dificuldades das famílias de levar os filhos a escola por conta da falta de renovação do vale social, por problemas de saúde ou sintomas de covid-19, era realizado o encaminhamento para Divisão Sócio-Psico-Pedagógica para um melhor acompanhamento e orientações. O que favoreceu o retorno das crianças das crianças e adolescentes as atividades escolares. Com os alunos do noturno tivemos um maior desafio: houve diminuição de transporte público a partir das 22 horas, das linhas de ônibus referentes às suas residências e para Central do Brasil. Os alunos estavam aguardando muito no ponto de ônibus próximo ao instituto para pegar condução para Central do Brasil e isso estava acarretando muitos problemas de atrasos, estresse, risco de assaltos e cansaço extremo para retornarem ao trabalho no dia seguinte. Alguns alunos desistiram de estudar, assim para evitarmos uma maior evasão, após reunião com toda equipe de profissionais do noturno resolvemos liberar os alunos às 21h e 30min e oferecer atividades programadas para compensação do último tempo de aula. Pois mesmo o Diretor Geral realizado uma reunião com o Secretário de Transportes do Rio de Janeiro que prometeu solucionar o problema a situação não resolveu. Só a partir de outubro que foi possível o DEPA Departamento de Patrimônio e Administração realizar a contratação de ônibus para conduzir os alunos até a Central que o horário foi se normalizando.</p>
RISCO	MEDIDA ADOTADA
<ul style="list-style-type: none"> • MUDANÇAS NO PERFIL DO ALUNADO - Aumento nas matrículas de alunos surdos com outras condições associadas, levando a novas demandas em termos de atendimento especializado, necessidade de profissional de apoio ou cuidador que acompanhe os alunos em sala de aula, acessibilidade e métodos de ensino; 	<p>Essa situação, além de levar as novas demandas em vários aspectos já citados em termos de atendimento especializado, necessidade de profissional de apoio ou cuidador que acompanhe os alunos em sala de aula, acessibilidade e métodos de ensino, também traz muitos desafios relacionados ao acompanhamento dos profissionais e formação continuada de toda equipe. A partir da experiência de 2019, na tentativa de dar continuidade ao acompanhamento dos profissionais de apoio por meio de uma coordenação específica, para melhor orientação dos Planos Educacionais Individualizados, foi detectada a ausência de articulação entre professores regentes, professor de apoio (mediador) e professor de atendimento especializado, porque possuíam orientadores pedagógicos diferentes e realizavam reuniões pedagógicas também em horários diferentes. Então, em 2020, buscamos incluir os professores mediadores nas reuniões de planejamento SEF1 - Serviço de Ensino Fundamental, tomando como exemplo a prática exitosa realizado no SEDIN - Serviço de Ensino Infantil, e dividimos a Orientação Pedagógica do SEF1 entre dois professores orientadores, diferentemente do ano anterior que tinha apenas um orientador para todos os professores. Isso contribuiu para uma melhor articulação com os professores mediadores. Em 2022 não tivemos a disponibilidade de dois orientadores pedagógicos, mas tivemos uma orientadora pedagógica de inclusão que acompanhou todo trabalho pedagógico organizando a nova proposta após a contratação dos cuidadores escolares, que atuaram no apoio a inclusão com a orientação dos professores de atendimento especializado que</p>

	anteriormente eram mediadores. Toda mudança foi necessária para garantir o direito e a permanência de todos os alunos com múltiplas deficiências no sistema educacional, com acesso ao ensino regular. Pois, devido a impossibilidade de contratação de professores mediadores por não ter autorização do MEC alguns alunos com múltiplas deficiências, frequentavam as turmas regulares com tempo reduzido.
<ul style="list-style-type: none"> • ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE - Demandas concorrentes. Professores reclamam direito a também atuar em áreas da docência que não a sala de aula (pesquisa, extensão, gestão), o que implica adaptações na distribuição da carga horária. Responsáveis por alunas e alunos demandam mais foco no trabalho de apoio e reforço escolar ao longo do dia. 	<p>Buscamos manter a coerência entre as demandas. A equipe do DEBASI realizou levantamento das necessidades de reforço escolar no contraturno, tendo por base os resultados das avaliações iniciais e do Conselho de Classe. Os professores que estavam fora de sala de aula, em atividades administrativas, foram convocados a retornar ao ensino e a carga horária dos professores do SEF1 foi organizada, tendo em vista a oferta de oficinas e reforço escolar para todos os alunos até às 14h45. Quanto aos demais alunos, os orientadores pedagógicos estavam realizando essa organização juntamente com suas equipes. Com a criação da Comissão Permanente de Avaliação dos Planos Individuais de Trabalho, formada por seis professores escolhidos pelos pares, tal Comissão analisará os planos anuais de trabalho dos professores, nos termos da Portaria 116/2018, que determina a carga horária obrigatória para as atividades de ensino e que os docentes só poderão propor atividades de pesquisa e/ou extensão, formalizadas e cadastradas quando as atividades de ensino estiverem plenamente atendidas. Assim, atendemos às demandas das famílias, ofertando reforço escolar dentro das possibilidades (a maioria das mães informou não ter condições de permanecer no INES aguardando os filhos até às 17hs). A melhor opção foi o turno estendido. E atendemos à demanda dos professores quanto à pesquisa e extensão. Como não houve o retorno das aulas presenciais em 2021, não foi possível dar continuidade – só em 2022, com o retorno.</p>

RISCO	MEDIDA ADOTADA
<ul style="list-style-type: none"> • ACESSO AO TRABALHO - Uma das competências do INES no âmbito da Educação Básica é a preparação e o encaminhamento para o trabalho de pessoas surdas. A pandemia representou um sério risco a essa diretriz, uma vez que todos os procedimentos – cursos de preparação para o trabalho, cursos voltados para a geração de renda, cadastro de pessoas surdas, reuniões com empresas – eram presenciais, passaram a ser à distância. Mas, com o retorno presencial, houve um bom andamento do trabalho, com maior abrangência e divulgação dos trabalhos. 	<p>A DIEPRO retomou atendimento presencial em 2022. A equipe definiu que mesmo com o retorno dos atendimentos presenciais daria continuidade a utilização de dois canais de atendimento: o e-mail para comunicação com as empresas e, com candidatos que tiverem preferência por este canal, <i>facebook</i> para divulgação das vagas e comunicação com candidatos por meio de vídeo em LIBRAS. Retornando assim também aos cursos presenciais de Preparação para o Mercado de Trabalho e o curso de extensão intitulado: “Transbordando entre línguas, literatura, bordado, arte, encontro”.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • PANDEMIA – Depois de dois anos lutando contra a pandemia do novo Coronavírus, o retorno ao convívio social para os alunos do Colégio de Aplicação, foi um desafio, com grandes riscos de ocorrências de conflitos no INES, conflitos 	<p>A prioridade do trabalho realizado no DEBASI esteve totalmente voltada para o atendimento aos alunos e uma grande atenção às manifestações de mudança de comportamento dos mesmos. Todos os coordenadores do Debasi, professores e a</p>

<p>familiares e problemas com uso abusivos das redes sociais.</p>	<p>direção juntamente com a DISOP, realizaram atendimentos, acompanhamentos e orientações em relação a diferentes situações como: alunos com resistência a permanência em sala de aula com manifestação de agressão a colegas e professores, agressão entre alunos do noturno de maior idade, alunas que não retornaram pra casa depois da saída do INES por motivos de conflitos familiares e situações de assédio feminino dos alunos com as alunas incluindo abordagens grosseiras e propostas inadequadas com desrespeito em relação à vontade e aos corpos femininos. Os assistentes sociais, psicólogo e a coordenadora do NOSS Núcleo de Orientação a Saúde do Surdo realizaram atendimento aos alunos e seus familiares, realizaram oficinas e acompanhamentos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • POLÍTICA LINGUÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - A elaboração de políticas linguísticas contextualizadas com os desafios da pandemia do Covid-19 foi uma responsabilidade assumida pela equipe do DEBASI respondendo a uma demanda que vai além do reconhecimento e manutenção de uma língua e de seus falantes, mas considerando o reconhecimento da Libras como a forma de comunicação e expressão, transmissão de ideias e fatos, imprescindível aos nossos servidores, alunos e familiares da comunidade surda por promover a acessibilidade comunicacional para o alcance de conhecimentos e informações que a sociedade não oferece em suas diferentes mídias. Existe um déficit muito grande de informações em Libras. 	<p>Embora não tenha sido elaborado um documento específico das Políticas Linguísticas, o Projeto político pedagógico PPP reformulado em 2022 foi fundamentado na perspectiva bilíngue de educação, tendo a Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2) e a Libras como L1 e o DEBASI deu continuidade a perspectiva de comunicação com os alunos e seus familiares em Libras e Língua Portuguesa com a produção de vídeos informativos e de conhecimentos relacionados as disciplinas também nas duas línguas.</p>

1.6 Ensino Superior



O Ensino Superior também possui uma instância de Gestão Democrática – o Colegiado – com participação de docentes, alunos, técnicos e gestores. Os principais riscos identificados e medidas adotadas ou sugeridas foram:

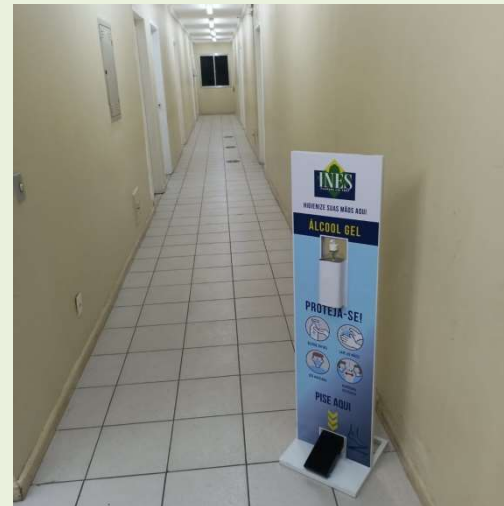
RISCO	MEDIDA
Duas modalidades diferentes de acesso a cursos de graduação – o presencial por meio de prova de redação e prova de Libras; o curso online, por meio das notas do SISU-ENEM	Está em estudo a adesão do curso presencial ao sistema do SISU-ENEM, cujos exames já são feitos em Libras para candidatos surdos, com a proposta de um exame específico de Libras para candidatos ouvintes.
Problemas com a comunicação em Libras	Alunos surdos apontam a necessidade de medidas para fluência em Libras por parte dos professores do Magistério Superior, tanto para maior comunicação efetiva com os alunos quanto para reflexão e deliberações sobre o processo de ensino e aprendizagem, considerando a estrutura da língua de sinais.
Baixa no número de inscrições para o curso de graduação em Pedagogia, da medida de 400 inscrições por ano para 192 em 2022	Uma hipótese é o fato de terem coincidido as inscrições do curso presencial e do curso EAD, o que deverá ser reavaliado.

<p>Desigualdade: 1) linguística e 2) de representação entre surdos e ouvintes</p>	<p>1) assegurar que todos os avisos e comunicações do Ensino Superior fossem feitos igualmente em português e em Libras e que todas as pessoas que exerçam cargos de coordenação se comuniquem fluentemente em Libras com alunos surdos, sem necessidade de intermediários, o que tem ampliado a participação de alunos surdos nas instâncias; 2) assegurar, sempre que possível, a paridade de 50% de surdos e 50% em todas as comissões e atividades do Departamento de Ensino Superior, na seleção para bolsas e no processo seletivo de novos ingressantes na graduação em Pedagogia.</p>
<p>Perda de inscrições de alunos para bolsas de Iniciação Científica e Extensão por falta ou não atualização de Currículo na Plataforma Lattes ou problemas com documentação.</p>	<p>Sugere-se a adoção das seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferta de cursos específicos sobre esses temas, em língua de sinais e em português, que deverão abranger esclarecimentos sobre: <ul style="list-style-type: none"> ○ bolsas (incluindo informações gerais como o tipo de conta bancária – corrente e individual – e informações específicas para alunos surdos sobre a relação entre bolsas acadêmicas e o Benefício de Prestação Continuada – BPC); ○ compromissos e atividades de bolsistas; ○ documentos e preenchimento de formulários; ○ objetivos e como gerar e atualizar um currículo na plataforma Lattes do CNPq. Deverá ser disponibilizado servidor ou servidora FLUENTE EM Libras para esclarecimento de dúvidas. • Servidora ou servidor fluente em Libras para esclarecimento de dúvidas; • Folders, cartazes, tutoriais no site do INES, como parte de uma atualização completa de informações sobre pós-graduação (projetos, cronogramas, editais, etc.); • Todas as informações sobre atividades de Pesquisa e Extensão no site do INES devem estar disponíveis tanto em Libras quanto em Português, incluindo um vídeo-convite por parte dos professores que ofertam atividades de Pesquisa e Extensão.
<p>Disseminação do vírus da Covid 19.</p>	<p>Para proteger a comunidade acadêmica (alunas e alunos, docentes e servidores), visando atender à determinação do Ministério Público e em cumprimento ao Ofício Interno nº 041/2021/DG/INES, a Coordenação de Administração Acadêmica (COADA), em conjunto com a Coordenação de Curso, organizou a estrutura física e pedagógica do Departamento de Ensino Superior (DESU), para retorno gradual às aulas presenciais do Curso de Licenciatura em Pedagogia, que tiveram início em Fevereiro de 2022, da seguinte forma.</p> <p><u>Estrutura física:</u> Para atendimento às normas de segurança para prevenção à COVID-19, a COADA organizou a estrutura da seguinte</p>

maneira:

- Só foi permitida a circulação nas dependências do departamento de pessoas utilizando corretamente máscara de proteção individual, cobrindo nariz e boca. O Departamento disponibilizou totens com álcool gel nos locais de acesso comum e sinalizou fluxo único nos espaços físicos do setor.

Figura 1 - Totens com Álcool em Gel



Fonte: Arquivo pessoal

- As cadeiras dispostas em áreas internas foram sinalizadas, para se manter o distanciamento. No caso da necessidade de atendimento das aulas presenciais e remotas ao mesmo tempo, foi instituída uma nova organização nas dependências de sala de aula, conforme figura a seguir.

Figura 2 - Imagem com sala de Aula do modelo Híbrido



Fonte: Arquivo pessoal

- Para este atendimento, o Intérprete e o professor se posicionavam de frente ao computador conectado à Internet e devidamente equipado com câmera Web CAM.
- Foi disponibilizado um equipamento HEADSET, para uso pessoal e intransferível, para cada servidor docente e intérprete que atuará no espaço presencial.
- Era projetado na TV LSD, disponibilizada em cada sala de aula equipada, a imagem da sala de aula virtual, espelhada da tela do computador do professor. Assim tanto alunos que estavam assistindo as aulas

remotas, bem como os que estavam no presencial tiveram acesso ao mesmo conteúdo.

- A imagem do Intérprete de Libras captada pela câmera do computador posicionado ao lado do professor era transmitida aos alunos do ambiente virtual, bem como era possível sua visualização para os alunos surdos que optaram em assistir as aulas presencialmente. Estes ficavam posicionados na sala de maneira que conseguissem visualizar tanto o Intérprete de Libras, bem como o professor.
- As cadeiras da sala de aula foram organizadas de forma a manter o devido distanciamento estabelecido pelos órgãos de Vigilância Competentes, conforme abaixo:

Figura 3- Organização das Salas de Aula



Fonte: Arquivo pessoal

- As salas de aula mantinham portas e janelas abertas, para que pudesse ocorrer a ventilação e circulação de ar, reduzindo os riscos de contaminação de covid-19.
- Para o atendimento conforme mencionado anteriormente, foram organizadas 3 espaços de sala de aula híbrida, para que as turmas do 1º semestre/bloco, pudessem ser atendidas.

Figura 4- Imagem com salas de aula equipadas



Fonte: Arquivo pessoal

- A Divisão de Informática do INES se manteve de prontidão para auxiliar em alguma intercorrência ou dificuldades tecnológicas que pudessem ocorrer.
- Para as atividades remotas realizadas pelos Intérpretes que estavam em escala de atendimento presencial, foram disponibilizadas salas de aulas e outros espaços equipados com computadores.
- Foi recomendado que cada servidor tivesse sempre em mãos o MODEM e o CHIP disponibilizados pelo DESU, para caso houvesse alguma intercorrência com a rede de Internet do INES, a atividade possa ser mantida, sem prejuízo.
- Os horários de atendimento dos Intérpretes foram organizados junto à equipe.

Figura 5 - Higienização das Salas



Fonte: Arquivo pessoal

Protocolos de segurança:

A- Higiene dos locais

- Foram realizadas sanitizações de ambientes e áreas de circulação de forma periódica.

B- Uso de máscaras e equipamentos de segurança

- Todos os funcionários, docentes, acadêmicos, prestadores de serviços e comunidade em geral deviam utilizar máscara de proteção respiratória, cobrindo boca e nariz, durante todo o tempo. A indicação da máscara foi realizada considerando a exposição e o risco de contaminação e às orientações dos órgãos da saúde.

C- Distanciamento

- Foram garantidos os afastamentos mínimos necessários nos setores de atendimento ao público ou entre funcionários, estagiários e alunos de, no mínimo, 2 metros de distância de outras pessoas sempre que possível e não menos que 1 metro, a fim de evitar possível contaminação ou transmissão da COVID-19;
- Fora orientado que o afastamento social devia ser mantido, sem abraços e apertos e mãos, além da proibição de aglomerações;
- As reuniões pedagógicas, de colegiado, NDE e outras foram mantidas remotamente;

	<ul style="list-style-type: none">▪ Funcionários, professores, estagiários e acadêmicos que estivessem com sintomas de gripe, febre ou dificuldades para respirar foram orientados a buscar atendimento médico especializado, devendo ser afastados de suas atividades imediatamente por, no mínimo, 14 (quatorze) dias ou até que realizem exame específico para COVID-19. <p>D- Alimentação dentro das dependências do DESU</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Como o tempo e permanência dos alunos, professores e técnicos no departamento foi reduzido, os alimentos foram proibidos na sala de aula, evitando a remoção da máscara. <p>E- Quantitativos de alunos</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Cada sala comportou até 10 alunos sendo garantidas as medidas de distanciamento de, pelo menos, um metro entre uma carteira e outra. <p>No caso de exceder o número de alunos estabelecidos, foi dada prioridade aos alunos surdos.</p>
--	--



1.7 Medidas administrativas de enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus

RISCO	MEDIDA ADOTADA
<p>Em 2020, o país se viu em um contexto de pandemia global, que gerou insegurança e risco à integridade das pessoas e a necessidade de medidas de controle da disseminação do vírus para se evitar o colapso dos sistemas de saúde do País.</p> <p>O Instituto recebe em suas dependências mais de 450 alunas e alunos surdos. Ao longo da última década, uma proporção crescente dessas crianças, jovens e adultos matriculados apresenta outras condições associadas, tais como Deficiência Física, Deficiência Visual (Baixa Visão, Surdocegueira), Dislexia, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndromes Neurológicas, Transtornos de Personalidade, etc. Algumas dessas condições, como as Deficiências Físicas e as Síndromes Neurológicas, acarretam imunodepressão ou funcionamento respiratório / cardíaco prejudicado.</p> <p>Quanto às condições socioeconômicas do corpo discente do INES, a maior parte dos alunos surdos do Colégio de Aplicação – cerca de 80% segundo o último levantamento feito – é oriunda de famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com renda per capita</p>	<p>Em 17 de março de 2020, foi instituído o Comitê Consultivo de Emergência do INES, por meio da Portaria nº 078 do INES, para estudar e propor diretrizes de enfrentamento à pandemia consoante o interesse público e a segurança sanitária, como também deu publicidade aos atos relacionados em seu portal na internet < ines.gov.br > e em suas redes sociais oficiais.</p> <p>Em 2020, o Comitê emitiu dez Notas de Orientação à Comunidade do INES, e auxiliou na elaboração de materiais informativos de prevenção ao COVID-19 divulgados nos diversos canais de comunicação do INES: <i>website</i> oficial do INES, intranet (Rede Interna), página pública do Departamento de Educação Básica, TV INES e Redes Sociais do INES.</p> <p>Além disso, em 2020 o INES disponibilizou 9 (nove) vídeos orientadores sobre o enfrentamento à pandemia dirigidos às pessoas surdas e seus familiares, com orientações em Língua Brasileira de Sinais. Também foram criados canais de comunicação com orientações por WhatsApp, e-mail e telefone.</p> <p>Com fundamento em Pareceres do Comitê Consultivo, o INES suspendeu atividades presenciais, mas adotou todas as medidas necessárias à segurança sanitária, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das autoridades sanitárias brasileiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • restrição e controle do acesso às suas dependências; • determinação e controle do uso de máscaras por todos que nele circulam; • provisão de espaços e materiais de higienização (lavatórios em funcionamento e em quantidade suficiente; sabão líquido; gel alcoólico 70%; saboneteira; toalhas de papel); • demarcação de espaços para fins de distanciamento social;

inferior a ¼ do salário mínimo vigente, no núcleo familiar, dependem de programas assistenciais – Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família – para manter o lar. Muitas dessas famílias moram em comunidades e enfrentam precárias condições de saneamento e muitas situações de aglomeração. Além disso, há dados que indicam que a maior parte de nosso alunado reside na Baixada Fluminense, em São Gonçalo, na Zona Oeste e na Zona Norte do Rio, chegando alguns a necessitar de três transportes públicos distintos para fazer o trajeto residência/INES e mais três para realizar o trajeto INES/residência. Usar o transporte público, em uma conjuntura de pandemia, representa, para eles, intensificado risco de contaminação e transmissão para os colegas.

Somando-se a esse quadro, existe a desigualdade de acesso à informação. As barreiras comunicativas são mais um fator de risco: pessoas surdas não informadas ou mal informadas são mais vulneráveis ao contágio e disseminação. Deve-se recordar que os telejornais das principais emissoras da TV aberta não são sinalizados, e o mesmo se pode dizer dos conteúdos dos principais canais de informação da internet. Mesmo as comunicações oficiais muito dificilmente são sinalizadas, o que implica uma inequívoca lacuna de informação relevante à comunidade surda.

- distribuição e uso de máscaras e EPIs aos colaboradores essenciais;
- suspensão de atividades presenciais, como aulas, atendimentos médicos e fonoaudiológicos, visitas técnicas, visitas guiadas, eventos;
- medição de temperatura de eventuais ingressantes;
- instalação de dispensadores de álcool em gel nas instalações;
- reforço na higienização de espaços de uso compartilhado;
- escala de plantões e horários para serviços essenciais assegurando não aglomeração;
- priorização do trabalho remoto na Direção Geral e nos diferentes setores, com planejamento próprio normatizado;
- monitoramento da situação de servidores e alunos.

A inviabilidade das atividades presenciais, seja de ensino ou administrativas, com base na Ciência e nas orientações das autoridades sanitárias, fez com que adotássemos o modelo de trabalho e ensino remoto, com respaldo em normativas dos Ministérios da Economia e da Educação e também do Conselho Nacional de Educação. Tudo isso foi normatizado internamente, com definição de orientações e procedimentos, e informado ao Ministério da Educação. Os calendários escolar e acadêmico foram reorganizados, docentes e técnicos passaram por capacitações e trabalharam coletivamente na definição dos trabalhos na modalidade remota de ensino.

Considerando o perfil socioeconômico de seu alunado, o INES realizou o pregão eletrônico de nº 00018/2020, para compra de Serviço Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento de SIM CARD + Modem com acesso a Internet móvel (ANEXO 8), assegurando que todos os seus alunos tenham igual acesso aos conteúdos escolares que serão disponibilizados pela plataforma *Google Classroom*.

Além disso, foi feita a aquisição de *tablets*, que serão distribuídos aos alunos em 2021, também para superar os desafios da desigualdade de acesso ao mundo virtual nesse contexto de pandemia.

Por fim, considerando a situação de vulnerabilidade vivida por grande parte das famílias de nossos alunos – agravada pela pandemia –, devemos destacar a organização e distribuição de kits de alimentação aos alunos com matrícula ativa no Colégio de Aplicação, com recursos do FNDE.

2. Oportunidades e perspectivas

Há duas medidas, fundadas no diálogo e na colaboração, que vemos como oportunidades para ampliar a nossa capacidade de alcançarmos nossos objetivos estratégicos. A primeira delas é interna: semanalmente, o Diretor Geral promove reuniões com os Diretores dos Departamentos para acompanhamento das atividades realizadas, troca de ideias sobre os rumos do Instituto e deliberação coletiva de linhas de ação. A segunda é externa: o estabelecimento de diálogo e colaboração com a Diretoria de Políticas para a Educação Bilíngue, também comandada por uma profissional Surda, no âmbito do MEC.

Outra oportunidade veio de uma demanda externa, no ano passado, relativa à definição de um projeto de atuação de integrante da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). O desdobramento interno foi a aprovação da implementação do projeto Gestão do Desenvolvimento Institucional (GDI), com o objetivo geral de “implantar um modelo participativo de gestão do desenvolvimento institucional capaz de superar práticas estanques e rotinizadas que ainda não articulam os esforços dos diferentes setores em torno da realização da missão institucional e ainda não compatibilizam as demandas de competências das diferentes atividades desenvolvidas com os perfis da força de trabalho”.

Com respeito às perspectivas, podemos dizer que estão traçadas em nosso PDI 2018-2022. Na Função 1.4.1 *Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional*, o tema *Controle Interno* tem por objetivo “Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações”.

A esse objetivo, correspondem as metas de criar as seguintes instâncias, com as respectivas atribuições assim definidas:

NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA (NAI)

- dar credibilidade aos atos de gestão administrativa; auxiliar o atingimento dos objetivos institucionais;
- verificar e comprovar a legalidade, a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos, para o bom uso dos recursos públicos;
- apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das áreas responsáveis.

COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO INES

- planejar e realizar a divulgação do Decreto 1.171/1994 de forma presencial e nos portais do INES na intranet e internet;
- orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura);
- fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

NÚCLEO PARA ASSUNTOS DISCIPLINARES

- desenvolver iniciativas de prevenção ao cometimento de infrações disciplinares e orientar a adoção, quando cabível, de práticas administrativas saneadoras;
- assessorar a Direção Geral na instauração de sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais nos casos que envolvam atos de servidores;
- promover a apuração, por determinação da Direção Geral, de ofício ou a partir de denúncias ou representações, mediante sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais, nos casos que envolvam atos de agentes públicos em exercício no Instituto e/ou de empresas prestadores de serviços;
- acompanhar e apoiar os trabalhos e propor uniformização de entendimentos e procedimentos das comissões disciplinares instauradas no âmbito do INES;
- encaminhar aos órgãos de controle, nas hipóteses legais ou mediante requisição, informações relativas a procedimentos disciplinares instaurados;
- coordenar o sistema CGU-PAD no âmbito do INES, consoante políticas em vigor;
- desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de competência.

4 - Resultados e desempenho da gestão

Objetivo estratégico: Ensino

Ofertar ensino público e intercultural bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) balizado por padrões éticos e de excelência, da Educação Infantil à Pós-Graduação, de modo presencial, semipresencial e a distância, formando pessoas para a cidadania plena e para o trabalho qualificado.

EDUCAÇÃO BÁSICA		
OBJETIVO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
Ofertar escolarização bilíngue e de qualidade a alunas e alunos surdos.	* Assegurar participação no Curso de Libras para familiares e responsáveis por alunos do CAP/INES a partir da confirmação da matrícula;	Meta alcançada. A participação das famílias foi assegurada no Curso de Libras e também nas oficinas de Libras criadas nos setores: SEDIN - Serviço de Ensino Infantil e no NEPMS, e tem contribuído com uma maior interação entre a família e os alunos. Com o retorno presencial houve algumas dificuldades em manter a oficina semanal, mas foi dada continuidade de acordo as possibilidades das famílias.
	* Viabilizar escolarização nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em horário estendido, nos turnos da manhã e da tarde;	Em andamento. No ano de 2019, a Coordenação de Orientação e Acompanhamento das Práticas Pedagógicas, organizou o horário estendido do 1º segmento diurno. Os alunos além da carga horária previstas no PPP passaram a ter Oficina de Leitura, Oficina de Matemática, Reforço de Língua Portuguesa, Matemática e Libras. Para o 2º segmento e Ensino Médio e para todo o Ensino Noturno, a proposta se concentrou em Oficinas realizadas no contra turno, onde os alunos teriam atividades voltadas para a complementação e acompanhamento das dúvidas do conteúdo oferecido em sala de aula. Com o retorno em 2022 pós-pandemia não foi possível esta organização por falta de professores para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, mas o segundo segmento deu continuidade..
	* Com base na Lei 13.146/2016, Art. 28, avaliar as necessidades de apoio e atendimento especializado e, a partir dessa avaliação, assegurar atuação de professores mediadores ao longo do período escolar para alunas e alunos que demandem;	Meta alcançada parcialmente. Foi iniciado em 2021 o levantamento dos alunos que precisavam de atendimento, através de entrevista, contato com as famílias e verificação da possibilidade de atendimento remoto. O professor de Língua Portuguesa redistribuído iniciou o atendimento presencial com um aluno autista com adaptação de atividades. Em 2022 com o retorno presencial a sala de recurso iniciou os atendimentos com professores de Libras e Língua Portuguesa sendo necessária a ampliação do atendimento Didático Pedagógico das demais áreas de conhecimento com professores das diversas disciplinas com o objetivo de realizar as

		adaptações de materiais de acordo com o Plano Educacional Individualizado o PEI.
	* Adotar avaliação de proficiência em Libras como critério classificatório, mas não eliminatório, nos próximos concursos para Professores da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior, bem como para os cargos técnicos de provimento efetivo, realizados pelo INES;	Meta alcançada. Em 2021, foram realizados processos seletivos, as bancas de redistribuição para professor EBTT adotaram o conhecimento em Libras como critério classificatório e não eliminatório.
	* Promover a divulgação e o debate acerca das recomendações constantes do Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Libras e Língua Portuguesa, elaborado pelo Grupo de Trabalho designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013, do MEC/SECADI;	Meta alcançada. No início da pandemia o trabalho remoto foi orientado na perspectiva de respeito ao uso da Libras em todas as reuniões virtuais com a presença de pessoas surdas, o objetivo foi promover o acesso a Língua de Sinais e no decorrer da formações continuadas foi promovida a divulgação da Política Linguística do MEC e as comunicações de documentos internos para alunos e servidores também com tradução em Libras. Em 2022 foi dada continuidade.
	* Fazer com que a Língua Brasileira de Sinais seja, efetivamente, a primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem, com a oferta de formação continuada ao corpo técnico-docente, que contemple as especificidades do ensino bilíngue para surdos e do atendimento a educandos surdos com outros comprometimentos associados à surdez;	Meta alcançada. O incentivo ao uso e circulação da Libras no INES foi constante em 2021, nas reuniões de orientação pedagógica, nos eventos com os alunos e também por meio da divulgação de informações, comunicados e avisos em Libras e em Língua Portuguesa.
	* Realizar, periodicamente, exames de proficiência no uso de Libras pelos docentes e técnicos da Educação Básica, conduzido por banca composta pelos professores de Libras do INES, com o escopo de identificar demandas e promover ações institucionais para a oferta de formação continuada aos servidores efetivos e temporários;	Meta em andamento. Em 2022 organizamos, com o apoio da equipe de professores de Libras do DDHCT, uma formação continuada de acordo com as reais necessidades dos professores das áreas de História, Filosofia, Sociologia, Geografia, Educação Física e Artes. Com a previsão de ampliação do oferecimento da formação para as demais equipes, tendo em vista a realização dos exames de proficiência no contexto de formação. Como o curso foi iniciado no terceiro trimestre não foi possível à realização do exame de proficiência.
	* Estimular o desenvolvimento de estratégias pedagógicas, tais como encontros de formação, aulas-passeio, atividades externas, cursos de curta duração, oficinas transdisciplinares, entre outras propostas, no intuito de ampliar modos de ser, pensar e agir de nossos estudantes.	Em previsão de alcance durante o ano 2022 com o retorno às aulas presenciais. Foram realizados passeios virtuais, seguindo sugestões do site do DEBASI de visitação a museus virtuais em 2021.
	* Criar um espaço de convivência em Libras, aberto a alunos,	Em andamento. O Bazar Surdo foi um dos espaços criados em 2022 com o

	professores e técnicos;	objetivo de proporcionar aos alunos da Educação de Jovens e Adultos a aprendizagem significativa de compras e vendas, além da resolução de situações problemas com cálculos em que proporcionou também a convivência em Libras inicialmente entre alunos e professores. Sendo necessária a criação de outros espaços.
	* Promover reuniões conjuntas e sistemáticas entre a equipe de Libras e a equipe de Língua Portuguesa, com vistas a aperfeiçoar a proposta de educação bilíngue e efetivar a Libras como L1 e o Português como L2;	Em andamento. Foram realizados alguns encontros entre professores de Libras e Língua Portuguesa em 2019 para organização da proposta de trabalho das áreas, mas em 2022 não houve continuidade.
	* Definir prazos para implantação de creche bilíngue no INES, conforme preconizado no Plano Nacional de Educação, para crianças de 0 a 3 anos, com proposta pedagógica bilíngue, bem como definição de infraestrutura adequada, acessibilidade e profissionais com formação em educação infantil;	Em previsão. A implantação da creche bilíngue no INES, precisa ocorrer de forma gradativa, pois essa definição depende da infraestrutura adequada e da reforma do espaço que funcionava o SEDIN – Serviço de Educação Infantil. Devido a problemas de infiltração no telhado o espaço foi interditado.
	* Promover o debate e a definição de estratégias acerca dos processos de aquisição de Línguas Estrangeiras (Espanhol, Inglês) em sua modalidade escrita por alunos surdos, a partir da referência à Libras;	Em andamento. Foram criados módulos de atividades e vídeos pela equipe de língua estrangeira e pretendemos ampliar essa discussão e construir materiais e estratégias de trabalho que contribuam com a ampliação do conhecimento dos nossos alunos em relação às Línguas Estrangeira.
	* Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica, visando promover uma articulação vertical e horizontal da ação educativa, incluindo reuniões dos diferentes segmentos de ensino e entre os diferentes segmentos de ensino, para melhor articulação da proposta pedagógica;	Meta alcançada em 2019, com continuidade em 2022, tivemos uma melhor articulação entre todas as equipes, pois todos os professores realizaram as quintas-feiras suas reuniões de orientação pedagógica.
	* Criar um Grupo de Trabalho e promover debate sobre questões relativas à proposta curricular, incluindo a seriação e número de alunos por turma, para atender melhor às necessidades pedagógicas relacionadas à educação dos surdos, em face das mudanças histórico-culturais e tecnológicas do mundo moderno;	Meta alcançada parcialmente. Em 2022, foi dada continuidade a discussão em todos os segmentos sobre matriz curricular juntamente com o PPP Projeto Político Pedagógico, e abordou as questões relacionadas a seriação, número de alunos por turma e a necessidade da abordagem dos conhecimentos pedagógicos contemplarem a educação de surdos. Será necessário um aprofundamento dessa discussão para construção da proposta curricular por segmento escolar. Os Serviços de Ensino Infantil, Fundamental 1 e Educação de Jovens e Adultos do primeiro segmento,

		organizaram suas propostas de planejamento, mas não foram apresentadas e discutidas com os demais segmentos. Não tivemos tempo para essa discussão em virtude da reformulação do PPP e do Regimento Interno do INES terem ocorrido juntas em 2022.
	* Organizar programas curriculares pautados em habilidades e competências, com relatório individual do aluno, certificando a terminalidade específica de estudo para alunos que apresentam comprovada defasagem idade/série e que não puderam alcançar os objetivos curriculares definidos;	Em previsão. Em 2022, foi concluída discussão do PPP Projeto Político Pedagógico, mas não foi possível organizar uma proposta sobre terminalidade específica, pois não tivemos integrantes para compor o grupo de trabalho.
	* Mapear as causas da evasão escolar do CAP/INES e buscar ou alocar recursos para combatê-la;	Em andamento. Foi iniciado o levantamento em 2021, através do contato com as famílias e identificadas algumas causas como: problemas na família e falta de conhecimento com as ferramentas tecnológicas. O mapeamento das causas da evasão escolar foi retomado em 2022 pelos TAEs Técnicos em Assuntos Educacionais, mas não foi possível chegar a uma conclusão das causas.
	* Ampliar a oferta de oficinas de Libras aos familiares dos alunos do CAP/INES, vinculadas aos setores educacionais que cada aluno frequenta;	Meta alcançada. A oficina de Libras foi criada no SEDIN - Serviço de Ensino Infantil em 2016. Em 2019, foi iniciada no NEPMS, e tem contribuído com uma maior interação entre a família e os alunos. Em 2022, foi ampliada para os familiares dos alunos do Serviço de Ensino fundamental 1 Sef1
	* Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva;	Meta alcançada. Com a pandemia foi dada continuidade as atividades de pesquisa virtualmente com alguns alunos que já possuíam bolsas de estudo da Faperj e iniciaram trabalhos de pesquisas sobre tecnologias em 2019 e, em 2022, foi dada continuidade.
	* Fomentar a participação de alunos do CAP/INES no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e sua inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação, visando apoiar o seu ingresso no ensino superior.	Meta alcançada. Os alunos que não concluíram o Ensino Médio e os que estavam cursando o Pré-vestibular foram incentivados a participar do ENEM e foi dado todo apoio em relação às informações e inscrições do ENEM.
	* Ofertar Educação Física e atividades desportivas para jovens surdos, contemplando também alunas e alunos surdos com necessidade de atendimento educativo especial por meio de	Em 2022, com o retorno presencial os professores de Educação Física desenvolveram o projeto da Surdolimpíadas, contemplando atividades desportivas adaptadas para os alunos com múltiplas deficiências. Além do

	práticas adaptadas;	atendimento educativo com práticas adaptadas já acontecerem, mesmo com a nossa limitação de espaços, pois a piscina, a quadra e o ginásio foram interditados por conta da necessidade de reformas, o que dificultou o trabalho mais abrangente da equipe de Educação Física por falta de espaço adequado. Só restando os pátios A e B e duas salas com tatames adaptadas para atender as especificidades dos alunos.
	* Instituir trabalho sistemático, em espaço definido, de reforço escolar em áreas críticas do conteúdo curricular, como Matemática, Português e Libras;	Em 2022, com o retorno presencial foi realizado reforço escolar, plantão de dúvidas, oficina de Português, matemática e informática para os alunos do Ensino Fundamental 2 Ensino Médio.
	* Assegurar que alunos surdos com outras necessidades educacionais especiais associadas à surdez tenham direito garantido à educação, com o apoio de mediadores, materiais adaptados e salas de recurso, quando necessário;	Em 2022 foi iniciado o trabalho de adaptação de materiais em sala de recurso no Serviço de Ensino Fundamental I (SEF1) pelos professores mediadores que anteriormente acompanhavam os alunos em sala de aula e passaram a realizar o AEE e orientação aos cuidadores escolares.
	* Promover o debate acerca das atribuições e regulamentações da atuação de profissionais mediadores para o atendimento a alunos surdos com alguma deficiência ou condição associada à surdez;	Em 2020, já foram iniciados os debates e discussões nos grupos de trabalho do PPP e em 2022 foi rediscutido o apoio aos alunos com múltiplas deficiências, de acordo com a Lei Brasileira de inclusão que sugere profissional de apoio, mas não especifica a formação, diante de um grande número de alunos que atendemos a quantidade de contratação permitida pelo MEC não possibilitava o atendimento a todos por professores mediadores. Após inúmeras pesquisas a respeito de como suprir essas necessidades de profissionais com o apoio da Secretária de Educação Especial que confirmou que a contratação poderia ser do cuidador escolar houve mudança do mediador para cuidador.
	* Ampliar a articulação entre os docentes e os técnicos, visando maior possibilidade de assessoria técnica para o melhor desenvolvimento dos alunos do CAP/INES.	Alcançado em 2019, em parceria com o DDHCT. Continuidade em 2022.

ENSINO SUPERIOR		
OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
<p>Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, por meio da oferta de cursos de Graduação e de Pós-Graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política, linguística e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.</p>	<p>* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia;</p>	<p>Meta alcançada. Em relação a matrícula, as vagas são completas no vestibular, garantindo uma equiparação de 50% das vagas para surdos e 50% para ouvintes. Como houve aprovação de um número menor de surdos, conforme previsto em Edital, as vagas remanescentes para candidatos surdos foram preenchidas por candidatos ouvintes aprovados do mesmo turno.</p>
	<p>* Garantir a manutenção do curso de Pós-Graduação em Educação Bilíngue e a oferta de novo curso;</p>	<p>Meta alcançada. A COPÓS ampliou a oferta de cursos, mantendo três cursos de Pós Lato Sensu em andamento: <i>Educação de Surdos em Perspectiva Bilíngue, Língua Portuguesa: leitura e escrita no ensino para surdos</i> e <i>Tradução de Textos de Português para Libras</i>; 01 curso concluído: <i>Interculturalidade e descolonização na educação de surdos</i> e 01 curso de Pós Stricto Sensu: <i>Mestrado Profissional Interdisciplinar em Educação Bilíngue</i>, caminhando para a terceira turma com início em março de 2023. Finalizamos o ano de 2022 com um total de 194 alunos matriculados nos cinco cursos, desses 64 matriculados no curso de Mestrado (Turmas 2020 e 2022) e 130 alunos matriculados nos cursos de Pós Lato Sensu.</p>
	<p>* Promover avaliação das condições de oferta de novos cursos em termos de espaço físico (salas), recursos humanos (professores, intérpretes, equipe administrativa), equipamentos (ar condicionado, projetor, etc.) e, com base nos resultados, considerar e, eventualmente, empreender a criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curso de Pós-Graduação em Ensino de Língua Portuguesa como L2; • Curso de Graduação tecnológica na área de tradução e interpretação; • Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar; 	<p>A avaliação sobre a possibilidade de oferta para novos cursos está em andamento. O desafio maior é estrutural e de pessoal. As salas do Prédio do Departamento estão todas ocupadas. A implementação de novos cursos e ofertas demandará um planejamento de intercalação, ou seja, o funcionamento não poderá ser presencialmente diário.</p>
	<p>* Oferecer a cada ano, já a partir de 2019, ao menos um curso de extensão ligado à Libras;</p>	<p>Meta alcançada. Em 2022, foi ofertado o Curso de Extensão "A a Z - Poema em Línguas de Sinais" ofertado pelas professoras Fernanda Caricari (orientadora), Danielle Ramos (coorientadora) e a mestranda</p>

		Andréa Nonato. As 25 vagas destinadas aos estudantes de cursos de licenciaturas e professores. Com participação de intérpretes de Libras.
	* Oferecer cursos de extensão em Libras, voltados para professores;	Em 2022 não foi possível realizar tal curso. A maioria dos professores de Libras do departamento esteve de licença para estudo ou por doença. Foi dada prioridade nas aulas de LIBRAS das disciplinas da graduação.
	* Construir, até 2019, uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior;	Meta ainda não alcançada. Foi constituído um grupo de trabalho, que está realizando estudos a respeito.
	* Promover, anualmente, a realização da Semana Pedagógica;	Não foi realizada, em função da adaptação do calendário letivo. Por conta da pandemia, o ano de 2020 (sem aulas) teve de ser compensado nos anos de 2021 e 2022. Sendo assim, o calendário precisou comportar 3 períodos em um ano e não havia dias disponíveis para eventos.
	* Promover, anualmente, a realização da Jornada de Iniciação Científica.	Não foi realizada, em função da adaptação do calendário letivo. Por conta da pandemia, o ano de 2020 (sem aulas) teve de ser compensado nos anos de 2021 e 2022. Sendo assim, o calendário precisou comportar 3 períodos em um ano e não havia dias disponíveis para eventos.
	* Promover a discussão acerca do desenho institucional e das atribuições e responsáveis por educação presencial e a distância, assim como das regulamentações correspondentes dos cursos de graduação e pós-graduação.	Meta alcançada. Foi possível estreitar os laços entre as organizações e propostas dos cursos de pedagogia presencial e EAD, Definição das diretrizes norteadoras, dos princípios e dos valores que devem perpassar o conteúdo do material didático buscando torná-lo apropriado para o ensino a distância; Reelaboração, em conjunto com o corpo docente do curso, da dinâmica da docência e, de maneira especial, do sistema de acompanhamento e avaliação da aprendizagem do estudante, ao longo do curso EAD; Durante o período de 2022 a área tecnológica atuou no desenvolvimento e aperfeiçoamento da plataforma (o Ambiente Virtual de Aprendizagem/Moodle e Sistema de Gestão Acadêmica (SGA) do curso EaD de pedagogia) em substituição a antiga plataforma de ensino. Foram desenvolvidos ou aperfeiçoados o histórico dos alunos, com validação por link e QR Code; ambiente para inserção e análise das atividades complementares dos alunos concluintes; criação da área de ofertas do curso; relatórios; área de inscrição em disciplinas, por parte dos alunos; ambiente dos tutores para lançamento de notas dos alunos no Sistema de Gestão Acadêmica(SGA), ambiente dos coordenadores de polo, incluindo a gestão dos tutores em disciplinas; entre outras criações ou melhorias no SGA.

Objetivo estratégico: Pesquisa

Construir conhecimentos e desenvolver tecnologias relacionadas à área da surdez, alicerçados em princípios éticos, caracterizados pelo pluralismo teórico-metodológico e orientados para agendas que expressem compromissos com a sociedade em geral e com a causa da surdez como fator de cidadania.

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
<p>Apoiar a formação de grupos de pesquisas entre docentes e discentes do CAP/INES e instituições parceiras, de modo que reflexão e ação pedagógicas estejam articuladas.</p>	<p>* Estabelecer, em parceria com a DIESP/DDHCT, ações institucionais com o intuito de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoiar a elaboração e avaliação de projetos de pesquisa; • estabelecer elos com os órgãos de fomento; • viabilizar a oferta bolsas de iniciação científica para estudantes do CAP/INES; • promover a inscrição no Diretório de Grupos de Pesquisa bem como o apoio aos nossos projetos; 	<p>Continuidade em 2022 da parceria com a DIESP.</p>
	<p>* Divulgar em evento anual o trabalho de docentes e discentes pesquisadores, com a sua consequente publicação.</p>	<p>*Os trabalhos apresentados no Fórum Integrando Saberes do DEBASI dos anos anteriores, foram publicados na revista Fórum do DDHCT e os resumos traduzidos em Libras e publicados também no site do DDHCT</p>
	<p>* Disponibilizar no Repositório Digital Huet o resultado das pesquisas realizadas por docentes e discentes do CAP/INES, tais como artigos, monografias, dissertações, teses e materiais didáticos.</p>	<p>Meta alcançada em parte. Os docentes publicam os resultados de suas pesquisas no Repositório Digital Huet, é preciso ampliar para os discentes publicarem também seus materiais didáticos.</p>
	<p>* Elaborar o edital de diretrizes de Pesquisa, com vistas à definição de linhas de pesquisa, bem como à constituição de núcleos e grupos;</p>	<p>Em andamento.</p>

<p>Promover e realizar pesquisas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez.</p>	<p>* Constituir, em parceria com a DIESP/DDHCT, uma Comissão incumbida de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoiar a elaboração e avaliação de projetos de pesquisa; • estabelecer elos com os órgãos de fomento; • viabilizar a inscrição no Diretório de Grupos de Pesquisa bem como o apoio aos nossos projetos; 	<p>Meta alcançada. Há 12 grupos de pesquisa em atividade, todos cadastrados no CNPq.</p>
	<p>* Criar, até 2019, um núcleo de pesquisa, denominado Núcleo de Estudos e Pesquisas da Libras - NEPLIBRAS, liderado por profissionais surdos docentes com participação aberta a linguistas, pesquisadores da Libras com pesquisas relacionadas ao tema;</p>	<p>Meta alcançada. Foi criado e deverá ser mantido.</p>
	<p>* Institucionalizar as Coordenações criadas no DESU no âmbito do novo Regimento do INES, a ser construído;</p>	<p>Em previsão para 2022, com a aprovação do novo Regimento Interno do INES.</p>
	<p>* Realizar, a partir de 2019, em articulação com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/INES), ações educativas em todos os setores do INES que se envolvam em pesquisa para orientar sobre o uso da Plataforma Brasil;</p>	<p>Meta alcançada. Tem sido feita a divulgação por meio de palestras nos setores, atendimentos presenciais e ao telefone, e respostas a consultas por e-mail.</p>
	<p>* Implantar, a partir de 2019, um plantão de atendimento a pesquisadores para tirar dúvidas sobre o cadastro de projetos na Plataforma Brasil e sua tramitação.</p>	<p>Meta alcançada. O CEP-INES tem feito isso regularmente, de modo presencial, por telefone e por e-mail.</p>
	<p>* Assegurar a ampla divulgação, em eventos de que também participem professores, pais e alunos do CAP/INES e no portal do INES, das pesquisas realizadas no âmbito do Colégio de Aplicação, visando debater e subsidiar as práticas ali desenvolvidas.</p>	<p>Em andamento. As pesquisas têm sido divulgadas, mas será preciso ampliar os espaços de divulgação, no portal do INES e em eventos específicos. Alguns desses já ocorrem, como o Integrando Saberes, a Jornada de Iniciação Científica e o próprio Congresso Internacional do INES.</p>

Objetivo estratégico: Extensão

Estabelecer uma relação dialógica e colaborativa com as comunidades surdas, o poder público e a sociedade em geral para a solução de problemas locais, regionais e nacionais relacionados à surdez, disponibilizando informações, conhecimentos, serviços, tecnologias e produções culturais de modo acessível sempre.

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
Promover e difundir os processos pedagógicos desenvolvidos no CAP/INES, bem como as reflexões teóricas que os embasam.	* Promover a educação continuada em temas relacionados à Surdez e à Educação de Surdos, inclusive por meio de plataforma de Educação a Distância;	Em previsão. A partir de 2022 sistematizar e organizar a formação continuada pensando em difundir o trabalho pedagógico realizado no CAP – INES direcionados aos temas do PPP.
	* Estimular a participação de docentes do CAP/INES em Seminários e Assessorias Técnicas para a formação continuada nas redes em âmbito nacional;	Meta alcançada. Os docentes realizaram diversas Assessorias Técnicas e Seminários para formação continuada nas redes em âmbito nacional com temas diversificados.
	* Dar continuidade ao Fórum Integrando Saberes, para encontro de partilha e discussão das práticas pedagógicas desenvolvidas no CAP/INES;	Meta alcançada. Em 2019 o Integrando Saberes teve como foco o compartilhamento do trabalho dos grupos de pesquisa, das oficinas e dos setores da COAE, e muito bem sucedida pois foi possível de fato compartilhar saberes e práticas pedagógicas realizadas.
	* Apoiar a organização de eventos interinstitucionais, através de parceira com outras instituições;	Em previsão. A partir de 2022, organizar eventos em parceria com as instituições parceiras como FAPERJ, IBC, UFRJ e outras.
	* Realizar exposições artístico-pedagógicas abertas a toda a comunidade, para divulgação do trabalho realizado com nossos estudantes.	Meta alcançada. Em 2019 foram realizadas exposições diversas relacionadas aos projetos pedagógicos como: Combate a violência e o preconceito contra a mulher, Setembro Azul, Mãe Natureza, Paz na Escola não ao Nazismo e de literatura infantil.

Desenvolver a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.	* Promover a educação continuada em temas relacionados à Surdez e à Educação de Surdos, inclusive por meio de plataforma de Educação a Distância;	Meta alcançada. Foi ativada a plataforma de Educação a Distância para curso de Libras, cursos de extensão, além do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue.
	* Promover concurso para Intérprete e Professor(a) de Libras, visando atender a demanda de cursos para a comunidade.	Em andamento. Estão sendo demandados a instâncias superiores.
Contribuir para a valorização e difusão da Libras, favorecendo sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.	Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos de extensão presenciais de Libras no INES;	Meta alcançada. Tivemos 334 concluintes no Curso de Libras <i>online</i> , modalidade adotada em tempos de pandemia.
	Construir, por meio da colaboração do NEP-LIBRAS e do NEO, a proposta de um curso de Libras a ser veiculado por meio de plataforma de EaD para professores da rede pública de todo o país;	Prevista para 2022.
	Institucionalizar o Núcleo de Exame e Pesquisa sobre a Libras, para o desenvolvimento de materiais didáticos relacionados ao ensino de Libras como Primeira Língua – L1 e segunda Língua – L2, pesquisas linguísticas sobre a Libras e teste de proficiência em Libras online;	Em andamento, previsto para 2022.
	Oferecer Cursos de Libras voltados para professores e para técnicos administrativos do INES;	Meta alcançada.
	Oferecer curso de capacitação aos Profissionais do INES (PROPP);	Previsto em novo formato para 2022.
	Oferecer estágios através das parcerias com instituições;	Meta alcançada;
	Oferecer curso de segunda língua (Inglês e Língua de Sinais Internacionais).	Previsto para 2022.
	Alcançar o grau <i>Qualis</i> B2 na avaliação do periódico	Previsto para 2022.

Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez.	Espaço;	
	Elaborar e publicar materiais relacionados a métodos de ensino de diferentes componentes curriculares para alunos surdos;	Alcançado em 2021, houve algumas publicações em e-book, das práticas dos professores das series iniciais.
	Construir, a partir de 2020, com participação de Tradutores e Intérpretes de Libras, Linguistas e Profissionais Surdos e mediante parceria com os CAS e os Institutos Federais, um repositório de glossários de termos técnicos em Libras específicos de diferentes campos da educação profissional, a ser veiculado no Portal do Instituto, visando apoiar o trabalho de docentes da Educação Profissional, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos;	Previsto para 2022.
	Produzir, em Libras e Português, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.	Meta alcançada com continuidade prevista para 2021 e 2022.
Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações entre pesquisadoras e pesquisadores, gestoras e gestores, profissionais e estudantes da educação de alunos surdos;	Realizar, a cada ano, um Congresso Internacional Pluridisciplinar.	Meta alcançada: 806 participantes certificadas no COINES 2021.
	Efetivar um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;	Previsão para 2022.
	Realizar, anualmente, eventos como os Fóruns Bilíngues, os Seminários (incluindo o do Grêmio Estudantil do INES - GINES), Encontros de Pais, Encontros de CAS e outros que venham a ser definidos.	Meta alcançada: 1.227 participantes.
Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;	Elaborar, negociar e implantar um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a creche e políticas complementares;	Previsto para 2022.

	Realizar parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro para a inserção de crianças na Educação Infantil municipal;	Previsto para 2022.
	Criar um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais;	Meta alcançada.
	Estabelecer parcerias com CAS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), bem como com NAPNES de Institutos Federais, para mapear demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento de políticas;	Previsto para 2022.
	Estimular, nos encontros com órgãos públicos de estados e municípios, a realização de levantamentos para identificar a existência de surdos em idade escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.	Previsto para 2022.
Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural;	Criar, até 2021, um Centro de Memória Social dos Surdos e de Documentação da Libras no INES, conduzido por profissionais do Instituto habilitados nas áreas de História, Antropologia e Linguística, com participação de profissionais surdos e de Tradutores e Intérpretes da Libras, estabelecendo parcerias com os Centros de Capacitação dos Profissionais da Educação, em Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), nos estados, e com centros de pesquisa em universidades brasileiras;	Previsto para 2022.
	Ampliar o quadro de profissionais visando ao pleno funcionamento desse Centro: Bibliotecário; Técnico Administrativo de Nível Médio; Museólogo; Arquivista; Historiador;	Previsto para 2022.

	Identificar e efetuar as restaurações necessárias de itens do acervo de obras e documentos raros do Instituto;	Meta alcançada parcialmente, com plano de continuidade em 2022.
	Digitalizar e disponibilizar no portal do Instituto as obras raras do Instituto, observadas as diretrizes pertinentes à sua preservação;	Previsto para 2022.
	Constituir repositório digital das publicações completas do Instituto;	Meta alcançada. Todas as publicações do INES estão disponíveis para download (arquivos de texto) ou visualização (vídeos)
	Instituir uma Política de Acervo e uma Comissão de Acervo com ampla representatividade.	Previsto para 2022.
Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania;	Fortalecer as ações da TV INES, com diversificação de suas produções e ampliação de seu alcance, levando informação, formação e entretenimento de maneira acessível sempre.	Meta alcançada.
	Viabilizar o acesso das pessoas surdas e profissionais brasileiros a outras línguas de sinais do mundo, como a Língua de Sinais Americana (ASL) e a Língua de Sinais Francesa (LSF).	Previsto para 2022.

Objetivo estratégico: Gestão Pública

Conjugar o contínuo aperfeiçoamento de suas capacidades em termos humanos, tecnológicos, materiais e gerenciais – via planejamento e gestão democrática do desenvolvimento institucional – a sua colaboração, como centro de referência, na elaboração de leis e no desenho e gestão de políticas públicas orientadas à surdez como fator de cidadania.

Função: Administração

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
TEMA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria nº 277, de 7/12/2010, do Tribunal de Contas da União.	* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação;	Não se aplica com a legislação vigente. Espera-se a elaboração do PDTI, para nortear as possíveis contratações para o setor.
	* Promover a implementação e avaliação do PDTI, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI;	<ul style="list-style-type: none"> • Foi contratada, em 12/08/2019 com vigência até 08/02/2020 – empresa para elaboração do Plano Diretor da Tecnologia da Informação, no valor de R\$ 236.485,00. • Foi contratada empresa para prestação de serviços de sustentação do ambiente de Segurança da Informação, incluindo a renovação de licenciamento e garantia do equipamento, suporte técnico onsite, monitoramento e gerenciamento centralizado da plataforma de segurança de Firewall da fabricante Palo Alto Networks; • Foi feita a aquisição de 40 (quarenta) fontes de alimentação ininterrupta, 50 (cinquenta) monitores de computador e 10 (dez) projetores multimídia. • Foi feita a aquisição de: 30 discos rígidos removíveis e 10 scanners.
	* Atualizar o portal do INES na internet, observando os critérios de acessibilidade e acesso à informação definidos para os órgãos da administração pública federal;	O Portal está de acordo com as recomendações da SECOM, mas estudando proposta de mudança para facilitar a transparência de informações de maneira mais clara.

<p>Assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação institucional e promover a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;</p>	<p>* Ampliar a divulgação das ações do INES na internet, na intranet e nas redes sociais;</p>	<p>A divulgação tem sido feito pelo novo modelo da intranet, onde o servidor de casa possa ter acesso aos memorandos e informações. As redes sociais são outro meio de divulgação das ações do INES (cursos, palestras, congresso, etc.).</p>
<p>Promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade;</p>	<p>* Implantar e atualizar os dados cadastrais acerca dos servidores do INES que apresentam alguma deficiência;</p>	<p>Ainda não foi implantado, tendo como foco em 2020, para elaboração de projeto para atualização dos dados.</p>
<p>Ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação;</p>	<p>* Criar e adotar um aplicativo para facilitar a interação entre alunos e professores do INES;</p>	<p>Com um fluxo intenso, e com profissionais sem a experiência de criação de aplicativo, está estudando forma de capacitação e ou contratação de profissional do ramo.</p>
<p>Ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação;</p>	<p>* Implantar os projetos do Ministério do Planejamento referentes a sistemas de informação, incluindo a integração do INES no Processo Eletrônico Nacional (PEN), abarcando:</p> <p>Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - tramitação eletrônica de todos os processos em do órgão, trabalhando-os de forma mais integrada e ágil a partir de uma plataforma virtual, diminuindo o estoque de papel e acelerando as análises, permitindo a interligação e tramitação eletrônica de documentos e processos entre os órgãos e entidades da Administração Pública Federal;</p> <p>Barramento de integração do SEI (com outras soluções de uso do meio eletrônico) permitirá a tramitação de processos entre os órgãos que utilizam o SEI ou outras soluções de processo eletrônico;</p> <p>Protocolo Integrado: sistema de integração de informações de processos e documentos da Administração Pública Federal. Tem a função de ser um canal de comunicação com a</p>	<p>Foram iniciadas tratativas para implementação, pela Coordenação Geral de Sistemas da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Educação, de acordo com OFÍCIO - 5334868 - DG/DIGES-CODIRGE, para atendimento nos termos do § 7º do artigo 1º da Resolução TRF4 nº 116/2017, conforme Decisão (5334862). O SEI está na fase de treinamento para a migração de produção após a finalização de estruturação sistêmica.</p> <p>AFD e SIGEPE- está em funcionamento. Existe uma comissão especial para a alimentação do sistema. Aquisições de <i>tokens</i> foram efetuadas, e capacitação de servidores para usar a ferramenta.</p>

<p>Facilitar o acesso do cidadão às instâncias administrativas.</p>	<p>população para consulta à tramitação de processos e documentos.</p> <p>AFD – Assentamento Funcional Digital: criação do dossiê em mídia digital, composto por documentos funcionais, digitais ou digitalizados, considerado fonte primária das informações dos servidores vinculados aos órgãos do SIPEC;</p> <p>SIGEPPE - Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal: ferramenta que substitui o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), atual responsável pela tarefa. O SIGEPPE tratará das funções: Cadastro, Folha de Pagamento, Provisão da Força de Trabalho, Legislação Pessoal e Saúde, Qualidade de Vida; Evolução Funcional; Compensação de RH; Seguridade Social; Capacitação e Desenvolvimento; Monitoração; Avaliação de Desempenho; Gestão de Processos e Sistemas.</p>	
<p>TEMA: OBRAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA</p>		
<p>Adotar todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários.</p>	<p>Constituir uma força-tarefa para organizar o processo de avaliação completa das condições de segurança e risco de incêndios, infiltrações, desabamentos, etc., incluindo instalações elétricas, hidráulicas, paredes e telhados, dispositivos de alarme sonoro e visual e combate a fogo (sprinklers, extintores), brigada de incêndio, etc. de todas as edificações que compõem este Instituto;</p> <p>Adotar como prioridade todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários.</p>	<p>Foi efetuada uma análise no telhado do serviço de ensino infantil, e foi contratada a empresa RENOV para elaboração do projeto de reforma no telhado do SEDIN, que será finalizado em 2022.</p> <p>stá em processo de contratação de equipe de engenharia, para elaborar o Termo de Referência de contratação de empresa para fazer o Plano Diretor de Obras. Além disso, com respeito ao tema da Segurança da perspectiva da acessibilidade de comunicação, o INES contratou a aquisição de placas sinalizadoras no formato bilíngue, com os sinais dos setores validados por uma comissão habilitada.</p>

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS		
Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	<p>Criar um Núcleo de Capacitação de Pessoal, visando:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar o levantamento anual de necessidades de capacitação; 	O levantamento das necessidades de capacitação foi elaborado e encaminhado ao SIPEC em outubro de 2019.
	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar a elaboração das turmas internas e suas respectivas avaliações; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> Definir programas que atendam as necessidades institucionais, de acordo com as necessidades de capacitação dos setores e ao relatório de avaliação de desempenho 	O Instituto elaborou seu Plano de Desenvolvimento de Pessoas em 2019. E, devido à situação pandêmica em 2021, não foi elaborado.
	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar os gastos com a capacitação; 	O gerenciamento de gastos com capacitação está sendo possibilitado pelo Plano Anual de Capacitação.
	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar os resultados dos eventos de capacitação internos e externos; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> Montar uma rede de colaboradores internos e externos; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas para as ações de qualificação profissional e de programas de educação formal; 	Prevê-se para 2022 a criação de uma comissão para atender a essa demanda.
	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer programas e rotinas continuadas de capacitação; 	m fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> Executar rotinas de progressão por qualificação e de titulação; 	Os trabalhos das Comissões dos segmentos Docentes e Técnicos estão em dia.

	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver junto a CIS uma política de desenvolvimento na carreira dos técnicos administrativos e junto a CPPD do corpo docente. 	Com a elaboração do PAC 2021/2022, este foi revisado e implementado.
	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar os servidores do Instituto em ações de capacitação em consonância com o PAC-INES e com o mapeamento de competências 	A elaboração do PAC 2021/2022 atendeu a essa demanda.
	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir uma comissão de recepção para novos servidores e colaboradores, a fim de apresentar os diferentes setores do INES 	Em fase de estudos, porém os novos servidores redistribuídos são apresentados pelos seus chefes imediatos ou diretores, à cultura, ao fluxograma e aos setores.
	<ul style="list-style-type: none"> • Elevar a qualificação da força de trabalho de INES por meio do incentivo à capacitação: Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um canal de comunicação com os servidores em relação às ações de gestão de pessoas; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um setor responsável pela atenção à saúde e à qualidade de vida no trabalho do servidor; 	Em fase de estudos, parcialmente atendido.
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudos e parcerias com outras IFES, visando aperfeiçoar os Planos de Carreira dos servidores do INES; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar, anualmente, por meio de banca composta pelos professores de Libras do INES, exame acerca da proficiência no uso de Libras pelos profissionais do Instituto de acordo com os setores onde atuam. 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar o Núcleo de Políticas de Saúde do Servidor Público, contemplando as seguintes medidas: 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Trazer para o INES um polo do SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS); 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver programa de atenção à saúde mental do servidor; 	Em fase de estudos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a educação em saúde, por meio de palestras e campanhas de prevenção; 	Em fase de estudos, parcialmente atendido.
	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar e estimular a participação dos trabalhadores, como protagonistas e detentores de conhecimento do processo de trabalho, com a perspectiva de serem agentes transformadores da realidade; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Propor ações voltadas à promoção da saúde e à humanização do trabalho, em especial na melhoria das condições de trabalho, na prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Propor atividades que desenvolvam atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento de saúde e de segurança, dessa forma contribuindo para a melhoria das relações e do processo de trabalho. 	Em fase de estudos.
TEMA: GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		
Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferentes setores, a Gestão da Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria nº 277, de 7/12/2010, do Tribunal de Contas da União.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Construir um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores; 	Em fase de estudos.

Função: Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
TEMA: AVALIAÇÃO SITUACIONAL		
<p>Ajudar a dimensionar as condições socioeconômicas, epidemiológicas, linguísticas, educacionais, culturais e tecnológicas relacionadas à surdez e às comunidades surdas no Brasil, em colaboração com os órgãos nacionais de pesquisa;</p>	<p>* Construir, a partir de 2019, o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parceria com o INEP (MEC); o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o IBGE (Ministério da Economia); o Ministério da Saúde e outros.</p>	<p>O INES tem mantido entendimentos positivos com o INEP, para fins de tornar o ENEM acessível; com a Diretoria de Políticas para a Educação Bilíngue, do MEC e também com o MDH.</p>
<p>Lançar as bases para a adoção de um modelo de gestão por competências no INES, nos termos do Decreto 5.707/2006.</p>	<p>* Conduzir e avaliar o mapeamento periódico de nível de qualificação da força de trabalho, o mapeamento de competências e a identificação de necessidades de capacitação como ferramentas para aprimorar a força de trabalho do INES visando à implementação do PDI.</p>	<p>Em 2019, o INES construiu seu Plano de Desenvolvimento de Pessoas segundo uma abordagem de competências.</p>
<p>Avaliar as condições de acessibilidade do INES</p>	<p>* Realizar até 2020, uma avaliação externa, pautada na legislação e normas ABNT, acerca das condições de acessibilidade do INES e demandas de quebra de barreiras às pessoas com deficiência e pessoas surdas em todos os aspectos: vias e espaços; edificações e instalações; transporte e comunicações e informações.</p>	<p>Estava prevista essa avaliação para 2020. No momento, impossibilitada devido à pandemia.</p>

TEMA: GESTÃO DE POLÍTICAS

<p>Promover a acessibilidade no INES.</p>	<p>* A partir da avaliação realizada e amplamente divulgada, criar o Núcleo de Acessibilidade e Participação (NAP), a fim de: incentivar o uso da Libras por todos; promover a cultura da educação para a convivência, o respeito às diferenças e a participação; orientar a remoção de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais na Instituição; articular-se intersetorialmente às diferentes ações no INES, assim como na promoção de novas ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura, comunicação, informação, ensino, pesquisa e extensão; constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do NAP, e elaborar o Plano de Acessibilidade - INES sem Barreiras, com a participação dos diferentes segmentos, a definição de responsabilidades, o estabelecimento de prazos e indicadores e a ampla divulgação, abrangendo, entre outros itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • elevadores onde não há, rampas onde se faz necessário; • bebedouros acessíveis para cadeirantes e crianças pequenas; • piso tátil; • ajustes na comunicação visual nas dependências do INES; • balcões acessíveis; • alarmes visuais de emergência e sinalização visual em elevadores, banheiros, salas e corredores de salas de aula; • digitalização de todos os livros e documentos históricos de domínio público e disponibilização no Repositório Huet, no Portal do INES na internet, etc. 	<p>A criação desse Núcleo foi demandada por diferentes segmentos no processo participativo de construção do PDI e sua instituição depende da aprovação das regras para a eleição de seus integrantes, atualmente em discussão no âmbito do Conselho Diretor.</p> <p>Está prevista a contratação de uma empresa de Engenharia, e já está contratada a confecção de placas indicativas que observam normas de acessibilidade para pessoas surdas e com deficiência visual. A digitalização de documentos vem sendo feita regularmente, em especial itens de importância histórica e pesquisas de docentes.</p>
<p>Subsidiar a formulação das</p>	<p>* Constituir, até 2021, no INES, a Câmara Técnica de Políticas</p>	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm</p>

<p>diretrizes e políticas públicas nacionais nas áreas linguística, educacional, cultural, de saúde, de comunicação, de trabalho, de assistência social, de comunicação, de esportes, de direitos humanos e de ética em pesquisa, entre outras, no âmbito de sua competência na área da surdez e em consonância com a diretriz bilíngue que baliza a atuação do Instituto;</p>	<p>Públicas e Surdez, para promover a análise, o debate e a formulação de proposições em políticas públicas e legislação nas esferas da linguística, educacional, cultural, de saúde, de trabalho, de assistência social, de comunicação, de esportes, de direitos humanos e de ética em pesquisa, entre outras, no âmbito de sua competência na área da surdez e com participação de lideranças da comunidade surda brasileira.</p>	<p>sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>
<p>Incentivar a construção de conhecimento sobre políticas públicas relacionadas à surdez no Brasil.</p>	<p>* Instituir e gerenciar o Concurso Nacional de Incentivo à Pesquisa na área da Surdez, que contemple o eixo da missão institucional: <i>fazer da surdez um fator da cidadania no Brasil</i>.</p>	<p>Passou a ser considerada a ideia de uma Comissão avaliar e premiar com publicação pesquisas relacionadas à surdez que se destaquem no cenário acadêmico.</p>
<p>Subsidiar o exercício da cidadania pelas pessoas surdas no Brasil.</p>	<p>* Editar publicação eletrônica sobre cidadania e surdez no Brasil e no mundo, visando favorecer a disseminação e a troca de experiências e informações sobre a condição e a mobilização das comunidades surdas de diferentes países.</p>	<p>Em 2022, poderá ser feita chamada nacional da Comissão Editorial para um dossiê específico sobre o tema por parte de pesquisadores brasileiros e mesmo de outros países.</p>
	<p>* Promover, em 2019, a discussão e deliberação sobre uma Política de Assistência Estudantil para o Instituto, visando assegurar condições de permanência e sucesso e evitar a evasão na Educação Básica e no Ensino Superior,</p>	<p>A discussão caminha no âmbito do Departamento de Ensino Superior e do Conselho Diretor. Deverá ser concluída no primeiro semestre de 2020.</p>

<p>Formular políticas institucionais que atendam às demandas recorrentes do público deste Instituto.</p>	<p>contemplando a análise e deliberação sobre as seguintes propostas encaminhadas pelo Centro Acadêmico Bilingue de Pedagogia do INES: Alojamento; Bandeirão; Bolsa monitoria; Bolsa interpretação; Apoio profissional para saúde física e mental dos alunos (psicológico, fonoaudiólogo, assistente social, etc.); Facilitar as inscrições em bolsas; Ônibus rotativo para buscar alunos (utilização do ônibus do INES em rota e horário específico); Reforma das salas desativadas do DESU; Ampliação e livre acesso à internet no INES; Aquisição de novos livros para a Biblioteca; Oferta de serviços de Xerox; Ampliação da Sala de Estudos, com mais computadores; Criação de uma Política Linguística (Libras/Português); Construção de uma copa para os alunos; Construção de uma cantina (sob a responsabilidade das mães dos alunos, visando gerar renda para elas e atender à necessidade de alunos e funcionários).</p>	
<p>Promover o direito de acesso à cultura, nos termos do Decreto 6.949/2009.</p>	<p>* Constituir, até 2020, um Comitê de Políticas Culturais com as atribuições de avaliar as condições e fomentar as potencialidades do Instituto na promoção do acesso à cultura por parte de alunos, familiares, servidores e da comunidade, incluindo, por exemplo, a exibição regular de filmes; a apresentação de peças de teatro; o lançamento e discussão de livros; a definição de um espaço para uma galeria de artes, visando à exposição de fotografias, pinturas, esculturas, instalações, bem como a realização de cursos relacionados à produção cultural.</p>	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>
<p>Promover a saúde, por meio da</p>	<p>* Criar, até 2020, o Conselho de Alimentação Escolar do INES – CAE/INES - Orientar para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado</p>	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>

<p>educação alimentar.</p>	<p>de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. - Atender a todos os alunos matriculados na Educação Básica. - Favorecer o acompanhamento e o controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social. - Garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. - Zelar pela aceitabilidade dos cardápios oferecidos. - Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos. - Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar os cardápios da alimentação escolar, adequados às necessidades nutricionais, às faixas etárias, ao perfil epidemiológico dos alunos do CAP/INES. - Propor e coordenar ações de educação alimentar e nutricional. <p>Composição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 representante e 1 suplente dos alunos; • 1 representante e 1 suplente dos pais; • 1 representante e 1 suplente dos técnicos administrativos; • 1 representante e 1 suplente dos docentes; • 1 representante e 1 suplente da Direção Geral; • 1 representante e 1 suplente do DEBASI; • 1 representante fixo da área nutricional do INES. 	
----------------------------	--	--

<p>Promover o respeito às diferenças no INES.</p>	<p>* Criar, até 2020, a Comissão para a Promoção da Equidade (COPE), com o propósito de compartilhar conhecimentos sobre diversidade; prover informações sobre legislação e políticas em âmbito internacional, nacional e local; promover debates sobre situações de desrespeito e violência e sobre políticas públicas pró-equidade, e balizar ações concretas, no âmbito institucional, de promoção do respeito a: pessoas e comunidades surdas; pessoas com deficiência; meninas e mulheres; pessoas afrodescendentes; pessoas e povos indígenas; pessoas LGBTQs; diferentes denominações religiosas; pessoas idosas; pessoas em situação de migração e refúgio.</p>	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>
<p>TEMA: GESTÃO DEMOCRÁTICA</p>		
<p>Efetivar a gestão democrática preconizada na Constituição, na LDB e no Plano Nacional de Educação.</p>	<p>* Instituir, em 2019, um modelo participativo de planejamento e gestão, envolvendo departamentos, servidores, comunidade acadêmica e escolar e também comunidade externa, na definição de prioridades, observadas as diretrizes governamentais e o planejamento estratégico do Instituto, assegurada a participação de pessoas surdas dos diferentes segmentos;</p> <p>* Instituir e efetivar, em 2019, o Comitê para a Gestão Democrática do Desenvolvimento Institucional (COGEDI) e o Núcleo de Auditoria Interna (NAI), especificados neste documento, para maior transparência e controle social da gestão quanto ao cumprimento da missão institucional;</p> <p>* Coordenar, a partir de 2019, o processo participativo de construção do novo Regimento Interno do INES;</p> <p>* Coordenar, a partir de 2019, o processo participativo de definição da nova estrutura do Conselho Diretor;</p>	<p>Em 2019, a partir de demanda externa de planejamento das atividades de servidor integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, foi formulado o projeto <i>Gestão do Desenvolvimento Institucional (GDI)</i>, com o objetivo geral de:</p> <p>implantar um modelo participativo de gestão do desenvolvimento institucional capaz de superar práticas estanques e rotinizadas que ainda não articulam os esforços dos diferentes setores em torno da realização da missão institucional e ainda não compatibilizam as demandas de competências das diferentes atividades desenvolvidas com os perfis da força de trabalho. O Projeto pretende instaurar no INES uma nova cultura organizacional, calcada na participação e na gestão por competências.</p> <p>No exercício em tela, a equipe do Projeto atuou junto com a Coordenação de Recursos Humanos do INES, na elaboração do</p>

	<p>* Coordenar, a partir de 2019, o processo participativo de criação do Conselho Escolar do Colégio de Aplicação;</p> <p>* Adotar, até 2019, as medidas necessárias para que todas as instâncias de participação da comunidade escolar, acadêmica e administrativa do INES assegurem o envolvimento e participação de pessoas surdas nos processos de discussão e deliberação, e também de entidades de pessoas surdas como representação da sociedade civil no Conselho Diretor do INES.</p>	<p>Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Instituto.</p> <p>Em 2021, desenvolveu-se processo participativo de construção do novo regimento interno do Instituto, que redefine a estrutura do Conselho Diretor. Além disso, foi formulada também de modo participativo a proposta de criação do Conselho Escolar do Colégio de Aplicação do INES.</p> <p>Hoje, vemos a ação do projeto como o embrião desse Comitê e também de uma futura unidade de Auditoria Interna, que precisamos constituir.</p>
TEMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL		
<p>Impulsionar e monitorar o desenvolvimento institucional do INES no período 2018-2022.</p> <p>Orientar as ações do INES para a excelência no cumprimento de sua missão.</p> <p>Adequar a estrutura organizacional do Instituto às</p>	<p>* Instituir, em 2019, o Comitê para a Gestão Democrática do Desenvolvimento Institucional (COGEDI), com representação de todos os Departamentos, de Alunos e de Familiares de Alunos e da Comunidade Surda, para monitorar a implementação do PDI, com as atribuições de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar e indicar aperfeiçoamentos nos processos institucionais e sua gestão; • Desenvolver a comunicação institucional; • Definir indicadores de gestão; • Definir indicadores de qualidade da Educação Básica e do Ensino Superior, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ avaliação do nível de proficiência em Libras de docentes; ▪ avaliação em Libras do desenvolvimento dos alunos; ▪ avaliação curricular; ▪ acompanhamento de egressos; • Acompanhar sistematicamente, por meio dos indicadores, a eficácia das ações e a execução das metas do PDI nos diferentes setores, apoiando os gestores; 	<p>Como dissemos na resposta ao item anterior, em 2019, foi formulado o projeto <i>Gestão do Desenvolvimento Institucional (GDI)</i>. Vários objetivos traçados para a COGEDI têm sido conduzidos pelo projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação institucional: o projeto tem feito levantamento das informações disponíveis no Portal, para fins de adequação às normativas de acesso à informação e transparência ativa; • Indicadores de gestão: vêm sendo discutida a sua reformulação, à luz do PDI; • Apoio e acompanhamento da gestão por parte dos Departamentos: vem sendo feito na elaboração do Relatório de Gestão no modelo <i>Integrado</i>; • A avaliação do PDI vem sendo igualmente propiciada pelo modelo <i>integrado</i> de Relatório de Gestão.

<p>novas diretrizes de planejamento estratégico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar relatórios parciais e anuais de avaliação da implementação do PDI; • Avaliar a execução do PDI e propor adequações ou mudanças, considerando o relatório anual da CPA e relatórios dos Departamentos que constituem o INES; • Zelar pelo cumprimento do PDI em períodos de transição após escolha da Direção Geral. 	
<p>TEMA: CONTROLE INTERNO</p>		
<p>Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.</p>	<p>* Criar, até 2019, o Núcleo de Auditoria Interna (NAI), subordinado diretamente à Direção Geral/INES, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • dar credibilidade aos atos de gestão administrativa; • auxiliar o atingimento dos objetivos institucionais; • verificar e comprovar a legalidade, a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos, para o bom uso dos recursos públicos; • apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das áreas responsáveis. <p>* Criar, nos termos do Decreto 1.171/1994, até 2020, a Comissão de Ética Profissional do Servidor Público do INES (CESP-INES), constituída por três servidoras ou servidores de cargo efetivo – um(a) docente do ensino superior, uma(a) docente da educação básica e um(a) técnico administrativo – indicados pelos pares e submetidos à aprovação no âmbito do Conselho Diretor do INES, com as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejar e realizar a divulgação do Decreto 1.171/1994 de forma presencial e nos portais do INES na intranet e internet; • Orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o 	<p>A criação do NAI avança com o desenvolvimento das atividades do Projeto GDI, que tem contemplado as discussões iniciais relativas à Ética; à informação e à comunicação e aos assuntos disciplinares. Essa pauta deverá avançar em 2022.</p>

	<p>patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura (Decreto 1.171/94, Anexo, XVI);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público (Decreto 1.171/94, Anexo, XVIII); <p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos; a realização de cursos para a melhoria da produção escrita relacionada ao trabalho e à comunicação (projetos, termos de referência, memorandos, circulares, ofícios), bem como a garantia da acessibilidade linguística;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • do atendimento acessível e de qualidade ao cidadão; • da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; • da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; • da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas. <p>* Criar um Portal do Ensino do INES (EnsINES), abrangendo módulos específicos de acesso por senha para Colégio,</p>	
--	--	--

	<p>Graduação e Pós-Graduação, com informações gerais sobre calendários escolares e acadêmicos, disciplinas, docentes, conteúdos das disciplinas, bibliografias, avaliações, cardápio escolar, manual do aluno, reuniões agendadas, eventos, etc.</p> <p>* Criar até 2020, o Núcleo para Assuntos Disciplinares, visando:</p> <ul style="list-style-type: none"> I- desenvolver iniciativas de prevenção ao cometimento de infrações disciplinares e orientar a adoção, quando cabível, de práticas administrativas saneadoras; II- assessorar a Direção Geral do INES na instauração de sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais nos casos que envolvam atos de servidores do INES III - promover a apuração, por determinação da Direção Geral do INES, de ofício ou a partir de denúncias ou representações, mediante sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais, nos casos que envolvam atos de agentes públicos em exercício no INES e/ou de empresas prestadores de serviços ao INES; IV - acompanhar e apoiar os trabalhos e propor uniformização de entendimentos e procedimentos das comissões disciplinares instauradas no âmbito deste INES; V - encaminhar aos órgãos de controle, nas hipóteses legais ou mediante requisição, informações relativas a procedimentos disciplinares instaurados no âmbito INES; VI - coordenar o sistema CGU-PAD no âmbito do INES, consoante políticas de uso em vigor; e VII - desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de competência. 	
--	--	--

Indicadores de Recursos Humanos

1. Relação entre número de servidores técnico-administrativos terceirizados e total de servidores dessa categoria no Instituto

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo prover os cargos da área técnico-administrativa por meio de concurso público, inclusive em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados, e também em observância aos princípios da economicidade, do fortalecimento da memória institucional e da qualidade dos serviços prestados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de servidores terceirizados em relação ao corpo técnico-administrativo do Instituto.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos terceirizados, dividido pelo número total de servidores da área técnico-administrativa.

Resultados e análise crítica:

O INES só terceiriza cargos que não existem no quadro permanente do INES. O INES conta com 549 pessoas em sua força de trabalho, sendo 184 servidores de carreiras docentes e 229 servidores técnicos administrativos. Completam a composição da força de trabalho 136 pessoas contratadas para os seguintes serviços, que não são abarcados pela estrutura de cargos existente.

Cálculo do indicador:

Técnicos administrativos	Contratados	Índice (contratado/servidores)	%
229	136	0,59	59%

Apresentamos, a seguir, um quadro com os serviços para os quais são feitas contratações de terceirizados.

Serviço	Número de colaboradores
Guardião de piscina e operador de piscina	3
Desenvolvimento gráfico e midiático	4
Manutenção predial	7
Equipe de estúdio	13
Recepcionistas	21
Motoristas	6
Suporte técnico de Informática	4
Manutenção de Refrigeração	4
Cozinheiro/auxiliar; almoxarife/auxiliar	25
Limpeza, asseio e conservação diária	22
Vigilância/segurança patrimonial	27
Total de colaboradores	136

O governo não autoriza concurso público mesmo havendo altos índices de aposentadorias e não encaminha vagas para o Instituto, o que dificulta nas inúmeras tarefas que servidores têm que desempenhar. O INES só terceiriza cargos que não existem no seu quadro permanente. A contratação é para a realização de algumas das tarefas necessárias, diminuindo assim o excessivo trabalho por parte dos servidores, e evitando uma baixa por doenças. A administração recebeu, ao longo do ano de 2019, 3 servidores oriundos de outras instituições, por meio de redistribuição. A equipe tem se esforçado para divulgar as vagas e conseguir preenchê-las. Por um lado, é positivo, pois recebemos servidores com outras vivências e experiências, o que soma para a Instituição.

2. TAXA DE PRONTIDÃO BILÍNGUE DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO INES

Objetivo: aferir em que medida os servidores da área técnico-administrativa do INES de nível médio e superior têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de servidores técnico-administrativos habilitados à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de servidores técnico-administrativos do Instituto.

Observação: Ainda não foram criados instrumentos para levantamento de dados nesse Indicador, mas podemos adiantar que todos os servidores concursados nomeados nos últimos anos, nos termos de nosso PDI 2018-2022, têm passado pelos cursos de Língua de Sinais do INES.

3. ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO INES

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo técnico-administrativo para orientar ações relativas ao apoio à qualificação na perspectiva da melhoria de seu desempenho profissional e do consequente aperfeiçoamento da gestão institucional e do atendimento às pessoas surdas.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo técnico-administrativo do CAP INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo técnico-administrativo é igual a $G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $G + A + E + M + D$, onde G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

bservação: O INES conta com o seguinte perfil de corpo técnico administrativo:

<p>Ensino Fundamental Incompleto (I) ou Completo (C)</p>	<p>Ensino Médio (Md), Médio e Técnico (MT), Médio Profissionalizante (MP) ou apenas Técnico (T)</p>	<p>Ensino Superior: Graduação (G); Aperfeiçoamento (A); Especialização (E); Mestrado (M)</p>
--	---	--

I	C	Md	MT	MP	T	G	A	E	Ms.	D
0	2	47	10	2	1	51	n/c	85	22	2

Cálculo: $(51 \times 1 + 0 \times 2 + 85 \times 3 + 22 \times 4 + 2 \times 5) / (51 + 0 + 88 + 22 + 2) = (51 + 0 + 255 + 88 + 10) / (160) = 404 / 160 = 2,52$

Análise crítica: Esse índice passou de **2,37** em 2015 e 2016 para **2,52** em 2017. Não foi possível obter esse cálculo nos anos seguintes.

4. TAXA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM EXERCÍCIO NO INES EM PROCESSOS DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Objetivo: aferir em que medida o corpo técnico-administrativo do Instituto vem participando de ações de capacitação, nos termos da Lei 8.112, de 1990 e consoante às diretrizes do Decreto 5.707, de 2006 – que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990 – bem como do Plano Anual de Capacitação do Instituto e seu Programa de Apoio, visando, nos termos desses documentos institucionais, “aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo” e “desenvolver nos servidores as competências necessárias para o alcance dos objetivos institucionais”.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação dos servidores técnico-administrativos em ações de capacitação.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES que participaram plenamente – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de ações de capacitação, dividido pelo número de servidores do corpo técnico-administrativo do Instituto.

Resultados e análise crítica: Em 2021, tivemos 15 Servidores Capacitados, com a meta pelo Siop de 350 capacitações. O valor orçado inicialmente era de R\$ 243.760,00; foi empenhado o valor de 17.435,00 com um número de servidores menor do que a meta do Siop. A baixa foi devido à situação pandêmica e por ter vários cursos disponíveis em plataformas digitais do Ministério da Economia.

Indicadores Educação Básica

1. RELAÇÃO CANDIDATO / VAGA

Objetivo: aferir em que medida a escolarização bilíngue ofertada pelo Colégio de Aplicação do INES atende à procura por vagas na Educação Básica por parte de surdos, via ingresso ou transferência.

Horizonte: atender integralmente a demanda da comunidade onde se situa o Colégio, bem como de surdos que não têm atendimento próximo de sua residência e também as situações de transferência, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de surdos cadastrados em situação de pré-ingresso ou transferência dividido pelo número de vagas ofertadas pelo Colégio de Aplicação do INES.

Resultado: O número de vagas ofertadas foi determinado pela meta do PDI = 500. O número de surdos matriculados = 380. Equação: $380 / 500 = 0,76$.

Análise crítica: O INES atendeu em à demanda de vagas (ingresso + transferência) e a matrícula efetiva ficou em 76% das vagas disponíveis. Conforme mencionado em relatório anterior, tal flutuação nos resultados desse indicador pode se relacionar à oferta de educação bilíngue em escolas-polo do município do Rio de Janeiro, bem como o processo de inclusão escolar que alcança outras regiões de origem de nossos alunos, como a Baixada Fluminense.

2. RELAÇÃO ALUNOS / DOCENTE

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Colégio de Aplicação contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes na oferta de escolarização do INES.

Equação básica: a relação alunos / docente é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultados: Em 2020, havia 154 professores designados no Colégio de Aplicação, dos quais 127 servidores efetivos e 27 professores substitutos contratados. Outros professores estavam ocupando chefias, em atividades fora de sala de aula (gestão e outras), em licença sem vencimentos e afastados para cursar mestrado ou doutorado. Assim, havia 127 (cento e vinte e sete) docentes concursados do INES regentes efetivos de turma. O número máximo de alunos em processo de escolarização ao longo de 2020 foi de 417 (quatrocentos e dezessete). Quanto aos alunos, da matrícula no início do ano (426) foram descontados desligamentos, transferências, trancamentos e falecimentos, e o resultado foi 417. O resultado da operação $417 / 127 = 3,28$.

Análise crítica: O aluno do INES conta com um bom quadro de docentes dedicados ao ensino, considerados os seguintes fatores nesta instituição especializada:

- a) as peculiaridades do alunado (surdez severa e profunda);
- b) o fato de o INES receber muitas crianças ou mesmo jovens sem língua adquirida e em grande medida oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- c) o crescente ingresso de alunos surdos com outras condições de saúde nas turmas de escolarização (síndromes, quadros psiquiátricos, outras deficiências associadas).

O quadro docente efetivo, que havia crescido bastante entre 2014 e 2015, em razão de concursos públicos realizados, apresentou ligeiro decréscimo, devido à aposentadoria de docentes mais antigos após a incorporação de vantagens financeiras relativas ao RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências, definido na Lei 12.772/2012) a seus vencimentos e como efeito dos temores em razão dos debates sobre a Reforma da Previdência. Daí a necessidade temporária de contratação de docentes. *Não foram encaminhados dados da equipe gestora que nos antecedeu e que permitissem o cálculo desse indicador.

3. ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO QUADRO DOCENTE EFETIVO

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo docente efetivo para orientar ações relativas ao apoio à sua qualificação, na perspectiva da melhoria de seu desempenho pedagógico e da consequente melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos do Colégio.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo docente efetivo do CAP-INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo docente efetivo é igual a $N \times 0,5 + G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $N + G + A + E + M + D$, onde N = curso normal; G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Resultados:

N = 2 x 0,5	G = 8 x 1	A = 2 x 2	E = 55 x 3	M = 59 x 4	D = 22 x 5
N = 1,0	G = 8	A = 4	E = 165	M = 236	D = 110

Equação: $524 / 148 = 3,54$

Análise crítica: Considerando-se que a pontuação mínima esperada seria de 163 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo apenas com Graduação, que é a exigência mínima em concursos para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica – e pontuação máxima possível seria de 815 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com Doutorado – vemos que o INES vinha avançando ano a ano quanto aos resultados deste indicador de qualificação docente: **60%** da pontuação máxima em 2013, **63,5%** em 2014, **65%** em 2015, **69%** em 2016, mas apresentou pequeno decréscimo em 2017, fechando em **64,3%**. Se o ingresso de docentes surdos nomeados em 2014 e 2015 trouxe ao Instituto, de maneira geral, profissionais em início de atividade e apenas com a titulação mínima exigida para o cargo, por outro lado o mesmo certame trouxe também profissionais com maior titulação – mestrado e doutorado. O apoio previsto no Plano Anual de Capacitação e em seu Programa de Apoio colaborou para o aumento de doutores no quadro. Por outro lado, a perspectiva de incorporação de vantagens relativas à norma que institui o Reconhecimento de Saberes e Competências (Lei 12.772/2012) favoreceu a busca, a partir de 2016, por docentes mais antigos, de títulos acadêmicos passíveis de incorporação, seguida de pedidos de aposentadoria voluntária.

***Não recebemos dados para atualização de cálculo do indicador entre 2018 e 2022 da equipe gestora que nos antecedeu.**

4. RELAÇÃO ENTRE DOCENTES SUBSTITUTOS E NÚMERO TOTAL DE DOCENTES

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento à diretriz governamental e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores substitutos em relação ao total de professores do Colégio de Aplicação.

Equação básica: número de professores substitutos dividido pelo número total de professores (efetivos do quadro permanente, mais substitutos, contratados pelo INES ou pelo IFRJ) e multiplicado por 100.

Resultados: Em 2020, tivemos 27 professores substitutos ou temporários para um total de 154 docentes vinculados ao CAP-INES: $27 / 154 = 0,17$ (= 17%)

Análise crítica: O INES vinha melhorando continuamente seus resultados nesse indicador, diminuindo a participação de substitutos em relação ao total do quadro docente – em 2013, havia sido de **0,19**, ou seja 19%, em 2014 foi de **0,13**, ou seja, 13%, e em 2015 foi de **0,09**, ou seja 9% – devido ao concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, por meio do qual foram providas 40 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 2014 e 2015. E em 2015, concluíram-se prazos de contratos, o que também concorreu para a melhoria dos resultados na época, conforme previsão em relatório anterior. Já em 2017, a marcha de aposentadorias decorrente da incorporação de vantagens e dos temores quanto à Reforma da Previdência (ver item anterior) acarretou um retorno aos níveis de 2013. Em 2020, houve uma pequena melhora nos resultados. Tivemos um freio na marcha das aposentadorias, com apenas duas em 2020.

***Em 2021 e 2022, não recebemos dados para atualização de cálculo do indicador da equipe gestora que nos antecedeu.**

5. TAXA DE PRONTIDÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Objetivo: aferir em que medida os docentes das diferentes etapas da Educação Básica têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue, em atendimento ao disposto no Decreto 5.626, de 2005.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores da Educação Básica do INES habilitados para a educação bilíngue com sujeitos surdos.

Equação básica (deverão ser feitos 4 (quatro) cálculos, um por Etapa de Ensino): número de professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio do CAP-INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores da respectiva Etapa de Ensino, no CAP-INES.

Resultados: O cálculo foi efetuado considerando-se apenas os professores respondentes de questionário aplicado pela Direção do Colégio. Outras possibilidades de aferição deverão ser consideradas no próximo exercício, dado o fato de que profissionais mais antigos do Instituto dominam bem a Libras pelo tempo de convívio e trabalho com surdos, mas muitos não chegaram a fazer curso de Libras e tampouco obtiveram Certificado de Proficiência. Os resultados por Etapa foram:

Etapa SEDIN: 1,0 (100%)

Etapa CAAF: $2 / 2 = 1,0$ (100%)

Etapa SEF1 (1º segmento): = 1,0 (100%)

Etapa SEFN (Noturno): = 1,0 (100%)

Etapa SEF2 (2º segmento) / SEME: = 1,0 (100%)

Análise crítica: Os resultados demonstram que melhorou o patamar em relação ao exercício anterior. Cabe realçar que o Edital do mais recente concurso público para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico valorizou conhecimento prévio da Língua de Sinais. Adicionalmente, cabe informar que todos os profissionais nomeados e empossados a partir de aprovação no referido Concurso ingressaram automaticamente em turma específica do Curso de Libras ofertado pelo próprio Instituto.

6. TAXA DE EVASÃO ESCOLAR

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão escolar com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos de cada etapa da Educação Básica do INES desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica no ano letivo.

Resultados: O número de alunos desligados ao final do ano letivo = 9. O número de alunos matriculados no ano letivo = 426. Equação: $9 / 426 = 0,02$.

Análise crítica: O resultado de permanência de alunos matriculados vinha oscilando: 86% em 2013, 90% em 2014, 86% em 2015, mas em 2016 e 2017 teve alteração mais expressiva, passando a 81% e a 74%. Os seguintes fatores tiveram que ser analisados: 1. a situação de vulnerabilidade socioeconômica de parcela considerável das famílias, particularmente a dependência do Benefício de Prestação Continuada – BPC e do Bolsa Família, em especial no contexto de recessão e desemprego; 2. a grande distância entre moradia e escola para a maioria dos alunos. Mas a análise desse dado deve ser feita em conjunto com a variação no *ingresso de alunos*, que vinha apresentando decréscimo ano a ano. Em 2020, uma surpreendente retenção de alunos, de 98%. Possivelmente, a pandemia e as medidas adotadas no sentido de prover acessibilidade digital, materiais impressos e kits alimentação com apoio do FNDE contaram para manter o vínculo.

***Não recebemos dados atualizados sobre Evasão nos anos de 2021 e 2022 da equipe gestora que nos antecedeu.**

7. TAXA DE UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente e docente do CAP INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por eles.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca pelos alunos.

Equação básica: número de acessos à Biblioteca por parte de alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio (SEF2 e SEME) e de docentes desses segmentos em Atividades de Interação com Educandos (acesso = pesquisa em terminais de internet + pesquisa de itens do acervo + empréstimo de itens do acervo) dividido pelo total de alunos SEF2 e SEME + total de docentes SEF2 e SEME.

Resultados e análise crítica: Em 2022, a Biblioteca do INES retomou as atividades presenciais, mas não foi especificado o perfil de usuários entre discentes do CAP e do Ensino Superior, o que impossibilitou o cálculo do indicador.

8. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOCENTE NA REFERENCIALIDADE DO INES NA ÁREA DA SURDEZ

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes em Atividades de Interação com Educandos em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do CAP-INES.

Equação básica: Número de docentes em Atividades de Interação com Educandos do Colégio de Aplicação que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano, dividido pelo número de docentes do CAP-INES.

Resultados: Em 2020, devido à pandemia, todos os editais que haviam sido lançados no início do ano para a realização, em parceria com Estados e Municípios, de Seminários Formativos, Assessorias Técnicas e Intercâmbios Formativos com os CAS tiveram que ser cancelados, pois são todos na modalidade presencial. Não obstante, docentes do CAP trabalharam coletivamente na geração de conteúdos para a Página do DEBASI na internet e também para canal aberto na plataforma YouTube, concebendo, produzindo e divulgando vídeos e textos de orientação às pessoas surdas em geral e seus familiares sobre a pandemia, bem como estratégias de cuidado, bem-estar e superação (brincadeiras, atividades culturais, saúde mental, auxílio emergencial, etc.). Não foi possível efetivar uma quantificação dessas iniciativas.

***Não recebemos, da equipe gestora que nos antecedeu, dados sobre participação de docentes do CAP INES em atividades de extensão e referencialidade em 2021 e 2022.**

9. ÍNDICE DE TEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL INFANTIL

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento a crianças surdas na Educação Infantil do INES se realiza no tempo certo em relação à ocorrência da surdez nessas crianças, na perspectiva de orientar ações institucionais e interinstitucionais que, reduzindo tal intervalo, assegurem a tais alunos adequado desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Horizonte: Diminuir progressivamente a diferença entre a idade média de ocorrência da surdez (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) em crianças atendidas na Educação Infantil do INES e a idade média de início do seu atendimento nessa Etapa de Ensino, por parte do Instituto.

Equação básica: Idade média de Início do Atendimento em Educação Infantil - IAEI das crianças matriculadas nessa etapa de ensino no INES menos idade média de Ocorrência (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) da Surdez (de *causa conhecida* – pré-natal, perinatal ou pós-natal – ou *idiopática*) - OS, onde IAEI é obtida pela soma das idades de ingresso de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças e OS é obtida pela soma das idades de ocorrência da surdez de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças, sendo atribuído 0 (zero) ano para os casos individuais de surdez de causa pré-natal ou perinatal.

Obs.: As *causas conhecidas* da surdez podem ser divididas em: **pré-natais** (hereditárias ou relacionadas a doenças adquiridas pela mãe durante a gravidez, tais como rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, herpes, intoxicações intrauterinas; agentes físicos como raio X, alterações endócrinas como diabetes ou tireóide, ou ainda relacionadas a carências alimentares; **perinatais** (traumatismos obstétricos; anóxia); **pós-natais** (doenças infecciosas; bacterianas – ex.: meningites, otites, inflamações agudas ou crônicas das fossas nasais e da naso-faringe; virais; intoxicações; trauma acústico). A surdez é dita *idiopática* quando sua causa é desconhecida.

Resultados:

A) Idade média de início do atendimento no INES (informações fornecidas pelo SEDIN)

--- soma das idades: 37

--- nº de crianças: 14

--- equação: $37 / 14 = 2,64$

B) Idade média de ocorrência da surdez (1ª audiometria) (informações fornecidas pela DIAU)

--- soma das idades: 08

--- nº de crianças: 14

--- equação: $08 / 14 = 0,57$

Resultado final: A) - B) = 2,64 – 0,57 = 2,07

Análise crítica: Entre 2016 e 2017, houve pequeno aumento (5,8%) na idade média de início de atendimento no INES, tendo havido, porém, sensível redução na idade média de ocorrência da surdez diagnosticada em audiometria. Chama a atenção a elevação na matrícula de crianças surdas na Educação Infantil do INES, de 8 em 2015 e 2016 para 14 em 2017, que pode estar ligada à disseminação da detecção precoce no campo da saúde auditiva. Para o ingresso mais tardio, ainda não há respostas. O Instituto deve apoiar a realização de pesquisas para uma avaliação da realidade da educação infantil e da situação de saúde auditiva de seus alunos para buscar respostas a este indicador.

***Entre 2018 e 2022, não recebemos dados da equipe gestora que nos antecedeu e que nos permitissem fazer o cálculo desse indicador.**

10. TAXA DE SUCESSO NAS AÇÕES DE PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E A GERAÇÃO DE RENDA

Objetivo: aferir em que medida as ações de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à comunidade, na perspectiva da promoção do Trabalho Decente, têm possibilitado a permanência e a conclusão com aproveitamento por parte de pessoas surdas adultas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas que concluem com aproveitamento os cursos de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece às pessoas surdas da comunidade.

Equação básica - observação: vínhamos trabalhando com a equação “número de concluintes dos cursos dividido pelo número de ingressantes”, mas optamos por redefinir a abordagem, uma vez que o número de ingressantes pode não refletir a capacidade e a adequação da oferta de vagas em relação à demanda. Assim, propõe-se como nova equação “número de concluintes dividido pelo número de vagas ofertadas”.

***Não foram encaminhados dados da equipe gestora que nos antecedeu e que permitissem o cálculo desse indicador.**

ÍNDICE DE EFETIVIDADE NA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO DECENTE

Objetivo: aferir em que medida as oportunidades de acesso ao Trabalho Decente às quais o INES encaminha pessoas surdas cadastradas – via treinamento em serviço ou participação em processo seletivo, em empresas têm se traduzido em contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho firmado entre essas pessoas e as empresas ofertantes das vagas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas com mais de 14 anos de idade e cadastradas pelo INES que, por meio do acesso a treinamento em serviço em empresas e de participação em processo seletivo realizado por empresas alcançaram efetiva inserção em Trabalho Decente.

Equação básica: número de pessoas Surdas ingressantes em Trabalho Decente - STD, onde STD equivale ao resultado da soma de contratos individuais de aprendizagem ou de trabalho firmados, dividido pelo número de Oportunidades de Acesso ao Trabalho tornadas disponíveis pelo INES - OAT, onde OAT compreende A (vagas de treinamento em serviço em empresas) + B (participação em processo seletivo em empresas).

Observação: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Resultados: Em 2022, 30 empresas disponibilizaram 199 vagas de emprego e 594 pessoas surdas se inscreveram, das quais 446 foram encaminhadas, 361 atendidas e 147 contratadas. $STD = \text{CONTRATOS FIRMADOS} : \text{VAGAS OFERTADAS} > STD = 147 : 199 = 73\%$

Análise crítica: O resultado de 73% pode ser considerado, assim como o aumento do número de empresas ofertantes de vagas e pessoas surdas inscritas, em relação aos anos anteriores.

Indicadores - Ensino Superior

INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU 408/2022	2022	2021	2020	2019	2018	2017
	Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Professores Equivalentes	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	251	267	310	238	231	229
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Alunos de Residência Médica (AR)	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

QUADRO VI – RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS						
	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Participação Estudantil (GPE)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,6	*	*	4,5	4,6	4,5	4,6
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

Em 2022, o Ensino Superior do INES contou com 41 (quarenta e um) docentes em atuação nos Cursos de Graduação nas modalidades presencial e semipresencial, sendo 33 Doutores, 7 Mestres e 1 Especialista. Aplicando-se a fórmula do Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD, temos: $[5 \times 33 + 3 \times 7 + 2 \times 1] \div [33 + 7 + 1] = [165 + 21 + 2] \div [41] = [188] \div [41] = 4,585$. Resultado: o ICQD do Curso Bílingue de Pedagogia do INES em 2022 foi de **4,6**.

***Não recebemos dados de 2020 e 2021 da equipe gestora que nos antecedeu e que nos permitissem calcular este indicador para aqueles anos letivos.**

1. RELAÇÃO CANDIDATO / VAGA

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de candidatos em processo seletivo para ingresso no curso de graduação em Pedagogia dividido pelo número de vagas ofertadas pelo INES para o referido curso no ano letivo.

Resultado: Relação Candidato/Vaga							
2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
3,2	*	*	3,96	5,45	5,71	5,71	6,35

Análise crítica: O desenvolvimento do Curso, sua divulgação (na rede pública de ensino, na internet, nas redes sociais e nos movimentos surdos) e a inserção de egressos têm contribuído para que se mantenha regular a demanda. Demonstra-se o acerto da definição de turnos Manhã e Noite (anteriormente, Tarde e Noite), estabelecidos para atender à situação do aluno trabalhador.

***Não foram encaminhados dados pela equipe gestora que nos antecedeu e que permitissem o cálculo desse indicador para os anos de 2020 e 2021.**

2. RELAÇÃO ALUNOS / DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Ensino Superior do INES contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes em tempo integral na oferta de Ensino Superior pelo INES.

Equação básica: a relação alunos / docente em tempo integral é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultado: Relação Aluno/Docente em tempo integral									
2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
*	*	*	5,40	5,63	6,54	5,12	5,02	5,56	10,69

Análise crítica: A demanda pelo Curso de Pedagogia cresceu e se mantém estável. Ao mesmo tempo, muitos alunos concluíram e apresentaram suas monografias, alcançando a formatura e a colação de grau. Nos últimos anos, houve ampliação expressiva do número de professores(as) efetivos(as), com boa titulação e todos(as) em regime de dedicação exclusiva, nomeados(as) a partir da aprovação em concurso público de provas e títulos.

***Não foram encaminhados dados pela equipe gestora que nos antecedeu e que permitissem o cálculo desse indicador para 2020, 2021 e 2022.**

3. TAXA DE SUCESSO NO ENSINO SUPERIOR

Objetivo: aferir em que medida a formação inicial desenvolvida pelo INES possibilita que os ingressantes no Ensino Superior do Instituto completem os estudos no respectivo tempo recomendado (quatro anos de tempo previsto para realização do curso).

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem no prazo recomendado o curso de graduação INES em que se matricularam.

Equação básica: número de concluintes de graduação dividido pelo número de ingressantes 4 (quatro) anos antes.

Resultado: Houve 19 concluintes de graduação em 2022 para 60 ingressantes em 2019 (para o período 2019-2022,). Sendo assim, temos $19 / 60 = 0,31\%$. Houve 14 concluintes em 2021, para 62 ingressantes em 2018 (período 2018-2021).Sendo assim, temos $14 / 62 = 0,22$. Houve 16 concluintes em 2020 para 64 ingressantes em 2017 (período 2017-2020). Sendo assim, temos $16 / 64 = 0,25$.

Resultado: Taxa de sucesso no Ensino Superior									
2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
0,31	0,22	0,25	0,16	0,4	0,38	0,55	0,64	0,73	1,2

Análise crítica: Alguns fatores interferem nos resultado deste Indicador, como as dificuldades enfrentadas por alunos surdos na elaboração de suas monografias, a estruturação de recursos tecnológicos e humanos para registro filmado de apresentação em LIBRAS, e os trancamentos de matrícula motivados principalmente por questões de trabalho ou de vulnerabilidade socioeconômica. O INES vem investindo em ações que deverão melhorar esses resultados: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; criação e publicação de um Manual para a Elaboração de Monografias em Libras; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, etc. Observamos também um movimento de evasão e reingresso, relacionado à recessão e ao desemprego nos últimos anos. Depois de uma sensível baixa no primeiro ano da pandemia (2019), observamos gradual melhora nos resultados de conclusão.

4. TAXA DE EVASÃO

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos do Ensino Superior INES (graduação) desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados na graduação INES no início do ano letivo.

Resultado: Em 2022, houve 19 desligamentos, para 270 matrículas no ano letivo (ativas e trancadas). Sendo assim, temos $19 / 270 (250+20) = 0,07$

Em 2021, houve 27 desligamentos, para 287 matrículas no ano letivo (ativas e trancadas). Sendo assim, temos $27 / 287 (267+20) = 0,09$

Em 2020, houve 9 desligamentos, para 330 matrículas no ano letivo (ativas e trancadas). Sendo assim, temos $9 / 330 (310+20) = 0,02$

Resultado: Taxa de Evasão									
2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
0,07	0,09	0,02	0,09	0,10	0,10	0,09	0,21	0,16	0,21

Análise crítica: Houve sensível melhoria em relação à evasão, possivelmente relacionada às mudanças e aos apoios efetivados – geração de material de apoio acadêmico (resenhas, manual para elaboração de monografias) em Libras; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); ajuste de horários de oferta do curso para atender à condição do(a) aluno(a) trabalhador(a); qualificação do corpo docente, etc.

5. TAXA DE UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente do INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por docentes e discentes da Educação Superior do Instituto.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca Especializada Vicente Penido Burnier pelos alunos e professores da Educação Superior do Instituto.

Equação básica: número de acessos (incluindo 5 situações: pesquisa bibliográfica; elaboração de ficha catalográfica; frequência do usuário; consulta ao acervo e empréstimo de materiais) de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação) dividido pelo total de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

Taxa de utilização da biblioteca do INES										
2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
*	*	*	*	*	15,46	9,13	10,03	3,90	3,74	1,71

Análise crítica: Depois de um período de crescimento na utilização da Biblioteca (2012-2017), houve um intervalo em que os serviços presenciais estiveram suspensos, devido à pandemia. Os dados mais recentes não discriminam atendimentos por Educação Básica e Ensino Superior, algo que esperamos corrigir para o próximo Relatório.

***Não foram encaminhados dados por parte da equipe gestora que nos antecedeu e que permitissem o cálculo desse indicador com respeito ao período de 2018 a 2022.**

6. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOCENTE NA REFERENCIALIDADE DO INES NA ÁREA DA SURDEZ

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes do Ensino Superior do INES em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do Ensino Superior INES.

Equação básica: Número de docentes da Educação Superior INES (graduação e pós-graduação) que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano dividido pelo número de docentes do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

Observação: Para todos os fins de cálculo, docentes que ministrem aulas tanto na graduação quanto na pós deverão ser contabilizados apenas uma vez.

Resultado: Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez									
2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
*	*	*	1,0	1,00	1,00	0,38	0,15	0,13	0,82

Análise crítica: O resultado anterior (2014 e 2015) explicava-se pelo ingresso de um número elevado de novos docentes via Concurso Público nesses anos, que tiveram que construir uma experiência para ter condições de atuar na difusão de conhecimento na área da surdez e, em 2016, passaram também, como os mais experientes, a ter uma atuação desse tipo. Em 2017, 2018 e 2019, todos os docentes contribuíram na realização da missão do INES como centro de referência na área da surdez.

*Não foram encaminhados dados da equipe gestora que nos antecedeu e que permitissem o cálculo desse indicador para 2020, 2021 e 2022.

7. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR EM ATIVIDADES DE MONITORIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Objetivo: Dimensionar o grau de envolvimento dos discentes do Ensino Superior INES (graduação) nas atividades de monitoria e iniciação científica.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de alunos em ações de monitoria/extensão e iniciação científica, para o aperfeiçoamento de sua formação e ampliação de horizontes de inserção futura na vida acadêmica – na docência, na pesquisa ou em ambas.

Equação básica: Número de alunos de graduação que participaram de atividades de iniciação científica ou monitoria no ano letivo dividido pelo número de alunos de graduação INES habilitados, nos termos das normas vigentes, a participar de tais atividades.

Resultado: Houve participação de 37 alunos de graduação em atividades de I.C. ou Monitoria/Extensão para 127 alunos habilitados (matrículas ativas menos alunos de último período, conforme normas vigentes, bem como alunos que apenas estão cursando dependência). Resultado $35 / 116 = 0,30$.

Resultado: Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica									
2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
*	*	*	*	0,30	0,27	0,25	0,13	0,03	0,03

Análise crítica: A instalação dos programas de apoio é recente, mas já está alavancando uma significativa participação de alunos, com 23 bolsistas de iniciação científica e 14 de monitoria/extensão, ao longo de 2018, 30% dos alunos habilitados. Não recebemos dados e não foi possível calcular esse indicador com respeito ao período da pandemia (2019-2021). Em 2022, houve 23 bolsistas de Iniciação Científica e 10 de Extensão, totalizando 33 bolsistas. *Não foram encaminhados dados suficientes da gestão anterior que permitissem o cálculo desse indicador.

8. AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DO INES SEGUNDO EGRESSOS

Objetivo: aferir a adequação da proposta curricular e das competências construídas no curso de graduação em Pedagogia do INES em relação à empregabilidade e às habilidades e competências requeridas no exercício profissional com base na percepção de seus egressos, como um balizamento para intervenções que se mostrem necessárias em termos de: currículo; planos de ensino; metodologias; perfil / qualificação do corpo docente; prontidão para a educação bilíngue; recursos didáticos, etc.

Horizonte: ampliar gradativamente a percepção positiva por parte dos egressos por meio de ações que aperfeiçoem o planejamento e desenvolvimento do curso de Pedagogia do INES.

Equação básica: percentuais médios obtidos a partir do posicionamento de egressos com respeito a afirmações sobre o curso bilíngue de graduação em Pedagogia do INES:

Com relação ao curso de Pedagogia do INES, de que você participou, expresse sua opinião com base em sua trajetória no curso e posterior inserção (ou não) no trabalho:

1. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram ótimas condições de empregabilidade e foram fundamentais para que eu alcançasse uma excelente inserção profissional, mostrando-se altamente relevantes para um exercício profissional competente.

concorda totalmente

concorda

é indiferente ou neutro

discorda

discorda totalmente

2. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram boas condições de empregabilidade, foram importantes para que eu alcançasse uma boa inserção profissional e se mostraram em boa medida condizentes com o que é requerido para um bom exercício profissional.

concorda totalmente

concorda

é indiferente ou neutro

discorda

discorda totalmente

3. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram razoáveis condições de empregabilidade e contribuíram para minha inserção no trabalho, mostrando-se adequados ao que é requerido no exercício profissional.

concorda totalmente

- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

4. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram pouca condição de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se aquém do que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

5. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, não me asseguraram condições de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se incompatíveis ou insuficientes em relação ao que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

Análise crítica: Encontra-se em pauta a formulação de uma Política de Acompanhamento de Egressos, que dará origem a uma sistemática de gestão da informação capaz de nutrir com dados o correspondente indicador. Desde 2017, realiza-se projeto de pesquisa sobre egressos, coordenado pelo Professor Dr. Ricardo Janoário, do DESU. Em 2022, foi constituído grupo de trabalho para coordenar a elaboração desse documento.

*Informações orçamentárias,
financeiras e contábeis*

O orçamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos foi definido pela Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022. A LOA/2022 consignou ao INES a dotação inicial da ordem de R\$ 146.373.963,00, assim distribuída:

GRUPO DE DESPESA LOA 2022	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO CANCELADA	DOTAÇÃO ATUALIZADA
1- Pessoal e Encargos Sociais	117.538.467,00	2.067.604,00		119.606.071,00
3- Outras Despesas Correntes	25.197.696,00	131.599,00	1.737.441,00	23.591.854,00
4 - Investimento	3.637.800,00			3.637.800,00
Total	146.373.963,00	2.199.203,00	1.737.441,00	146.835.725,00
Fonte: Tesouro Gerencial				Em, 16/03/2023

Somados os créditos suplementares da ordem de R\$ 2.199.203,00 e os cancelamentos da ordem de R\$ 1.737.441,00, totalizou uma dotação atualizada num montante de R\$ 146.835.725,00 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais), valor para custear as despesas correntes, de capital e de pessoal e encargos sociais, com uma redução de aproximadamente 0,10% em relação ao orçamento do exercício de 2021, que foi de R\$ 146.977.626,00 (cento e quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais).

O orçamento destinado à Instituição obedece ao cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Governo decorrentes da interação entre o Plano Plurianual (PPA), onde são estabelecidas as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), onde são previstos os recursos para a execução dos programas de governo para aquele ano.

A dotação inicial proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$ 117.538.467,00, que comprovadamente não foi suficiente para custeá-las, devido ao acréscimo de despesas ao longo do exercício decorrente do aumento vegetativo, demandando um acréscimo de aproximadamente 1,76%, tornando-se necessário gerar um crédito suplementar de R\$ 2.067.604,00.

Quanto à dotação de outras despesas correntes e de investimentos, houve uma redução do exercício de 2022 em relação a 2021, no valor de R\$ 583.470,00, de aproximadamente 2,10%.

Comparando a despesa de Pessoal e Encargos Sociais do ano de 2022 com o de 2021, houve um redução de aproximadamente 0,84% (R\$ 998.018,15), ocasionado pelo pagamento de exercícios anteriores em 2021, na ordem de R\$ 882.003,40

Analisando o quadro abaixo, podemos concluir que a dotação orçamentária atribuída ao INES ofereceu plenas condições de realização das atividades definidas para o período, não havendo registro de fatores intervenientes no desempenho orçamentário de 2022.

Despesas por grupo e elemento de despesa

Grupo de Despesa	Elemento Despesa	Exercício: 2021					2022				
		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	DOTACAO ATUALIZADA	Empenhada	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	DOTACAO ATUALIZADA	Empenhada
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	00 [A DETALHAR]	(1.470.057,85)	49.374.980,00	(166.417.107,85)	326.158,15		(301.858,70)	2.067.604,00	(117.840.325,70)	1.765.745,30	
	01 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	48.428.491,15		48.428.491,15	48.428.491,15	48.428.491,15	47.636.484,65		47.636.484,65	47.636.484,65	47.636.484,65
	03 PENSOES	9.692.911,21		9.692.911,21	9.692.911,21	9.692.911,21	10.135.221,06		10.135.221,06	10.135.221,06	10.135.221,06
	04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES. CIVIL	1.344.415,77		1.344.415,77	1.344.415,77	1.344.415,77	1.459.871,75		1.459.871,75	1.459.871,75	1.459.871,75
	07 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	219.106,58		219.106,58	219.106,58	219.106,58	217.861,22		217.861,22	217.861,22	217.861,22
	11 VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	48.346.189,60		48.346.189,60	48.346.189,60	48.346.189,60	48.360.061,04		48.360.061,04	48.360.061,04	48.360.061,04
	13 OBRIGACOES PATRONAIS	9.935.494,68		9.935.494,68	9.935.494,68	9.935.494,68	9.952.508,15		9.952.508,15	9.952.508,15	9.952.508,15
	16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PES. CIVIL	24.790,30		24.790,30	24.790,30	24.790,30	49.592,66		49.592,66	49.592,66	49.592,66
	91 SENTENÇAS JUDICIAIS	24.941,16		24.941,16	24.941,16	24.941,16	12.209,28		12.209,28	12.209,28	12.209,28
	92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	822.003,40		822.003,40	822.003,40	822.003,40	16.515,89		16.515,89	16.515,89	16.515,89
		TOTAL PESSOAL E ENC	117.368.286,00	49.374.980,00	(47.578.764,00)	119.164.502,00	118.838.343,85	117.538.467,00	2.067.604,00	(0,00)	119.606.071,00
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00 [A DETALHAR]	9.144.831,56	13.233.279,00	(30.853.471,44)	9.144.831,56		3.224.066,04	131.599,00	(23.711.070,96)	1.618.224,04	
	04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES. CIVIL	186.815,68		186.815,68	186.815,68	186.815,68	245.854,48		245.854,48	245.854,48	245.854,48
	08 OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR	348.544,44		348.544,44	348.544,44	348.544,44	361.031,47		361.031,47	361.031,47	361.031,47
	14 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20.046,97		20.046,97	20.046,97	20.046,97	57.245,66		57.245,66	57.245,66	57.245,66
	18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	155.186,57		155.186,57	155.186,57	155.186,57	96.200,00		96.200,00	96.200,00	96.200,00
	50 MATERIAL DE CONSUMO	608.499,10		608.499,10	608.499,10	527.437,83	1.531.129,77		1.531.129,77	1.531.129,77	1.481.203,37
	32 MATERIAL, BEM OU SERV. PARA DIST. GRATUITA						31.226,38				26.441,78
	33 PASSAGENS E DESP. COM LOCOMOÇÃO	38.097,21		38.097,21	38.097,21	38.097,21	460.278,35		460.278,35	460.278,35	460.278,35
	36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	0,00		0,00	0,00	1.501,69	128.277,17		128.277,17	128.277,17	139.685,46
	37 LOCAÇÃO MAO-DE-OBRA	6.538.156,30		6.538.156,30	6.538.156,30	6.383.156,30	7.102.362,74		7.102.362,74	7.102.362,74	7.052.362,74
	39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP. INT. ORC.	2.503.370,79		2.503.370,79	2.503.370,79	2.363.371,70	5.856.294,97		5.856.294,97	5.856.294,97	5.776.294,97
	40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	4.051.022,27		4.051.022,27	4.051.022,27	4.051.022,27	2.396.032,04		2.396.032,04	2.396.032,04	2.396.032,04
	46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.154.340,43		2.154.340,43	2.154.340,43	2.154.340,43	2.109.639,66		2.109.639,66	2.109.639,66	2.109.639,66
	47 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	14.908,57		14.908,57	14.908,57	14.908,57	21.530,58		21.530,58	21.530,58	21.530,58
	49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	115.847,70		115.847,70	115.847,70	115.847,70	723.146,66		723.146,66	723.146,66	723.146,66
	92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	47.328,08		47.328,08	47.328,08	47.328,08	56.111,03		56.111,03	56.111,03	56.250,27
	93 INDENIZACOES E RESTITUICOES	838.028,33		838.028,33	838.028,33	838.028,33	828.495,38		828.495,38	828.495,38	828.495,38
	TOTAL OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.765.024,00	13.233.279,00	(13.233.279,00)	26.765.024,00	17.276.860,15	25.197.696,00	131.599,00	(1.737.441,00)	23.591.854,00	21.831.692,87
4 INVESTIMENTOS	00 [A DETALHAR]	963.520,91		(84.579,09)	963.520,91		26,74		(3.637.773,26)	26,74	
	39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP. INT. ORC.						180,00		180,00	180,00	180,00
	40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	4.949,98		4.949,98	4.949,98	4.949,98	29.200,00		29.200,00	29.200,00	29.200,00
	51 OBRAS E INSTALAÇÕES						1.497.100,92		1.497.100,92	1.497.100,92	1.497.100,92
	52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	79.629,11		79.629,11	79.629,11	79.629,11	2.111.292,34		2.111.292,34	2.111.292,34	2.111.292,34
	TOTAL INVESTIMENTO	1.048.100,00	0,00	0,00	1.048.100,00	84.579,09	3.637.800,00	0,00	0,00	3.637.800,00	3.637.773,26
	TOTAL GERAL	145.181.410,00	62.608.259,00	(60.812.043,00)	146.977.626,00	136.199.783,09	146.373.963,00	2.199.203,00	(1.737.441,00)	146.835.725,00	143.309.791,83

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 16/03/2023

Despesas por grupo e natureza de despesa

Quanto às Despesas por Grupo e Elemento de Despesa, dos Créditos Originários da Unidade, neste quadro podemos verificar que aquelas relacionadas à área de pessoal têm maior relevância.

Acerca da distribuição por GND (Grupo por Natureza de Despesa) destaca-se que a maior parcela do orçamento do INES está destinada às despesas com Pessoal e Encargos Sociais (GND 1) o que representa 80,25%, ou seja, R\$ 117.840.325,70 (cento e dezessete milhões, oitocentos e quarenta mil, trezentos e vinte e cinco reais e setenta centavos) do orçamento total, seguido das despesas com Custeio (GND 3) com 14,87%, ou seja, R\$ 21.831.692,87 (vinte e um milhões, oitocentos e trinta e um mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos), e Investimentos (GND 4) com 2,48% (R\$ 3.637.773,26 (três milhões, seiscentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e três reais e vinte e seis centavos).

A maior despesa do grupo outras despesas correntes, ocorreu na natureza de despesa 33.90.37 - Locação de mão-de-obra, que visa a suprir a deficiência de pessoal na área meio, onde se encontra a maior concentração de cargos em extinção - pedreiro, carpinteiro, bombeiro, porteiro, motorista, vigilante, recepcionista, cozinheiro, profissionais da área de áudio e vídeo, etc., sem os quais não seria possível manter a unidade funcionando, seguido da natureza de despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, que se refere aos contratos de gestão firmados durante o exercício de 2022.

Análise das Principais Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence	Ação Governo	Mês Lançamento	014/2022									
			Indicador Ação Governo	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar do Exercício - Processados	Restos a pagar do Exercício - Não processados		
26104	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS	00S6	BENEFICIO ESPECIAL E DEMAIS COMPLEMENTACOES DE APOSENTADORIA	SEM INFORMACAO	1.000,00	1.000,00						
		0181	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIAO	OPERACOES ESPECIAIS	58.784.219,00	58.784.219,00	57.783.914,99	57.783.914,99	54.094.909,85	3.689.005,14	0,00	
		09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	OPERACOES ESPECIAIS	9.502.571,00	9.895.695,00	9.633.889,57	9.633.889,57	9.633.889,57	0,00	0,00	
		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ATIVIDADE	994.071,00	1.125.670,00	876.905,82	876.905,82	815.990,84	60.914,98	0,00	
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	ATIVIDADE	49.250.677,00	50.925.157,00	50.422.521,14	50.422.521,14	46.023.096,05	4.399.425,09	0,00	
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	SEM INFORMACAO	3.684.828,00	3.684.828,00	3.440.733,81	3.440.733,81	3.160.237,34	280.496,47	0,00	
		21CO	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO ESPECIAL	SEM INFORMACAO	23.956.597,00	22.219.156,00	21.104.905,52	13.199.838,09	13.037.808,37	162.029,72	7.905.067,43	
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	ATIVIDADE	200.000,00	200.000,00	8.931,67	8.931,67	8.931,67	0,00	0,00	
TOTAL ORÇAMENTO INES					146.373.963,00	146.835.725,00	143.271.802,52	135.366.735,09	126.774.863,69	8.591.871,40	7.905.067,43	
26201	COLEGIO PEDRO II	20RI	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO BASICA	ATIVIDADE			4.585,16				4.585,16	
26236	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	4572	CAPACITACAO DE SERV. PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFIC.	ATIVIDADE			5.938,50	5.938,50	5.938,50	0,00	0,00	
26244	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	4572	CAPACITACAO DE SERV. PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QALIFIC.	ATIVIDADE			139,24	139,24	139,24	0,00	0,00	
26298	FUNDO NACIONAL DE DESENV. DA EDUCACAO	00PI	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	SEM INFORMACAO			26.441,78	26.441,78	26.441,78	0,00	0,00	
26405	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	ATIVIDADE			229,35	229,35	229,35	0,00	0,00	
26422	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	ATIVIDADE			409,55	409,55	409,55	0,00	0,00	
26434	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	ATIVIDADE			245,73	245,73		245,73	0,00	
TOTAL ORÇAMENTO OUTRAS INSTITUIÇÕES					0,00	0,00	37.989,31	33.404,15	33.158,42	245,73	4.585,16	
TOTAL GERAL					146.373.963,00	146.835.725,00	143.309.791,83	135.400.139,24	126.808.022,11	8.592.117,13	7.909.652,59	

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 16/03/2023

Execução de Restos a Pagar

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
Ano de Emissão do Empenho	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A PAGAR
2020	17.869.191,00	0,00	11.245.240,42	6.623.950,58	6.623.950,58	0,00
2021	5.006.928,78	0,00	1.906.885,67	3.100.043,11	3.100.043,11	0,00
Totais:	22.876.119,78	0,00	13.152.126,09	9.723.993,69	9.723.993,69	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
Ano de Emissão do Empenho	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
2020	8.363.693,94	8.363.693,94	0,00
2021	9.130.151,42	9.130.151,42	0,00
Totais:	17.493.845,36	17.493.845,36	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS + NÃO PROCESSADOS				
Ano de Emissão do Empenho	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E NÃO PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E NÃO PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E NÃO PROC)	RESTOS A PAGAR (PROC E NÃO PROC) A PAGAR
2020	26.232.884,94	11.245.240,42	14.987.644,52	0,00
2021	14.137.080,20	1.906.885,67	12.230.194,53	0,00
Totais:	40.369.965,14	13.152.126,09	27.217.839,05	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Em: 16/03/2023

Análise das Principais Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS - RESTOS A PAGAR

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence	Ano de emissão do empenho	Ação Governo	Indicador Ação Governo	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
26104 INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS	2021	0181 APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	O OPERACOES ESPECIAIS	3.786.623,93		3.786.623,93	0,00
		2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	A ATIVIDADE	69.436,72		69.436,72	0,00
		20TP ATIVOS CIVIS DA UNIAO	A ATIVIDADE	5.031.511,76		5.031.511,76	0,00
		212B BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	'-8 SEM INFORMACAO	240.516,19		240.516,19	0,00
		21CO FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO ESPECIAL	'-8 SEM INFORMACAO	5.006.328,78	1.906.885,67	3.099.443,11	0,00
		4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	A ATIVIDADE	1.161,13		1.161,13	0,00
26236 UNIVERSIDA DE FEDERAL FLUMINENSE	2021	4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	A ATIVIDADE	1.501,69		1.501,69	0,00
				14.137.080,20	1.906.885,67	12.230.194,53	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

Em, 13/03/2023

Análise crítica

De acordo com o art. 36 da Lei 4.320, de 17/03/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Entendem-se como Restos a Pagar Processados, as despesas legalmente empenhadas cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, aquelas cujo segundo estágio da despesa (liquidação) já ocorreu, caracterizando-se como os compromissos

do Poder Público de efetuar os pagamentos aos fornecedores. Já os Restos a Pagar Não Processados são as despesas legalmente empenhadas que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, ou seja, aquelas em que não ocorreu o recebimento de bens e serviços no exercício de emissão do empenho.

A inscrição de despesas em Restos a Pagar Não Processados no INES deve se basear na análise prévia dos saldos de empenhos pelas áreas envolvidas com a execução orçamentária, de modo a dar suporte ao ordenador para autorizar suas inscrições ou cancelamentos. Durante o exercício financeiro subsequente, são levantados os valores inscritos em Restos a Pagar pendentes de liquidação e/ou pagamento e de acordo com a análise prévia da condição de cada empenho, os mesmos são encaminhados aos Departamentos para manifestação sobre o pagamento ou cancelamento.

Quanto ao pagamento da despesa inscrita em Restos a Pagar, sejam Processadas ou Não Processadas, o mesmo deverá ser feito no ano seguinte ao da sua inscrição, porém esse prazo poderá ser postergado por meio de Decreto Presidencial. Em 23 de dezembro de 2011, foi publicado o Decreto 7.654, que atualizou a legislação sobre restos a pagar e estabeleceu que a inscrição de despesas em restos a pagar, no encerramento do exercício financeiro de emissão da nota de empenho, dependerá da observância das seguintes condições: a inscrição ficará condicionada à indicação pelo ordenador da despesa; os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.

As áreas envolvidas no processo de execução de despesas recebem relatórios com a identificação dos empenhos que se encontram com saldo e, a partir de suas análises, solicitam o cancelamento dos empenhos que não serão executados, reduzindo assim a necessidade financeira da instituição.

Na conta Restos a Pagar Processados e Não Processados, inscritos no exercício de 2022, referente ao ano de emissão do empenho de 2021, o Instituto movimentou o montante de R\$ 14.137.080,20, dos quais o valor de R\$ 1.906.885,67 foi cancelado e o valor de R\$ 12.230.194,53, foi liquidado e pago. Em Restos a Pagar Processados foram pagos R\$ 9.130.151,42,

referente aos salários, benefícios, aposentadorias, pensões e encargos da folha de pagamento do mês de dezembro de 2021, pagos no 1º dia útil de 2022.

Verificamos também que não houve impacto na gestão financeira da Unidade no exercício de 2022, decorrente do pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar.

Durante todo o exercício de 2022 houve atuação e cobrança da área financeira junto aos setores responsáveis com o objetivo de orientar quanto aos prazos de entrega desses materiais e/ou serviços contratados, visando a um controle permanente dos Restos a Pagar.

Despesas por modalidade de contratação

Exercício	DESPESA EXECUTADA					DESPESA PAGA				
	2021		2022		2022	2021		2022		2022
Modalidade de Licitação	Despesa executada	%	Despesa executada	%	2021	Despesa paga	%	Despesa paga	%	2021
05 TOMADA DE PREÇO	0,00	0,00%	1.497.100,92	1,04%		0,00	0,00%	250.393,47	0,20%	
06 DISPENSA DE LICITACAO	825.784,17	0,61%	972.372,86	0,68%	17,75%	574.604,23	0,47%	828.186,86	0,65%	44,13%
07 INEXIGIBILIDADE	327.501,10	0,24%	332.884,00	0,23%	1,64%	204.369,40	0,17%	252.873,39	0,20%	23,73%
08 NAO SE APLICA	122.720.803,53	90,10%	122.479.316,54	85,46%	-0,20%	113.588.440,05	93,06%	113.951.427,29	89,86%	0,32%
12 PREGAO	12.325.694,29	9,05%	18.028.117,51	12,58%	46,26%	7.695.289,21	6,30%	11.525.141,10	9,09%	49,77%
Total	136.199.783,09	100,00%	143.309.791,83	100,00%	5,22%	122.062.702,89	100,00%	126.808.022,11	100,00%	3,89%

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 16/03/2023

Análise crítica

Nas Despesas realizadas via Modalidade de Contratação dos Créditos Originários, podemos verificar que esta Unidade tem cada vez mais optado pela modalidade do Pregão Eletrônico, sendo esta a mais utilizada para as contratações em 2022, representando 12,58% da despesa executada.

Quanto às Contratações Diretas, por meio de Dispensas e Inexigibilidades, muitas delas não podem ser alteradas, uma vez que suas maiores incidências se referem aos serviços essenciais à manutenção da Unidade e envolvem concessionárias de serviços públicos ou órgãos governamentais, tais como: luz, gás, água e tratamento de esgoto e serviços de Correios. Houve uma despesa na modalidade de Tomada de Preço, no exercício de 2022, no valor de R\$ 1.497.100,92, representando 1,04% da despesa executada, referente a obra que está sendo realizada no campo de futebol do INES

Desempenho financeiro e informações contábeis

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil do INES, por meio da análise horizontal e vertical e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

Visando assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do INES e extraídos os dados para a elaboração das demonstrações contábeis, a Coordenação Orçamentária e Financeira, realiza mensalmente a conformidade contábil, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI.

Base para elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Administração Pública direta ao qual o INES faz parte são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade*):NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11*); as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções). Foram elaboradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em

determinado período ou exercício financeiro. Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Seguem abaixo extrato dos demonstrativos contábeis e suas notas explicativas:

Balanco patrimonial

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	12.060.022,18	11.788.026,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.173.927,87	9.484.151,91
Créditos a Curto Prazo	567.508,36	508.306,11
Demais Créditos e Valores	567.508,36	508.306,11
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.318.585,95	1.795.568,35
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	201.114.396,46	198.223.272,60
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	196.575.126,04	193.713.382,18
Bens Móveis	16.867.719,46	17.325.031,24
Bens Móveis	17.337.491,56	17.794.803,34
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-469.772,10	-469.772,10
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	179.707.406,58	176.388.350,94
Bens Imóveis	180.468.608,18	180.212.207,08
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-761.201,60	-3.823.856,14
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	4.539.270,42	4.509.890,42
Softwares	4.539.090,42	4.509.890,42
Softwares	4.539.090,42	4.509.890,42
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	180,00	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	180,00	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	213.174.418,64	210.011.298,97

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Continuação do Balanço Patrimonial

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	8.971.325,00	9.509.359,29
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	7.772.683,27	8.424.872,32
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.198.641,73	1.084.486,97
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	8.971.325,00	9.509.359,29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	204.203.093,64	200.501.939,68
Resultado do Exercício	498.479,24	1.215.777,45
Resultados de Exercícios Anteriores	200.501.939,68	199.286.162,23
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.202.674,72	-
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	204.203.093,64	200.501.939,68
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	213.174.418,64	210.011.298,97

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	9.173.927,87	9.484.151,91	PASSIVO FINANCEIRO	16.501.769,72	14.137.080,20
ATIVO PERMANENTE	204.000.490,77	200.527.147,06	PASSIVO PERMANENTE	379.207,87	379.207,87
			SALDO PATRIMONIAL	196.293.441,05	195.495.010,90

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.145.526,63	2.145.526,63	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	22.006.422,00	14.427.386,08
Atos Potenciais Ativos	2.145.526,63	2.145.526,63	Atos Potenciais Passivos	22.006.422,00	14.427.386,08
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	2.145.526,63	2.145.526,63	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	1.810.625,68	2.341.349,53
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	20.195.796,32	12.086.036,55
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	2.145.526,63	2.145.526,63	TOTAL	22.006.422,00	14.427.386,08

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-7.340.451,85
Recursos Vinculados	12.610,00
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e	12.610,00
TOTAL	-7.327.841,85

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Notas explicativas

Caixa e equivalentes de caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única da União e Recursos Liberados pelo Tesouro, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Tal item está subdividido em Recursos da Conta Única da União, Recursos Liberados pelo Tesouro e Demais Recursos. A variação entre o saldo apresentado no encerramento do exercício de 2021 e

o encerramento de 2022 foi negativo em R\$ 310.224,04, com um decréscimo de 3,27%.

Caixa e Equivalentes de Caixa			
CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH (%)
Caixa e Equivalentes de	9.173.927,87	9.484.151,91	-3,27%

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2022

Estoques

Os estoques do INES, ao término do exercício de 2022, totalizaram R\$ 2.318.585,95, representando um acréscimo de 29,13% em relação ao exercício de 2021, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Estoques			
CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH (%)
Estoques	2.318.585,95	1.795.568,35	29,13%

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2022

O estoque do INES é basicamente formado por materiais de Consumo em Almoxarifado que representam os itens mantidos para utilização interna, como materiais de expediente, materiais químicos, materiais elétricos, dentre outros. O setor de Almoxarifado entrega mensalmente o RMA (relatório de movimentação de almoxarifado) e os seus saldos conferem com os saldos registrados no SIAFI no ano de 2022.

Imobilizados

Bens móveis

O saldo da conta bens móveis representam um valor de R\$ 16.867.719,46 correspondendo a uma variação positiva de 2,63% com relação ao período anterior. Em relação à depreciação de bens móveis, o INES ainda não iniciou o cálculo e registro, o valor lançado em balanço refere-se a períodos anteriores. O INES possui um sistema particular de controle patrimonial (ASIS) que gera mensalmente os valores para serem lançados como depreciação. Devido a não conformidade dos saldos constantes no sistema de controle patrimonial com o SIAFI não é realizado mensalmente os lançamentos das depreciações. O setor de patrimônio está providenciando um inventário e capacitando o seu pessoal para equalizar essas discrepâncias. Com o intuito de padronizar e tornar o controle dos bens mais eficiente, foi instituído o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – Siads para utilização obrigatória por todos os órgãos da administração pública federal até o ano de

2020 (Portaria MP nº 385 de 28 /11/ 2018), o INES já providenciou a adesão a esse sistema, mas até o fechamento desse ano não havia finalizado essa implantação.

Intangíveis

No âmbito do INES, os intangíveis estão relacionados basicamente a softwares. O total de ativos intangíveis registrado no Balanço Patrimonial corresponde a cerca de R\$ 4,5 milhões. A maioria está relacionada aos “Softwares com Vida Útil Definida”, os chamados “softwares de prateleira”. Esses softwares referem-se, principalmente, a licenças OS, a bancos de dados e a aplicativos. Cabe destacar que ainda não foi iniciado o cálculo da amortização. Os saldos são compostos de acordo com a tabela abaixo:

Intangível - Composição		
Conta Contábil	31/12/2022	31/12/2021
Software com vida útil definida	989.595,48	989.595,48
Software com vida útil indefinida	3.549.494,94	3.520.294,94

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2022

Bens imóveis

Os bens imóveis do INES totalizaram um valor líquido de R\$ 179.707.406,58 e representam cerca de 91,05% do total do imobilizado. Quanto à depreciação, o cálculo é realizado no SPIUnet pela SPU/MP e repassado à STN para registro no Siafi.

Bens Imóveis - Composição e saldos contábeis		
Conta Contábil	31/12/2022	31/12/2021
Bens de uso especial	175.847.997,03	175.847.997,03
Bens Imóveis em andamento	3834553,01	3.578.151,91
Instalações	786058,14	786.058,14
Dprec. Acum./Amort. Acum.-Bens Imóveis	-761201,6	-3.823.856,14
Total:	179.707.406,58	176.388.350,94

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2022

Balanço orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social				
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao				
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro				
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional				
Demais Receitas de Capital				
SUBTOTAL DE RECEITAS				
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO				
DEFICIT			143.309.791,83	143.309.791,83
TOTAL		-	143.309.791,83	143.309.791,83
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		461.762,00	-	-461.762,00
Superavit Financeiro		-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-
Créditos Cancelados		461.762,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	142.736.163,00	143.197.925,00	139.672.018,57	135.012.004,60	126.425.895,10	3.525.906,43
Pessoal e Encargos Sociais	117.538.467,00	119.606.071,00	117.840.325,70	117.840.325,70	109.751.895,47	1.765.745,30
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	25.197.696,00	23.591.854,00	21.831.692,87	17.171.678,90	16.673.999,63	1.760.161,13
DESPESAS DE CAPITAL	3.637.800,00	3.637.800,00	3.637.773,26	388.134,64	382.127,01	26,74
Investimentos	3.637.800,00	3.637.800,00	3.637.773,26	388.134,64	382.127,01	26,74
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	146.373.963,00	146.835.725,00	143.309.791,83	135.400.139,24	126.808.022,11	3.525.933,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	146.373.963,00	146.835.725,00	143.309.791,83	135.400.139,24	126.808.022,11	3.525.933,17
TOTAL	146.373.963,00	146.835.725,00	143.309.791,83	135.400.139,24	126.808.022,11	3.525.933,17

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Notas explicativas

Receitas e despesas orçamentárias

Durante o exercício de 2022, as receitas transferidas ao INES atingiram o montante de R\$ 143.309.791,83. No conjunto da execução orçamentária no âmbito do INES, as despesas empenhadas totalizaram um valor de R\$ 143.309.791,83, corresponderam a 97,60% do total da dotação orçamentária atualizada (R\$ 146,835 milhões). As despesas correntes representaram o maior montante (R\$ 143,197 milhões). O total executado/empenhado (97,54%), justifica-se pelo fato de que nessa categoria econômica estão incluídas as despesas com pessoal no montante de (119,606 milhões) que consomem a maior parte do orçamento, conforme tabela.

Despesas executadas por categoria econômica				
CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	Execução Emp/Dot	AV Dotação
DESPESAS CORRENTES	143.197.925,00	139.672.018,57	97,54%	97,52%
DESPESAS DE CAPITAL	3.637.800,00	3.637.773,26	100%	2,48%
Total das Despesas:	146.835.725,00	143.309.791,83	97,60%	100%

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Restos a pagar

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados – RPNP referem-se às despesas que, embora

empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

A inscrição dos empenhos nessa rubrica é realizada pela STN em 31 de dezembro de cada exercício financeiro com base na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos/inscritos em exercícios anteriores (reinscrição) que ainda não tiveram execução concluída e o pagamento realizado. Nesse sentido, a Lei nº 4.320/1964 considera como executada a “despesa empenhada” (e não paga) ao dispor no seu art. 35 que “*pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas*”. As tabelas abaixo mostram os saldos e a execução dos restos a pagar processados e não processados em 2022:

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		4.953.892,97	3.047.007,30	3.047.007,30	1.906.885,67	
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		4.953.892,97	3.047.007,30	3.047.007,30	1.906.885,67	
DESPESAS DE CAPITAL		53.035,81	53.035,81	53.035,81		
Investimentos		53.035,81	53.035,81	53.035,81		
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL		5.006.928,78	3.100.043,11	3.100.043,11	1.906.885,67	

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		9.130.151,42	9.130.151,42		
Pessoal e Encargos Sociais		8.818.135,69	8.818.135,69		
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		312.015,73	312.015,73		
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		9.130.151,42	9.130.151,42		

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Balanço financeiro

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias		
Ordinárias		
Vinculadas		
Previdência Social (RPPS)		
(-) Deduções da Receita Orçamentária		
Transferências Financeiras Recebidas	138.957.367,23	138.609.487,84
Resultantes da Execução Orçamentária	133.595.426,50	125.713.069,61
Repasso Recebido	33.264,91	32.728,07
Sub-repasso Recebido	133.562.161,59	125.680.341,54
Independentes da Execução Orçamentária	5.361.940,73	12.896.418,23
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.086.018,83	12.356.903,68
Movimentação de Saldos Patrimoniais	275.921,90	539.514,55
Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	16.683.750,41	14.575.951,65
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	8.592.117,13	9.130.151,42
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	7.909.652,59	5.006.928,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	91.974,19	371.887,01
Outros Recebimentos Extraorçamentários	90.006,50	66.984,44
Arrecadação de Outra Unidade	90.006,50	66.984,44
Saldo do Exercício Anterior	9.484.151,91	8.363.693,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.484.151,91	8.363.693,94
TOTAL	165.125.269,55	161.549.133,43

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Despesas Orçamentárias	143.309.791,83	136.199.783,09
Ordinárias	85.499.435,06	91.616.327,90
Vinculadas	57.810.356,77	44.583.455,19
Educação	26.441,78	31.226,38
Seguridade Social (Exceto Previdência)		22.160.828,81
Previdência Social (RPPS)	57.783.914,99	22.391.400,00
Transferências Financeiras Concedidas	319.381,13	373.374,91
Resultantes da Execução Orçamentária	179.926,40	319.000,47
Repasse Concedido	179.926,40	319.000,47
Independentes da Execução Orçamentária	139.454,73	54.374,44
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	49.448,23	
Movimento de Saldos Patrimoniais	90.006,50	54.374,44
Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS		
Pagamentos Extraorçamentários	12.322.168,72	15.491.823,52
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9.130.151,42	8.363.693,94
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.100.043,11	6.756.242,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	91.974,19	371.887,01
Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Saldo para o Exercício Seguinte	9.173.927,87	9.484.151,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.173.927,87	9.484.151,91
TOTAL	165.125.269,55	161.549.133,43

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Notas explicativas

Ingressos financeiros

No exercício de 2022, os ingressos apresentaram um acréscimo de 2,21% em relação a 2021, correspondente a R\$ 165,125 milhões. Dentro do grupo “Recebimentos Extraorçamentários”, o qual corresponde a 10,10% do total de Ingressos, há um item denominado “Inscrição de Restos a Pagar Não Processados” que merece destaque. Este item, registrado no BF do lado dos Ingressos, corresponde ao registro do saldo dos empenhos emitidos no exercício corrente, para compensar/equilibrar a contrapartida do seu registro como despesa (despesas empenhadas/executadas) registradas do lado dos Dispêndios. Essa metodologia foi definida pela Lei nº 4.320/1964, a qual estabelece que “*pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas*” (art.35). Portanto, as despesas empenhadas, e ainda não pagas até 31/12, são consideradas como restos a pagar não processados. Assim, “*os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária*”. (art. 103, parágrafo único da Lei nº 4.320/64).

Principal grupo de ingressos financeiros do INES				
INGRESSOS	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Transferências Financeiras Recebidas	138.957.367,23	138.609.487,84	0,25%	84,15%
Recebimentos Extraorçamentários	16.683.750,41	14.575.951,65	14,46%	10,10%
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.484.151,91	8.363.693,94	13,40%	5,74%
Total de receitas:	165.125.269,55	161.549.133,43	2,21%	100%

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Dispêndios financeiros

Do grupo dos Dispêndios (desembolsos) realizados pelo INES, as despesas orçamentárias apresentaram o maior montante em termos monetários e correspondem a 86,79% do total dos dispêndios do INES. Elas referem-se, em grande parte, aos repasses financeiros recebidos da (administração central) para pagamento de despesas do exercício corrente (*Resultantes da Execução Orçamentária*).

DISPÊNDIOS	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Despesas Orçamentárias	143.309.791,83	136.199.783,09	5,22%	86,79%
Transferências Financeiras Concedidas	319.381,13	373.374,91	-14,46%	0,19%
Pagamentos Extraorçamentários	12.322.168,72	15.491.823,52	-20,46%	7,46%
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exercício anterior)	9.173.927,87	9.484.151,91	-3,27%	5,56%
Total das Despesas:	165.125.269,55	161.549.133,43	2,21%	100,00%

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2022

As despesas orçamentárias possuem duas classificações, ordinárias e vinculadas. As *Despesas Orçamentárias Ordinárias* compreendem as despesas de livre alocação entre a sua origem e a aplicação de recursos destinadas a atender a quaisquer finalidades. As *Despesas Orçamentárias Vinculadas* compreendem aquelas cuja destinação é definida em lei, estando os recursos atrelados a determinados programas, atividades, órgãos ou fundos e, no caso do INES, a Previdência Social (RPPS) e ao FNDE. As despesas vinculadas do INES obtiveram um acréscimo de 29,67% em comparação com 2021.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Ordinárias	85.499.435,06	91.616.327,90	-6,68%	59,66%
Vinculadas	57.810.356,77	44.583.455,19	29,67%	40,34%
Total de despesas:	143.309.791,83	136.199.783,09	5,22%	100,00%

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	139.288.951,25	139.285.163,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias		
Vendas de Produtos		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		
Aportes do Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas	138.969.570,13	138.690.789,30
Transferências Intragovernamentais	138.957.367,23	138.609.487,84
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		12.610,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	12.202,90	68.691,46
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	229.374,62	540.000,00
Reavaliação de Ativos		
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos	229.374,62	540.000,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	90.006,50	54.374,44
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	90.006,50	54.374,44

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	138.790.472,01	138.069.386,29
Pessoal e Encargos	62.996.045,54	63.292.919,10
Remuneração a Pessoal	49.522.843,52	50.447.329,65
Encargos Patronais	10.170.369,37	10.154.601,26
Benefícios a Pessoal	3.302.832,65	2.690.988,19
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	59.143.643,47	59.198.134,08
Aposentadorias e Reformas	48.761.788,89	49.183.334,12
Pensões	9.367.047,60	9.034.176,30
Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.014.806,98	980.623,66
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15.412.519,94	14.492.206,19
Uso de Material de Consumo	766.400,45	686.385,91
Serviços	14.506.099,31	13.680.019,39
Depreciação, Amortização e Exaustão	140.020,18	125.800,89
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Concedidos		
Aportes ao Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas	319.381,13	373.374,91
Transferências Intragovernamentais	319.381,13	373.374,91
Transferências Intergovernamentais		
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Execução Orçamentária Delegada a Entes		
Outras Transferências e Delegações Concedidas		
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	805.601,11	544.065,91
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		
Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias		
Incorporação de Passivos		
Desincorporação de Ativos	805.601,11	544.065,91
Tributárias	15.426,56	13.499,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.134,32	1.085,31
Contribuições	14.292,24	12.414,22
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas		
Custos dos Produtos Vendidos		
Custo dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	97.854,26	155.186,57
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Incentivos	96.200,00	155.186,57
Subvenções Econômicas		
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.654,26	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	498.479,24	1.215.777,45

Notas explicativas

Resultado patrimonial do período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio no exercício, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, agregado ao Patrimônio Líquido no grupo de “Resultados Acumulados”, item Resultado do Exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio.

No exercício de 2022, o INES apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 498.479,24. Em comparação com 2021 houve um decréscimo de 59%.

Resultados patrimoniais do período

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2022	2021	AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	139.288.951,25	139.285.163,74	0,00%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	138.790.472,01	138.069.386,29	0,52%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	498.479,24	1.215.777,45	-59,00%

SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Variações Patrimoniais Aumentativas

No exercício de 2022, das Variações Patrimoniais Aumentativas, o item mais expressivo e teve a maior contribuição para o resultado positivo do período foi o de “Transferências e Delegações Recebidas”, com R\$ 138,288 milhões, representando um percentual acima dos 99% do total das VPAs.

Variações Patrimoniais Diminutivas

As “**Variações Patrimoniais Diminutivas**” apresentaram o saldo de R\$ 138,790 milhões no encerramento do ano de 2022. O item que apresenta o maior montante dentro das VPDs é o de “**Pessoal e encargos**”, com R\$ 62,996 milhões, mantendo-se estável em relação ao ano de 2021. Esse item refere-se ao pagamento de salários do pessoal ativo, encargos e benefícios de pessoal.

Demonstração dos fluxos de caixa

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	124.758,78	2.187.618,89
INGRESSOS	139.139.347,92	139.048.359,29
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Recebidas		
Outros Ingressos Operacionais	139.139.347,92	139.048.359,29
Ingressos Extraorçamentários	91.974,19	371.887,01
Transferências Financeiras Recebidas	138.957.367,23	138.609.487,84
Arrecadação de Outra Unidade	90.006,50	66.984,44
DESEMBOLSOS	-139.014.589,14	-136.860.740,40
Pessoal e Demais Despesas	-128.678.481,72	-126.179.983,80
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social	-57.881.533,78	-58.166.747,60
Saúde		
Trabalho		
Educação	-70.796.947,94	-68.013.236,20
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
Transferências Concedidas	-9.924.752,10	-9.935.494,68
Intergovernamentais		
A Estados e/ou Distrito Federal		
A Municípios		
Intragovernamentais	-9.924.752,10	-9.935.494,68
Outras Transferências Concedidas		
Outros Desembolsos Operacionais	-411.355,32	-745.261,92
Dispêndios Extraorçamentários	-91.974,19	-371.887,01
Transferências Financeiras Concedidas	-319.381,13	-373.374,91

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-434.982,82	-1.067.160,92
INGRESSOS		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		
DESEMBOLSOS	-434.982,82	-1.067.160,92
Aquisição de Ativo Não Circulante	-405.782,82	-888.323,03
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimentos	-29.200,00	-178.837,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		
Transferências de Capital Recebidas		
Outros Ingressos de Financiamento		
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamento		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-310.224,04	1.120.457,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	9.484.151,91	8.363.693,94
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.173.927,87	9.484.151,91

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Notas explicativas

Ingressos de caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. No exercício de 2022, a geração líquida de caixa foi negativa em R\$ (310.224,04), com uma diminuição de 128% em relação ao exercício anterior, visto que, no exercício a geração líquida da caixa foi positivo.

Geração de caixa e equivalente de caixa - saldo inicial e final

Resultado Financeiro BF x DFC	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	9.484.151,91	8.363.693,94	13%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.173.927,87	9.484.151,91	-3%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-310.224,04	1.120.457,97	-128%

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuem para a formação de caixa do órgão. **As atividades operacionais** compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão. **As atividades de investimento** estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos

(alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>) **As atividades de financiamento** compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida.

Geração de caixa e equivalente de caixa - Atividades

ATIVIDADES	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	124.758,78	2.187.618,89	-94%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-434.982,82	-1.067.160,92	-59%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			

Fonte: SIAFI WEB 2022

Em: 17/03/2023

Contabilidade do INES

O INES é órgão singular da estrutura do Ministério da Educação, e sua Contabilidade é de responsabilidade desse Ministério. As responsáveis são as Contadoras Núcia Ferreira da Silva, designada pela Portaria MEC nº 55, de 21/01/2010 para o cargo de Coordenadora de Contabilidade, sendo sua substituta eventual a Contadora Juciane Pereira da Silva, Coordenadora de Contabilidade, designada pela Portaria MEC nº 1.603, de 15/12/2020, publicada no DOU de 16/12/2020.

A Contabilidade interna do Instituto está estruturada dentro do Departamento de Planejamento e Administração (DEPA), que abriga uma Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira (COF), com as seguintes competências:

- Elaborar, coordenar, orientar e controlar as atividades de programação orçamentária e financeira do INES;
- Propor a abertura de créditos adicionais e extraorçamentários;
- Controlar os saldos orçamentários e financeiros da instituição, bem como avaliar relatórios, através de informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI;
- Controlar, analisar e avaliar, orçamentária e financeiramente, os planos, programas, projetos e atividades do Instituto;
- Controlar, acompanhar e registrar as despesas de pessoal, através do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE; VI - elaborar relatório orçamentário e financeiro para a prestação de contas anual do Órgão.

A COF conta com uma Divisão de Execução Financeira (DIEF), à qual compete:

- Realizar a execução orçamentária e financeira dos recursos do INES, observada a legislação reguladora da matéria;
- Controlar, orçamentária e financeiramente, suprimentos de fundo, acordos, contratos, convênios e outras formas de ajustes firmados pelo Instituto;
- Controlar e acompanhar o registro sistemático da disponibilidade financeira para despesas de pessoal, bem como outras despesas correntes e de capital;
- Processar a conformidade contábil referente aos processos empenhados e liquidados;
- Contabilizar a folha de pagamentos do INES.

A composição da COF é a seguinte: Antonio Rosa Correia, Coordenador de Programação Orçamentaria e Financeira (Portaria MEC nº 921, de 22/9/2009, publicada em 23/9/2009; Fernando Braga Neiva, Portaria INES nº 129, de 30/5/2015, publicada em 31/3/2015, Chefe da Divisão de Execução Financeira – DIEF; e Mário César dos Santos, Contador e Responsável pela conformidade de registro de gestão (Portaria INES nº 393, de 17/12/2014, publicada em 22/12/2014).

Observação sobre apontamentos de órgãos de controle

Em 2022, não houve pendências de atendimento a recomendações ou apontamentos de órgãos de controle.